

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A POBREZA NO PERÍODO JK:
UM OLHAR A PARTIR DO QUARTO DE DESPEJO**

CAMILA DOS SANTOS PINTO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Sant'Ana do Livramento
2023**

CAMILA DOS SANTOS PINTO

**A POBREZA NO PERÍODO JK:
UM OLHAR A PARTIR DO QUARTO DE DESPEJO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Troian

Sant'Ana do Livramento

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

Pinto, Camila dos Santos

A POBREZA NO PERÍODO JK: UM OLHAR A PARTIR DO QUARTO DE
DESPEJO / Camila dos Santos Pinto.

109 p.

P659 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa,
CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2023.

"Orientação: Alessandra Troian".

1. Desenvolvimentismo. 2. Anos Dourados. 3. Carolina Maria de Jesus. 4. Custo de
Vida. 5. Fome. I. Título.

CAMILA DOS SANTOS PINTO

**A POBREZA NO PERÍODO JK:
UM OLHAR A PARTIR DO QUARTO DE DESPEJO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 25 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Alessandra Troian
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Dr. Altacir Bunde
UNIPAMPA

Prof. Dr. André da Silva Redivo
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

É com muito contentamento que concluo minha segunda graduação na Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. Assim, os agradecimentos aqui formalizados se estendem a todos aqueles com quem aprendi ao longo dos últimos onze anos: professores, técnicos administrativos, funcionários terceirizados, colegas.

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão à orientadora deste trabalho, professora Alessandra Troian. Como uma das primeiras docentes com quem tive aulas no curso de Ciências Econômicas, soube desde então de nossas afinidades e do compromisso que compartilhamos com a produção de conhecimento engajado com a justiça social. A orientação, para além de uma formalidade, foi para mim caminhada genuína de confiança, generosidade e crescimento. Obrigada, obrigada, obrigada.

Aos professores Altacir Bunde e André Redivo, sou grata pelas valiosas contribuições enquanto membros da banca que avaliou este texto. O olhar cuidadoso e as indicações de novos caminhos a serem trilhados a partir daqui enriquecem não apenas projetos de pesquisa que venham a ser elaborados por mim no futuro, mas também meu projeto de vida.

Na pessoa da professora Lucélia Ivonete Juliani, agradeço a todos os professores e professoras do curso de Ciências Econômicas por sua incansável dedicação materializada nas aulas que eventualmente avançavam para além do horário estipulado. Nós, estudantes de economia, tivemos tarefas antes da primeira aula do semestre em Macroeconomia III, e inúmeras vezes fomos os últimos a concluir as provas finais quando os colegas de outros cursos já aproveitavam as férias. Por isso, aos meus colegas, meu reconhecimento pelo caminho compartilhado com persistência e senso de propósito.

Faço um agradecimento especial a toda a equipe da biblioteca do campus, setor que frequentei com alguma assiduidade ao longo dos dois cursos de graduação, contando sempre com a gentileza e boa vontade dos servidores.

Em suma, a todos aqueles com quem compartilhei na Unipampa esta jornada que por ora finda, expresso meu respeito e agradecimento ao retomar palavras de Paulo Freire, da obra *Pedagogia do Oprimido*: ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

La democracia es un lujo del Norte. Al Sur se le permite el espectáculo, que eso no se le niega a nadie. Y a nadie molesta mucho, al fin y al cabo, que la política sea democrática, siempre y cuando la economía no lo sea. Cuando cae el telón, una vez depositados los votos en las urnas, la realidad impone la ley del más fuerte, que es la ley del dinero. Así lo quiere el orden natural de las cosas. En el sur del mundo, enseña el sistema, la violencia y el hambre no pertenecen a la historia, sino a la naturaleza, y la justicia y la libertad han sido condenadas a odiarse entre sí.

*Eduardo Galeano
El libro de los abrazos*

RESUMO

O Governo Juscelino Kubitschek é ponto de inflexão na história econômica brasileira, com a modernização e o desenvolvimento da indústria, da infraestrutura, a simbólica construção de Brasília. A formação de uma memória oficial dá conta da efervescência do período em termos econômicos, políticos e culturais, de forma geral em referências positivas àqueles Anos Dourados. Outra faceta do período emerge, contudo, da leitura da obra literária Quarto de Despejo, da autora Carolina Maria de Jesus. Escrita entre os anos 1955 e 1960, a obra descreve o cotidiano de pobreza da população que habitava a favela do Canindé, em São Paulo. Essa perspectiva desafia a leitura hegemônica sobre o período histórico, na medida em que a pobreza nos anos do Governo Juscelino Kubitschek é tema em geral ausente na literatura especializada. Diante desta problemática, o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a pobreza no Período Juscelino Kubitschek a partir da obra Quarto de Despejo. Metodologicamente, a pesquisa se caracterizou pela abordagem qualitativa e caráter exploratório, e lançou mão das técnicas de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica para a coleta dos dados, que foram analisados mediante a análise de conteúdo. Os resultados indicam para diversos elementos que caracterizaram o fenômeno da pobreza no período estudado, com destaque para São Paulo, cidade onde se passam os eventos narrados no documento analisado. O Estado teve papel fundamental na gestão das pressões sociais de uma população pauperizada que crescia e se avolumava nas capitais estaduais do país. Em São Paulo, esta gestão foi feita mediante segregação, repressão e controle. O processo inflacionário, que seria útil ao financiamento do desenvolvimento industrial através da transferência de rendas, penalizava sobremaneira essa parcela da população, pouco integrada ao setor dinâmico da economia. Sem que houvesse investimento em infraestrutura urbana para atender ao volume de migrantes que deixava o campo, cresciam as favelas, subúrbios e vilas, carentes dos serviços básicos à instalação dos novos moradores. Além disso, a fome marcou o período no qual mais da metade da população do país sofria de alguma deficiência nutricional, com ênfase à desnutrição infantil, o que caracteriza a insegurança alimentar severa. A partir destes resultados, pode-se dizer que Quarto de Despejo é fonte rica de evidências sobre o Período Juscelino Kubitschek, em especial quando analisada em conjunto com outros dados e pesquisas. O presente estudo possibilitou que se delineasse uma nova abordagem acerca dos Anos Dourados, que merece ser aprofundada em estudos posteriores.

Palavras-Chave: Desenvolvimentismo; Anos Dourados; Carolina Maria de Jesus; Custo de Vida; Fome.

RESUMEN

El gobierno de Juscelino Kubitschek es un punto de inflexión en la historia económica brasileña, con la modernización y el desarrollo de la industria, la infraestructura, la simbólica construcción de Brasilia. La formación de una memoria oficial da cuenta de la efervescencia del período en términos económicos, políticos y culturales, generalmente en referencias positivas a aquellos Años Dorados. Otra faceta del período surge, sin embargo, de la lectura de la obra literaria *Quarto de Despejo* de la autora Carolina Maria de Jesus. Escrita entre 1955 y 1960, la obra describe el cotidiano de pobreza de la población que habitaba la favela de Canindé, en São Paulo. Esta perspectiva cuestiona la lectura hegemónica del período histórico, en la medida en que la pobreza en los años del gobierno de Juscelino Kubitschek es un tema generalmente ausente en la literatura especializada. Ante esta problemática, el objetivo general de esta investigación fue analizar la pobreza en el Período Juscelino Kubitschek a partir de la obra *Quarto de Despejo*. Metodológicamente, la investigación se caracterizó por un enfoque cualitativo y exploratorio, y utilizó técnicas de investigación documental e investigación bibliográfica para recolectar datos, que fueron analizados a través del análisis de contenido. Los resultados apuntan varios elementos que caracterizaron el fenómeno de la pobreza en el período estudiado, con énfasis en São Paulo, ciudad donde ocurren los hechos narrados en el documento analizado. El Estado jugó un papel fundamental en el manejo de las presiones sociales de una población empobrecida que crecía y se engrosaba en las capitales estatales del país. En São Paulo, esta gestión se llevó a cabo a través de la segregación, la represión y el control. El proceso inflacionario, que sería útil para financiar el desarrollo industrial a través de transferencias de ingresos, castigó fuertemente a esta porción de la población poco integrada al sector dinámico de la economía. Sin inversión en infraestructura urbana para atender el volumen de migrantes que abandonan el campo, crecieron barrios marginales, suburbios y villas, carentes de servicios básicos para la instalación de nuevos pobladores. Además, el hambre marcó el período en que más de la mitad de la población del país padecía alguna carencia nutricional, con énfasis en la desnutrición infantil, que caracteriza la inseguridad alimentaria severa. A partir de estos resultados, se puede decir que *Quarto de Despejo* es una rica fuente de evidencia sobre el Período Juscelino Kubitschek, especialmente cuando se analiza en conjunto con otros datos e investigaciones. El presente estudio permitió esbozar un nuevo enfoque de los Años Dorados, que merece ser profundizado en estudios posteriores.

Palabras clave: Desarrollismo; Años Dorados; Carolina Maria de Jesus; Costo de Vida; Hambre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A categoria Estado e seus subtemas: fragmentos selecionados.....	39
Figura 02 – Evolução da mancha urbana de São Paulo e cidades do entorno imediato.....	44
Figura 03 – Reportagem do Correio Paulistano de 29 de março de 1958.....	46
Figura 04 – A categoria Custo de Vida e seus subtemas: fragmentos selecionados.....	49
Figura 05 - Comício da Fome: Rio de Janeiro, setembro de 1959.....	52
Figura 06 - Manchetes do Correio Paulistano, 1955 a 1959.....	56
Figura 07 – A categoria Favela e seus subtemas: fragmentos selecionados.....	60
Figura 08 – Andanças da migrante Carolina Maria de Jesus.....	62
Figura 09 – Local provável da Favela do Canindé e ruas <i>a, b, c e d</i> , ano de 1958.....	68
Figura 10 – Pobreza, flagelo de São Paulo (1961).....	70
Figura 11 – A categoria Fome e seus subtemas: fragmentos selecionados.....	74
Figura 12 – Carolina Maria e a filha Vera Eunice examinam o lixo.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – A implementação do Plano de Metas: alguns resultados.....	25
Quadro 02 – Distribuição conjetural de renda no Brasil em 1960.....	30
Quadro 03 – Esquema analítico da pesquisa relativamente aos objetivos.....	33
Quadro 04 – A pobreza no Quarto de Despejo: categorias analisadas.....	38
Quadro 05 – O que têm a dizer as crianças faveladas?.....	67
Quadro 06 – Insegurança alimentar e seus componentes.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Fontes de financiamento do Plano de Metas.....	26
Tabela 02 – Componentes do Índice do Custo de Vida em São Paulo.....	51
Tabela 03 – Evolução do índice do Custo de Vida no Município de São Paulo.....	55
Tabela 04 – Índice do Custo de Vida do DIEESE e perda do poder de compra.....	56
Tabela 05 - Crescimento da População Total e Urbana do Brasil – 1900 a 1960.....	61
Tabela 06 – Tipos de ocupações remuneradas de 2.458 favelados do Rio de Janeiro.....	63
Tabela 07 – Número de favelas em São Paulo em 1957.....	64
Tabela 08 – Dados de 14 crianças internadas com desnutrição severa (1961).....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FOME AMARELA NOS ANOS DOURADOS: A POBREZA E O PERÍODO JUSCELINO KUBITSCHKEK.....	17
2.1 A pobreza na literatura acadêmica.....	17
2.2 Os Anos Dourados de Juscelino Kubitschek.....	22
2.3 Pobreza e desenvolvimentismo nos Anos Dourados.....	27
3 METODOLOGIA.....	31
3.1 O Quarto de Despejo como evidência histórica.....	34
4 O QUARTO DE DESPEJO COMO RETRATO DO PAUPERISMO URBANO NOS ANOS DOURADOS.....	36
4.1 O tal Serviço Social: a crítica ao Estado a partir do Quarto de Despejo.....	38
4.2 O dinheiro do Juscelino: custo de vida e carestia.....	49
4.3 Barracão é barracão: condições habitacionais na favela do Canindé.....	59
4.4 “A coisa pior do mundo é a fome!”.....	73
5 A POBREZA QUE SE DESVELA NO QUARTO DE DESPEJO: UM BREVE ENSAIO.....	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXO A – “CAROLINA DA FAVELA É RECORDISTA”.....	103
ANEXO B – REPORTAGEM DE O CRUZEIRO (1959).....	104
ANEXO C – REPORTAGEM DE O CRUZEIRO (1960).....	105
ANEXO D – REPORTAGEM DO CORREIO PAULISTANO (1958).....	106
ANEXO E – REPORTAGEM DA FOLHA DE SÃO PAULO (1940).....	107
ANEXO F – REPORTAGEM DE A NOITE (1942).....	108
ANEXO G – MAPA DIGITAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (1954).....	109

1 INTRODUÇÃO

O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) é emblemático na historiografia econômica brasileira. A “*Golden Age* de Juscelino” é caracterizada por Villela (2016, p. 29) como um período de riqueza econômica, cultural e política. Orenstein e Sochaczewski (2014) resumem o período aludindo ao sucesso na implementação do Plano de Metas, elaborado a partir do conjunto de diagnósticos e projeções para a economia brasileira que vinha sendo realizado na década precedente. Ainda conforme os autores, como resultado desse esforço de planejamento, levado a efeito pelo setor público, e com a alta taxa de realização da maior parte das metas, a economia cresceu no período 1957-1961 a uma taxa média de 9,3% ao ano, com aumento da renda *per capita* da ordem de 5,1% ao ano (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014).

Não somente são destacados os resultados em termos de variáveis macroeconômicas, mas é também presente na chamada memória oficial celebrativa (CARDOSO, H., 2007) a própria figura de Juscelino Kubitschek enquanto homem público, e mesmo herói nacional. Celso Lafer (2015), ao homenagear o ex-presidente em evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, destacou o sucesso do Governo Juscelino Kubitschek na promoção do desenvolvimento enquanto mantinha a estabilidade política, entrando, ao longo do tempo, para o imaginário político brasileiro como uma das grandes personalidades do país. É consensual que a imagem histórica deixada pelo Governo Kubitschek é positiva, chegando a ser objeto de análise em termos de mito (MONTENEGRO, 2001).

De fato, as diversas análises dão conta de que a política econômica desenvolvimentista adotada teve como resultado uma mudança profunda na estrutura produtiva do país no âmbito do modelo de substituição de importações. Se no início da década de 1950 a economia brasileira permanecia de base agroexportadora, com o café ainda como principal produto de exportação (MARAM, 1990), ao final do Governo Juscelino Kubitschek estaria transformada em uma economia cujo perfil industrial foi caracterizado por Lessa (1982) como o de uma economia madura. A apresentação do período Juscelino Kubitschek e discussão dos conceitos subjacentes à análise terão lugar na seção 2.2.

As mudanças na economia nacional não ocorreram, contudo, de forma homogênea e na ausência de contradições. Ioris e Ioris (2013) explicam que a prevalência de um modelo centrado em taxas de crescimento ocorreu em detrimento de modelos alternativos que tivessem entre seus objetivos a inclusão social. Em verdade, a partir de Lafer (1970) e Cardoso (M., 1977), no projeto desenvolvimentista levado a cabo pelo Governo Juscelino Kubitschek estava

presente a percepção do governo sobre a necessidade de gerir as pressões sociais inerentes a um contexto democrático, especialmente em um cenário internacional de questionamento ao capitalismo. Nesses termos, a manutenção da ordem impunha a necessidade de administração da pobreza. Todavia, retomando Ioris e Ioris (2013), o legado de miséria continuaria enquanto realidade vívida para a maioria do povo, em um processo de diferenciação de classes resultante das políticas econômicas adotadas no período.

Em verdade, os fenômenos da fome e da pobreza já chamavam a atenção à época, como se evidencia a partir das formulações de Josué de Castro. No entendimento de Santos (K., 2021), os desequilíbrios socioeconômicos eram a causa da fome naquele período, apesar da preocupação do Estado com as massas populares que ascendiam politicamente através do voto em um momento em que o país se urbanizava, e com as pressões daí advindas. Havia necessidade, assim, de uma política bifacetada em que se combinavam coerção e consenso para que se obtivesse êxito na transição de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial.

As explicações sobre a pobreza formuladas naquele momento, incluindo aquelas de Josué de Castro, associavam a miséria ao subdesenvolvimento. Mais especificamente, a visão deste autor era de que a fome, por afetar diretamente a produtividade da mão de obra, obstruía o desenvolvimento levando ao rebaixamento dos salários e aumento da miséria, em um círculo vicioso. De acordo com Santos (K., 2021), este entendimento de Josué de Castro tinha influência das ideias do economista Gunnar Myrdal. Melhorar a produtividade do trabalho era, assim, central para o desenvolvimento econômico e a superação da miséria. O tema da pobreza e as principais teorias a abordá-lo serão mais bem discutidos na seção 2.1.

Como se viu, todavia, ao fenômeno da industrialização estava associada a migração massiva de trabalhadores para os centros urbanos, do que decorria um processo de urbanização que refletia as contradições do período (STORMOWSKI, 2011). Escrita em um barraco na favela do Canindé, primeira grande favela de São Paulo, a obra Quarto de Despejo dá pistas das condições de vida da parte da população que permanecia alheia às benesses do crescimento econômico acelerado. Sua autora, Carolina Maria de Jesus, mulher negra, chefe de família, catadora de papel, registra em seus diários – como parte de seu projeto literário – as agruras da fome, da habitação precária e da desesperança, contrastando com as pompas do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Carolina Maria de Jesus, mineira, nasceu na cidade de Sacramento no ano de 1914, neta de ex-escravizados. Migrou para São Paulo em 1937, devido à pobreza que afetava a família e a precariedade das condições de trabalho no meio rural. Em São Paulo, trabalhou

como empregada doméstica até sua primeira gestação, a partir da qual já não foi mais aceita para o trabalho. Desempregada, Carolina Maria de Jesus residiria a partir de 1948 na favela do Canindé, até o ano de 1960. É na favela que ela registra em 35 cadernos retirados do lixo seu cotidiano compartilhado com os outros favelados. Catadora de material reciclável e com escolaridade atingindo apenas o segundo ano do primário, além do trabalho produtivo e reprodutivo se dedica à leitura e à escrita (DUARTE, 2019; LEVINE; MEIHY, 1995; TANUS, 2022; VOGT, 2020).

Tendo trabalhado como empregada doméstica em residências de personagens da elite de São Paulo, e percorrendo diariamente as ruas do centro da cidade catando papel e outros materiais, Carolina Maria de Jesus lança um olhar crítico sobre a desigualdade social, o que fica registrado em seu diário:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num *quarto de despejo*¹ (DE JESUS, 2020, p. 40-41, grifo nosso).

Quarto de Despejo: a imagem-síntese dará nome à sua primeira obra publicada, após Carolina Maria de Jesus ter mostrado seus cadernos ao jornalista Audálio Dantas, que fazia reportagem sobre a favela do Canindé e casualmente soube que uma das moradoras escrevia um livro (SANTOS, G., 2018). A obra Quarto de Despejo, organizada a partir dos manuscritos produzidos pela autora, será tratada na seção 3.1.

A publicação da obra no ano de 1960 marca um fenômeno editorial no Brasil (anexos A, B e C). Ao menos em parte, o sucesso de vendas pode ser atribuído ao exotismo com que a obra e sua autora foram vistas pelas classes instruídas, que a receberiam com surpresa (MIRANDA, 2020). Como poderia uma mulher negra, favelada, escrever e publicar um livro? O que teria ela a dizer? Ao mesmo tempo, o clima cultural do final da década, marcado pela Bossa Nova e pelo Cinema Novo, era favorável às manifestações da contracultura. Manifestações que trariam à tona os tipos sociais que encarnavam as contradições do país, contexto no qual Carolina Maria de Jesus descortinava – e ainda descortina, a realidade das condições de vida das populações marginais (FERNANDEZ, 2015; MEIHY, 1998).

A partir do que foi apresentado, a pergunta a orientar esta pesquisa está posta: **Como a pobreza, nos Anos Dourados, emerge na obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de**

¹ As sucessivas edições de Quarto de Despejo têm mantido a grafia e a acentuação das palavras conforme escrito por sua autora.

Jesus (2020)? Para tanto, define-se como objetivo: analisar a pobreza no Período Juscelino Kubitschek a partir da obra *Quarto de Despejo*. Especificamente, visa-se: a) identificar as dimensões de pobreza; b) interpretar as categorias a partir da produção historiográfica sobre o período; c) desvelar um novo viés de análise para o período dos Anos Dourados.

O estudo justifica-se à medida que a perspectiva do período a partir da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, poderá trazer à luz elementos para a análise da assim chamada *questão social* durante o Governo Juscelino Kubitschek, até então assunto lateral na maioria dos estudos que se dedicam ao período. A literatura sobre o Governo Kubitschek, abundante, se circunscreve, de forma geral, a temas como a política econômica e os resultados alcançados em termos de modernização da estrutura produtiva; a concepção e implementação do Plano de Metas em seus aspectos políticos e ideológicos; a estabilidade política associada ao período e o papel de Juscelino Kubitschek.

As categorias analíticas, a serem tomadas da obra *Quarto de Despejo*, permitirão a abordagem explícita de aspectos do período ausentes nas análises a que se teve acesso até então. A fundamentação metodológica recorre a Bardin (2011), e é apresentada no capítulo três deste documento. Admite-se que o estudo da pobreza no período Juscelino Kubitschek se constitui enquanto lacuna teórica a ser explorada à procura de evidências que permitam melhor compreender aspectos do período que estejam ainda às escuras, tal como apontado por Ioris e Ioris (2013). Dessa forma, debruçar-se sobre período histórico acerca o qual tão vasta produção acadêmica já foi escrita, com o intuito de estudá-lo sob nova perspectiva, poderá, espera-se, contribuir com o debate da historiografia econômica brasileira em direção a novas interpretações sobre o período, em contraste à memória hegemônica (CARDOSO, H., 2007).

O estudo estrutura-se da seguinte forma: além da presente introdução (1), compõe-se de outros quatro capítulos, a saber: (2) revisão bibliográfica, formado por três seções, compreendendo os temas (2.1) da pobreza, (2.2) do Governo Juscelino Kubitschek e (2.3) desenvolvimentismo e pobreza. (3) metodologia, onde serão detalhados os procedimentos adotados para consecução dos objetivos e a seção (3.1), apresentação da obra *Quarto de Despejo*; (4) resultados, composto por quatro subseções dedicadas a cada uma das categorias analisadas e uma subseção complementar de caráter mais geral e, finalmente, (5), capítulo dedicado às considerações finais. Constam ainda ao fim do presente documento as referências e os anexos.

2 FOME AMARELA² NOS ANOS DOURADOS: A POBREZA E O PERÍODO JUSCELINO KUBITSCHKEK

O presente capítulo tem caráter teórico, com vistas à sustentação da pesquisa. A primeira seção sintetiza o percurso teórico de algumas noções de pobreza a partir da literatura econômica. A seção seguinte sintetiza o Governo Juscelino Kubitschek, com ênfase em seu caráter desenvolvimentista, abordando o Plano de Metas e os principais resultados em termos de variáveis macroeconômicas. Além disso, a última seção trata da perspectiva desenvolvimentista do tema da pobreza, bem como discute alguns dos seus resultados. Não se pretende esgotar os assuntos, mas fornecer um ponto de partida para a posterior análise dos dados.

2.1 A pobreza na literatura acadêmica

A pobreza e a desigualdade vêm sendo tema de interesse desde os primeiros teóricos do pensamento econômico. Carvalho e Souza (2021) sintetizam a evolução conceitual da desigualdade e da pobreza partindo de David Ricardo até os desenvolvimentos contemporâneos de Thomas Piketty, Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Anthony Atkinson, dentre outros. Inicialmente, a abordagem da desigualdade tinha como cerne a distribuição funcional da renda, partindo de Ricardo, foco que permaneceria nas escolas de pensamento tradicionais até meados do século XX. Paralelamente desenvolveu-se a abordagem da distribuição pessoal da renda, predominante a partir de 1970. Os estudos com foco na pobreza avançaram especialmente a partir de 2000, com ênfase para as contribuições de Amartya Sen (CARVALHO; SOUZA, 2021).

Pode-se, todavia, retomar o início das discussões sobre a pobreza a partir da Lei dos Pobres, instituída na Inglaterra no século XVI. A Lei dos Pobres foi o primeiro sistema oficial financiado por impostos compulsórios organizado com vistas a amparar os pobres, com caráter filantrópico-administrativo (BASTOS, 2017a; CARBALLO, SÁNCHEZ; ROJAS, 2020; DUAYER; MEDEIROS, 2003). De acordo com Bastos (2017a, p.7) “não é possível entender a especificidade dos ingleses em relação à administração do pauperismo [...] sem conceber o quão cedo a classe camponesa [inglesa] foi expropriada de seu acesso direto a terra”. Da mesma

² “Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela [Carolina Maria de Jesus] descobriu que as coisas todas do mundo – o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável” (DANTAS, 2020, p. 201-202).

forma, pode-se entender que seu pioneirismo quanto à discussão teórica do assunto se deve à necessidade de administração prática do problema.

A Lei dos Pobres teria vigência até 1834. Naquele ano seria reformada e enfim eliminada devido ao aumento do pauperismo (atribuído pelo parlamento inglês à deficiência administrativa), e do montante crescente de recursos necessários à sua gestão. A partir daí, foram extintas as proteções aos trabalhadores aptos, sendo, no entanto, mantidas as *workhouses* como meio de desencorajar a vadiagem (CARBALLO, SÁNCHEZ; ROJAS, 2020; BASTOS, 2017a; DUAYER; MEDEIROS, 2003). Para Decca (1984, p. 50) as *workhouses* estavam entre as instituições que “na virada para o século XVIII pautavam-se todas elas por um princípio econômico de produtividade do corpo no trabalho, através de uma operação disciplinadora sobre esses corpos, capaz de torná-los dóceis ao exercício do poder”.

Naquele período, fase final da Revolução Industrial, a ascensão da classe urbana industrial ao parlamento britânico permite que se difunda uma nova visão hegemônica, parte da identidade da classe burguesa já então amadurecida. É um empreendimento cultural que ocorre na Inglaterra através da conquista de consenso social em torno de um determinado projeto de poder, já a partir de uma intelectualidade orgânica. Naquele momento, a defesa do sistema fabril impunha que as tensões sociais daquela etapa do desenvolvimento da ordem capitalista fossem segregadas da análise da atividade econômica (BASTOS, 2017a), o que levaria ao surgimento de uma ciência em defesa da fábrica, nos termos de Decca (1984). Ainda conforme o autor, a partir daí a fábrica seria considerada tão-somente enquanto fato econômico, e, portanto, despolitizada.

A separação entre o econômico e o social dá origem à denominada “questão social”, expressão cunhada por volta de 1830 (STEIM, 2000), que visava dar conta do fenômeno do pauperismo massivo que atraía a atenção dos intelectuais. Para Netto (2001), a expressão passa a ser empregada a partir de meados do século XIX pelo pensamento conservador, rumo a uma naturalização crescente da “questão social” e de suas manifestações concretas. Adquirindo um caráter natural, o fenômeno do pauperismo poderia apenas ser amenizado, mas não suprimido, derivando daí um receituário de intervenções pontuais essencialmente reformistas. Nas palavras de Montañó (2012, p. 271), a partir daí “o “social” pode ser visto como “fato social”, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais”. De tal forma que, não havendo fundamento estrutural, o combate às suas manifestações poderia ocorrer somente no contexto da própria estrutura (MONTAÑO, 2012; NETTO, 2001).

Assim, a necessidade de despolitização da economia, como imperativo ideológico de manutenção do projeto da classe burguesa, determinou o viés teórico que repercutiria nas formulações futuras. Aceitas as premissas do liberalismo, o desenvolvimento posterior da economia – agora já “apolítica” – e dos estudos econômicos sobre a pobreza estariam a elas subordinados, perpetuando a perspectiva conservadora (BASTOS, 2017a; BASTOS, 2017b; ESCURRA, 2015; MONTAÑO, 2012). Nesse contexto, Escurra (2015, p. 14-15) adianta que os estudos atuais sobre a pobreza “possuem uma função prático-social, visto que produzem uma inteligibilidade do fenômeno [da pobreza] e, conseqüentemente, determinam e orientam receituários e medidas para sua administração”.

Kageyama e Hoffman (2006) argumentam que de forma geral se pode listar as conceituações de pobreza em três categorias: (a) pobreza absoluta, ou seja, ter menos do que um mínimo determinado de forma objetiva; (b) pobreza relativa, ou seja, ter menos relativamente à sociedade com a qual se compara e; (c) pobreza subjetiva, ou seja, é pobre aquele que assim se entende. As definições de pobreza absoluta em geral têm por parâmetro as noções de renda e gastos, ou seja, tomam em suas análises o aspecto monetário. As noções de pobreza relativa, por outro lado, têm como referência um conjunto de bens considerados comuns em certa sociedade. Por último, as conceituações de pobreza subjetiva podem considerar tanto um nível de renda mínima quanto necessidades básicas.

A noção de necessidades básicas está entre as definições classificadas por Kageyama e Hoffmann (2006) na categoria de pobreza absoluta. Na perspectiva das necessidades básicas, são incluídas necessidades humanas para além da subsistência. Por subsistência entende-se o acesso às condições vitais de manutenção da sobrevivência física e de rendimento médio no trabalho. Por esse ponto de vista, a pobreza é identificada em primeiro lugar com a fome, já que nas definições de pobreza como subsistência consideram-se as condições de acesso a um aporte calórico adequado (STORMOWSKI, 2011). Do ponto de vista das necessidades básicas, contudo, mais do que as condições de subsistência, são consideradas não só as necessidades de consumo privado das famílias, como alimentos e habitação, mas também serviços voltados ao bem-estar da comunidade como saneamento, transporte público, acesso à cultura. Assim, há um componente relativo mesmo nas noções de pobreza absoluta (CODES, 2008; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; ROCHA, 2006; TEIXEIRA, 2020).

Como na noção de subsistência, atravessa a perspectiva das necessidades básicas a preocupação com a capacidade de aporte da população pauperizada para a produtividade e o crescimento econômico, enquanto capital humano (CODES, 2008). No âmbito dos estudos sobre a pobreza, o capital humano está associado aos atributos individuais determinantes para

a produtividade do trabalho, tais como habilidade, estado de saúde, conhecimento, compondo um determinado estoque de capital humano passível de aumento ou diminuição conforme decisões racionais de investimento e subinvestimento. Essa perspectiva é um dos referenciais adotados pelo Banco Mundial na formulação de um entendimento sobre a pobreza e medidas correspondentes para sua redução (MEDEIROS, 2013).

No que tange à definição de pobreza relativa, Kageyama e Hoffman (2006) e Codes (2008) destacam a noção de privação relativa, a partir da qual a pobreza é definida com base no contexto social e padrão de vida de determinada comunidade, como um conjunto de condições que não se limitam à renda. Nessa perspectiva, que data da década de 1960, o fenômeno é analisado mediante a comparação, enquanto um estado de carência relativo a situações sociais aos quais é comparado em um mesmo conjunto social. Nesse aspecto, a discussão se aproxima do debate acerca da cidadania, no sentido da inexistência de privações com relação ao exercício das relações sociais estabelecidas em determinada sociedade (CODES, 2008; KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; ROCHA, 2006).

O Banco Mundial pode ser tomado como paradigma na leitura usual sobre o fenômeno da pobreza, já que na década de 1980 este organismo assumiu a pobreza como seu foco de atuação (ESCURRA, 2015). Conforme Siqueira (2011), o entendimento do Banco Mundial acerca da pobreza se assentava em indicadores econômicos como o Produto Nacional Bruto – PNB per capita, a partir do qual eram criadas faixas de renda para classificar os países como países de baixa, média ou alta renda. Como uma medida agregada, a tradução do PNB em termos de poder de compra de cada indivíduo – definindo linhas de pobreza relativas ao consumo de bens básicos – é problemática, pois depende da distribuição de renda entre a população em cada economia (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

No início dos anos 2000, todavia, o Banco Mundial admite que as metas estabelecidas para a década de 1990 não haviam sido atingidas, conforme o Banco por ingerência dos Estados nacionais. Da mesma forma, admite a complexidade do problema, e amplia seu conceito de pobreza no sentido de uma visão multidimensional (SIQUEIRA, 2011). Essa abordagem já havia sido adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD quando a organização apresenta, no primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A Declaração do Milênio, subscrita por 189 países no ano de 2000, reforçava a necessidade de uma abordagem sobre a pobreza que considerasse as capacidades básicas de se ter uma vida longa e saudável, acesso à educação e a um padrão de vida decente e a possibilidade de exercer liberdades políticas e civis (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A formulação da pobreza enquanto fenômeno que se manifesta de forma multidimensional é atribuída ao economista Amartya Sen. A crítica de Sen ao tratamento monetário da pobreza data da década de 1980, quando o autor propõe que independentemente do acesso a determinados bens, o que determina a pobreza é a capacidade dos indivíduos de obterem a partir deles a satisfação e a qualidade de vida. De acordo com Kageyama e Hoffmann (2006), o conceito de pobreza a partir de Sen incorpora uma forma relativa – quanto aos bens considerados essenciais, e outra absoluta – quanto às capacidades. Esse enfoque teórico é denominado por Sen como a perspectiva das capacidades. A abordagem não nega a importância da renda, mas a considera como um meio na expansão da liberdade de bem-estar dos indivíduos e está relacionada a sua abordagem multidimensional (SEN, 2001; SIQUEIRA, 2011).

Essa abordagem sobre a pobreza, ao focar a privação de capacidades e como limitação às liberdades individuais, situa-se entre as perspectivas liberais sobre o fenômeno, em que a desigualdade de oportunidades na dimensão material atua como limitação às escolhas individuais (AMARILLA, 2021; CARVALHO; SOUZA, 2021; SILVA, R., 2018; SIQUEIRA, 2012). A ênfase nos méritos dos mecanismos de mercado é destacada na passagem em que Sen (2010, p.151) afirma que “o argumento mais imediato em favor da liberdade de transações de mercado baseia-se na importância fundamental da própria liberdade. Temos boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base em transações”. É dessa forma que pode haver, por exemplo, limitação da “liberdade básica de procurar trabalho assalariado”, caso haja alguma obstrução à liberdade individual dos trabalhadores (SEN, 2010, p.153).

As capacidades elementares propostas por Amartya Sen aparecem como liberdades instrumentais identificadas em pelo menos cinco tipos distintos: (1) as liberdades políticas – identificadas com os valores democráticos; (2) as facilidades econômicas – liberdade de participação nos mercados; (3) as oportunidades sociais – como educação e cultura, por exemplo; (4) as garantias de transparência – enquanto inibidoras da corrupção e; (5) a segurança protetora – como aparatos de benefícios sociais. Sen (2010) propõe então que a pobreza seja vista como uma privação destas liberdades instrumentais. Ilustra sua perspectiva a partir de uma série de manifestações do pauperismo, uma vez que as privações podem acarretar mortes prematuras, subnutrição, morbidez, analfabetismo e deficiências de toda ordem.

Dessa forma, com base em Sen (2010), pobre é aquele indivíduo que padece de privação de suas capacidades nas escolhas que o levariam a uma vida que se tem motivo para valorizar, ou seja, oportunidades reais de o indivíduo promover seus objetivos. Reflete-se nas várias coisas que um indivíduo poderá considerar valioso possuir ou fazer, podendo variar de

funcionamentos elementares, como o desejo de estar bem nutrido, a estados complexos relacionados à vida em comunidade, o que, em outros termos, redundava na liberdade de ter diferentes estilos de vida. Assim,

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins (SEN, 2010, p. 123, grifos do autor).

Como visto, apesar do já longo percurso teórico, não há consenso quanto à delimitação de um conceito único de pobreza, sendo que diferentes perspectivas adotadas e diferentes órgãos internacionais que tratam do tema fazem aportes teóricos específicos. Pode-se dizer, assim, que em sua definição se cruzam diferentes aspectos que balizam o caminho teórico, o que pode levar a perspectivas mais ou menos ecléticas (AMARILLA, 2021; CARBALLO, SÁNCHEZ; ROJAS, 2020). Assim, sem perder de vista a complexidade da discussão e a visão de mundo que ela implica, toma-se como ponto de partida teórico a abordagem de Amartya Sen, que tem sido amplamente adotada e discutida pela literatura acadêmica contemporaneamente.

2.2 Os Anos Dourados de Juscelino Kubitschek

O Governo Juscelino Kubitschek se insere em um período da história econômica brasileira no qual se implantam as bases de um sistema industrial, com apoio no processo de divisão do trabalho nacional e de introdução e disseminação do progresso técnico mundial (BIELSCHOWSKY, 2000). No entendimento de Fonseca (1987), o período que se estende de 1930 a 1955 foi decisivo para a constituição e consolidação do Brasil enquanto economia capitalista. Foi preponderante para isso o papel da classe burguesa industrial e da classe dirigente, obtendo como resultado a industrialização do país, que teve forte impulso já a partir da República Velha com o redirecionamento ao mercado interno quando da Crise de 1929.

No início da década de 1950, todavia, tornaram-se evidentes os estrangulamentos a que estava sujeita a economia brasileira. Os principais pontos de estrangulamento estavam relacionados aos setores de energia e transportes, bem como à falta de aparelhamento estatal para fazer frente à gestão de política econômica de um país cujas bases produtivas se transformavam (LESSA, 1982). À vista disso, o planejamento seria proposto por Juscelino

Kubitschek enquanto candidato à presidência como a solução para os problemas brasileiros, não só a partir da identificação dos pontos de estrangulamento econômicos, mas também da percepção de que a mudança no sistema político operada naquele contexto assim o exigia (LAFER, 1970).

Conforme argumenta Lafer (1970), a ampliação da participação política em termos de voto ocorrida a partir do Governo Dutra – 1945, caracteriza um período de mudança na dinâmica do sistema político brasileiro. Não só aumentava a participação política, mas também se alteravam a distribuição ocupacional e urbana da população, com efeitos sobre sua capacidade de mobilização. Para o autor, “o resultado foi o aparecimento de relações diretas do tipo massa-elite que se exprimiram através do populismo” (LAFER, 1970, p. 32). Lafer (1970, p. 32-33), partindo das análises de Weffort, continua: “por um lado, as novas massas politicamente relevantes outorgavam, através do voto, legitimidade ao regime e à conciliação entre as elites e estas por sua vez se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego, garantindo dessa maneira a legitimidade de seu mando”.

O populismo de Juscelino Kubitschek estava assim atrelado ao entendimento de que era necessário dimensionar de forma pragmática a ampliação da participação política por meio do voto, mesmo porque Kubitschek foi eleito com 36% dos votos válidos. Ao ser eleito nesses termos, não poderia prescindir da aliança partidária entre o Partido Social Democrático – PSD, o voto rural, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o voto urbano, que viabilizou sua campanha e proveu sustentação parlamentar ao longo do mandato. Da mesma forma, teria de criar empregos para que se mantivesse a legitimidade de seu governo perante as classes emergentes (BENEVIDES, 1976, 1991).

Nesse contexto é que se deve perceber a euforia desenvolvimentista enquanto resposta populista ao novo cenário que se colocava por força das mudanças sociais e econômicas que ocorriam desde as décadas precedentes. O planejamento consistiu numa decisão política tendo em vista a legitimidade do governo, e compreendeu uma iniciativa de conciliação dos diversos interesses de grupos que atuavam de forma convergente a possibilitar que o mandato transcorresse como previsto. A nova dinâmica massa-elite assim o exigia, por impor a contínua expansão do emprego para uma população urbana que crescia a taxas maiores do que a taxa de crescimento da população como um todo (rural e urbana). O fim último declarado por Kubitschek na campanha eleitoral era, assim, a contínua melhoria do nível de vida da população, como forma de garantir a persistência do modelo político (BENEVIDES, 1976, 1991; LAFER, 1970).

É no Governo Juscelino Kubitschek que o vocábulo desenvolvimentismo se estabelece definitivamente na política econômica nacional (BENEVIDES, 1991). O desenvolvimentismo é definido por Bielschowsky (2000) como uma ideologia econômica de transformação da economia brasileira, que se sustenta na industrialização integral como forma de superação do atraso e da pobreza brasileiros, com necessário planejamento pelo Estado. Juscelino Kubitschek tinha a perspectiva de um desenvolvimento nacional autônomo, ainda que a poupança nacional fosse insuficiente. Pensou-se então em uma articulação de diferentes atores, privados e públicos, nacionais e estrangeiros, orientados pelo Estado através de um plano geral que exprimia uma determinada orientação ideológica (ALMEIDA, 2004; CARDOSO, M., 1977).

Assim, além da expectativa de criação de empregos, que atendia aos interesses dos trabalhadores, Benevides (1991) destaca que o desenvolvimentismo atendia também aos interesses da burguesia industrial em expansão, sem que fosse enfatizado o caráter intervencionista do projeto. Não menos importante, ainda conforme a autora, o desenvolvimentismo representava para os militares a abundância de recursos para aparelhamento bélico e infraestrutura de comunicação e transportes. Os militares, assim como a aliança PSD-PTB, formariam a conjuntura que permitiu a relativa estabilidade do Governo Juscelino Kubitschek.

O planejamento no Governo Juscelino Kubitschek tomou forma no Plano de Metas, experiência pioneira de planejamento governamental da economia brasileira em termos de abrangência e êxito na consecução de seus objetivos, seja pela complexidade de sua formulação ou pela magnitude de seus impactos na economia. O Plano tinha fundamentalmente metas de infraestrutura e metas de substituição de importações, definidas a partir das noções de pontos de estrangulamento e de germinação, interdependência setorial e demanda derivada. Os planos formulados pelas comissões técnicas que precederam o período Juscelino Kubitschek deram o embasamento conceitual necessário ao Plano de Metas, que abrangia cinco setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação (LAFER, 1970; LESSA, 1982). O Quadro 01, a seguir, apresenta a síntese de algumas metas referentes a cada um dos setores contemplados no Plano de Metas.

Quadro 01 – A implementação do Plano de Metas: alguns resultados

Setor	Investimento estimado (bilhões de Cr\$)	% do total	Metas específicas	Previsão	Realizado	% do total
Energia	154,3	43,4%	Energia Elétrica (1.000 kW)	2.000	1.650	82%
			Carvão (1.000 t)	1.000	230	23%
			Petróleo-Produção (1.000 barris/dia)	96	75	76%
			Petróleo-Refino (1.000 barris/dia)	200	52	26%
Transportes	105,3	29,6%	Ferrovias (1.000 km)	3	1	32%
			Construção de Rodovias (1.000 km)	13	17	138%
			Rodovias-Pavimentação (1.000 km)	5	10,2	204%
Ind. de base	72,7	20,4%	Aço (1.000 t)	1.100	650	60%
			Cimento (1.000 t)	2.300	2.277	99%
			Carros e Caminhões (1.000 unid.)	170	133	78%
			Nacionalização (carros) (%)	90	75	-
			Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	-
Educação*	12	3,4%	Formação de pessoal técnico	-	-	-
Alimentação	11,5	3,2%	Produção tritícola (1.000 t)	1.500	370	25%
			Matadouros industriais bovinos (abates/dia)	2750	2200	80%

Fonte: Elaboração própria com base em Lafer (1970), Lessa (1982) e Orenstein e Sochaczewski (2014).

* Meta não quantificada.

O financiamento dos investimentos nos diversos setores contemplados no Plano se compunha majoritariamente de recursos públicos, tanto do orçamento federal como de orçamentos estaduais, que somavam 50,2% do montante previsto. Recursos de fundos privados representavam 35,3% do total, demais recursos provenientes de agências públicas, compreendendo 14,5%. O financiamento dos setores de Energia, Transportes e Educação cabia principalmente ao orçamento público, enquanto que Indústrias Básicas e Alimentação ficaram majoritariamente a cargo do setor privado. O investimento externo não estava detalhado no Plano, apenas no que diz respeito à previsão de capacidade de importação no período, que projetava um déficit decrescente no balanço de pagamentos (SOCHACZEWSKI, 1993). As fontes de recursos previstas no Plano de Metas estão apresentadas na Tabela 01:

Tabela 01 – Fontes de financiamento do Plano de Metas

Fonte do recurso	Energia	Transportes	Ind. de Base	Educação	Alimentação	% do total
Orçamento Federal	27,2%	67,8%	6,1%	100,0%	10,4%	39,8%
Orçamento Estadual	21,8%	0,3%	3,8%	0,0%	12,5%	10,3%
Recursos Próprios e Empresas Privadas e Mistas	40,2%	19,4%	60,1%	0,0%	55,2%	35,3%
Financiamento de Agências Públicas	10,8%	12,5%	30,0%	0,0%	21,9%	14,5%

Fonte: Adaptado de Sochaczewski (1993).

Neste cenário, coloca-se a questão de como o setor público pretendia mobilizar o montante de recursos estimado. Os recursos para Energia e Transportes tinham o suporte de fundos de vinculação orçamentária, oriundos de tributação. A estes fundos caberia 55% do financiamento sob a responsabilidade do orçamento federal, que equivaleria, no caso de as previsões estarem corretas, a um déficit de 2,2% do Produto Interno Bruto – PIB, o que vinha de encontro a meta de uma taxa de inflação de 13,5% devido à necessidade de expansão monetária para cobrir o déficit. Além disso, nas fontes de financiamento constantes no Plano, não estavam previstos os gastos relativos à construção de Brasília (SOCHACZEWSKI, 1993).

Dessa forma, para Lessa (1982, p. 75) o Plano de Metas tinha vocação inflacionista, já que o montante dos investimentos necessários para o desenvolvimento da indústria “supunha, implicitamente, a formação de poupanças forçadas e a provável ativação dos mecanismos de propagação das pressões inflacionárias”. Ao longo do período, contudo, houve um esgotamento da capacidade dos setores públicos e privados para a mobilização dos recursos necessários ao financiamento dos gastos e investimentos, na medida em que a inflação deixou de se constituir enquanto meio de capitalização satisfatório. O esquema de financiamento efetivado levou, assim, a pressões econômicas e políticas. Este processo se agravaria no início dos anos 1960, reverberando no aumento das tensões que marcam os anos que antecedem o Golpe Militar (SOCHACZEWSKI, 1993).

Ainda assim, o aprofundamento do processo de industrialização da economia brasileira é legado inegável do período Kubitschek. A maioria das metas traçadas pelo Plano teve altas taxas de realização, em especial as metas relativas à infraestrutura e ao setor industrial, com altos índices de cumprimento. Os objetivos básicos de aceleração da industrialização e interiorização do desenvolvimento foram alcançados (ALMEIDA, 2004; CAMPOS, 2007). O setor de bens de consumo duráveis, juntamente com o de bens de produção, contribuiu fortemente para a taxa de expansão da indústria no período. Neste setor destacaram-se as

indústrias automobilística e eletroeletrônica. O consumo desses bens, contudo, ficava restrito às camadas urbanas de mais altas rendas, que garantiram o dinamismo do setor até a desaceleração em 1963 (FONSECA, SALOMÃO, 2015; TAVARES; 1998). Todavia, o projeto desenvolvimentista foi mantido naquele período à revelia do aumento do desequilíbrio externo em termos de déficit do balanço de pagamentos e da aceleração inflacionária. Esses resultados, conforme Melo *et al.* (2009) constituem outro legado do Governo Juscelino Kubitschek.

Ioris e Ioris (2013) ressaltam o caráter regressivo das políticas econômicas adotadas. Conforme os autores, o caminho de promoção da industrialização e do crescimento econômico era conservador e, em última análise, excludente, ainda que revestido do discurso vibrante da modernização sob o lema dos cinquenta anos em cinco. Pode-se discutir, a partir destas leituras, se o resultado último da política econômica de Juscelino Kubitschek foi o aprofundamento das contradições de uma economia historicamente desigual. Domingues (2014) trata do caso da indústria automobilística para evidenciar o modelo concentrador de renda implementado pelo Governo Juscelino Kubitschek. Por um lado, havia a necessidade de criação de mercado para a incipiente indústria. Por outro, a cultura automobilística criava a diferenciação social entre a massa de trabalhadores e a “diretoria” a qual se destinavam os modelos de carros de luxo.

Assim, apesar do processo de modernização ocorrido no período, e em parte em decorrência dele, permaneciam na economia brasileira as desigualdades nos níveis setoriais, regionais e sociais (TAVARES, 2010). Sobre este último aspecto, nas palavras de Domingues (2014, p. 47), “o signo da situação social do período é, portanto, de contraste entre realidades sociais muito diferentes, da desigualdade. [...] Os elementos socialmente heterogêneos não se dissolvem com o progresso”. Um desses elementos é a massa de trabalhadores que migrava para os centros urbanos, com decorrente aumento do desemprego urbano e da pobreza, já que a expansão do emprego não acompanhava a expansão da oferta de mão de obra (CAMPOS, 2007; DOMINGUES, 2014; LESSA, 1982). A pobreza urbana se concentrava, então, em bolsões de miséria, de que as favelas são caso típico. Nesses espaços, a população padecia de subnutrição, tuberculose e altos índices de mortalidade infantil (DOMINGUES, 2014). A perspectiva da pobreza adotada pelo Governo Juscelino Kubitschek é tratada de forma breve na seção a seguir.

2.3 Pobreza e desenvolvimentismo nos Anos Dourados

A pobreza, pela perspectiva do pensamento desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, era tida como manifestação do fenômeno do subdesenvolvimento. Por esse viés,

independentemente de como se conceituasse ou quantificasse a pobreza, o caminho de sua superação seria o do desenvolvimento das forças produtivas, crescimento econômico e medidas de redistribuição da riqueza gerada a partir deste processo. A pobreza assumia caráter transitório, não estrutural (SIQUEIRA, 2011; CARDOSO, M., 1977). A partir dessa visão, no período em análise a pobreza assume um caráter relativo de algo a ser superado, conforme é anunciado pelo então candidato à Presidência da República nas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento: “o objetivo final do Plano é aumentar o padrão de vida do povo, abrindo-lhe oportunidades de melhor futuro” (OLIVEIRA, 1955, p. 21).

Conforme analisa Cardoso (M., 1977), na proposta do Governo Kubitschek estava explícita a ideia de que a prosperidade resultante do desenvolvimento proporcionaria um melhor padrão de vida a todo o povo, mesmo que permanecesse a diferenciação entre classes. A manutenção da estabilidade política democrática era, porém, uma das preocupações centrais do Governo, e, deste ponto de vista, a miséria constituía-se enquanto ameaça à ordem. Assim, a necessidade de combater o pauperismo estava associada à manutenção da democracia, especialmente diante da conjuntura internacional de expansão comunista. Contudo, ainda que considerados os aspectos sociais e políticos, o desenvolvimento era tomado predominantemente em seu âmbito econômico (CARDOSO, M., 1977).

Este viés do pensamento desenvolvimentista e as contradições das políticas econômicas adotadas a partir dele não deixariam de ser objeto de crítica nas décadas posteriores. Já na década de 1960, diversos intelectuais se puseram a refletir sobre as lacunas e limitações do desenvolvimentismo de então, e a propor novas formulações que se configurariam enquanto ponto de inflexão nas teorias do desenvolvimento, em um movimento de ruptura sintetizado na Teoria da Dependência. Entre os autores que se debruçaram sobre o tema, destacam-se os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, especialmente Raul Prebisch e Celso Furtado. Numa corrente mais radical, designada por Teoria Marxista da Dependência, tem-se como principais nomes Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile – CESO, e André Gunder Frank. Ligados a ambas as escolas, os nomes de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto merecem menção (DOS SANTOS, 2020).

Porém, ainda na década de 1950, a visão da pobreza assumida pelo Governo Juscelino Kubitschek era pragmática, e já que a pobreza era em si uma manifestação do subdesenvolvimento, os diagnósticos e as soluções propostas careciam de aprofundamento (STORMOWSKI, 2011). As análises sobre o período indicam que o agravamento das tensões sociais e políticas – que no limite levariam à ruptura institucional no Golpe de 1964, pode ser

associado à gestão de política econômica do Governo Juscelino Kubitschek (BENEVIDES, 1991). Assim, pode-se dizer que o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, sintetizado no lema cinquenta anos em cinco, não somente não melhoraria o padrão de vida do povo, conforme constava nas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, como traria em seu bojo os mecanismos da reprodução e mesmo do agravamento das desigualdades já presentes na sociedade e economia brasileiras, conforme explica Tavares (2010).

Para esta autora, o processo de desenvolvimento econômico levado a cabo no período ocorreu de forma desequilibrada em três diferentes planos, quais sejam, o setorial, o regional e o social. Com relação ao primeiro, a ênfase foi dada ao setor secundário da economia, principalmente nas indústrias de transformação. O setor terciário se beneficiou dos investimentos em infraestrutura e transportes, porém, no caso do setor primário, a estrutura produtiva permaneceu de forma geral inalterada, sem que haja sido incorporado progresso técnico. Além disso, conforme a autora, mesmo no setor secundário a expansão foi desequilibrada, com investimentos insuficientes nas indústrias de produtos intermediários, configurando-se pontos de estrangulamento.

Sobre o segundo aspecto, os desequilíbrios no âmbito regional, foi patente o aprofundamento da tendência de concentração que já se observava na economia brasileira, já que os incentivos à industrialização correspondiam a uma transferência de renda entre as regiões menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas: São Paulo e Rio de Janeiro, àquele ponto, geravam juntos cerca de 50% da renda nacional, com 23% da população total. A terceira dimensão diz respeito ao desequilíbrio social, que, para Tavares (2010), não é mais do que uma terceira faceta do profundo desequilíbrio econômico. Nas palavras da autora,

Os desequilíbrios sociais parecem ter-se agravado no processo de desenvolvimento recente, a julgar por vários indicadores que vão desde o aumento das populações marginais nas cidades até os desníveis de renda da população ocupada no setor mais atrasado, o primário, em relação ao setor mais desenvolvido, o secundário (TAVARES, 2010, p. 111).

Este fenômeno se deveu, em parte, à incapacidade da indústria de criação de empregos no mesmo ritmo em que crescia a população economicamente ativa, de forma a absorver a mão de obra. Todavia, para além deste fator, Tavares (2010) ressalta que não se pode deixar de observar o papel dos programas públicos convencionais de assistência à população, mormente em saúde e educação, que excluía dos gastos a massa da população rural. Por outro lado, Ribeiro (2015) destaca que a verdadeira modernização do país teve como entrave a insuficiência das ações governamentais junto à crescente população urbana, nestas mesmas áreas destacadas por

Tavares. É provável, assim, que os gastos sociais em educação e sanidade fossem insuficientes para ambos os grupos. Assim, a economia brasileira ao longo do processo de desenvolvimento, estaria caracterizada pela dualidade de um setor capitalista e um setor subdesenvolvido, com tendência ao agravamento na medida em que se aprofundasse aquele mesmo processo. O Quadro 02 mostra uma estimativa da distribuição de renda no Brasil no ano de 1960:

Quadro 02 – Distribuição conjetural de renda no Brasil em 1960

Categoria		Porcentagem da população que compõe a categoria	População por categoria (milhões de habitantes)	Renda per capita por categoria (dólares)	Renda total por categoria (bilhões de dólares)
I	Trabalhadores rurais e urbanos sem qualificação, aposentados e pensionistas de baixa renda	50	35	100	3,5
II	Trabalhadores do setor público e privado de nível médio, trabalhadores especializados, pequenos comerciantes e pequenos proprietários e rentistas	45	31,5	325	10,5
III	Profissionais liberais, empresários agrícolas, comerciais e industriais, médios proprietários, altos executivos do setor público e privado	3	2,1	1.430	3
IV	Famílias de grandes proprietários e empresários	2	1,4	2.850	4
Total		100	70	300	21

Fonte: Elaborado com base em Tavares (2010) e CEPAL (1963).

A seção que ora se finaliza apresentou a fundamentação teórica do presente estudo. A pobreza tem sido analisada por diferentes prismas desde que se constitui enquanto problema social no âmbito do sistema capitalista, mas as abordagens contemporâneas esforçam-se no sentido de apreender o fenômeno em todas as suas dimensões, para além da monetária. Não se pretende realizar de forma anacrônica a análise da pobreza nos Anos Dourados a partir de uma conceituação formulada no final do século XX, mas antes lançar uma nova compreensão, *a posteriori*, sobre um período histórico e um problema que ainda se coloca enquanto imperativo. Assim, a contextualização histórica foi realizada na segunda seção, e na terceira procurou-se, de forma resumida, apresentar qual era a visão da pobreza a partir da qual o Governo Kubitschek formulava suas respostas à questão, e quais foram os resultados fundamentais alcançados. O capítulo a seguir apresenta a metodologia de pesquisa.

3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a corrente pesquisa é de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A pesquisa qualitativa, para Creswell (2007), é eminentemente interpretativa, a partir de dados coletados em forma de texto ou imagem. Além disso, é emergente, e não estritamente pré-configurada, à medida em que surgem novos aspectos no decorrer do estudo, filtrados pela perspectiva do pesquisador e ancorados em um contexto histórico e sociopolítico específico. Nas palavras do autor, “o pesquisador qualitativo reflete sistematicamente sobre quem ele é na investigação [...] Essa introspecção e esse reconhecimento de vieses, valores e interesses (ou *refletividade*) tipifica a pesquisa qualitativa atualmente” (CRESWELL, 2007, p.187, grifo do autor).

Quanto ao caráter, a pesquisa exploratória é adequada quando há pouco ou nenhum conhecimento científico precedente sobre o fenômeno que se quer analisar, mas se acredita que existam elementos a serem tratados. Nesse caso, o fenômeno deverá ser abordado com flexibilidade e abertura com relação à natureza dos dados e à sua fonte. Na pesquisa exploratória, o propósito do pesquisador é obter generalizações sobre o fenômeno em análise, que permitem a posterior formulação de uma teoria fundamentada sobre o objeto. Pode-se dizer que na pesquisa exploratória as ideias emergem dos dados, associando-se à descoberta e aos estágios iniciais no estudo de um fenômeno (CASULA; RANGARAJAN; SHIELDS, 2021; STEBBINS, 2001).

Com isso, justifica-se o caráter exploratório do presente estudo, de forma que se possa fazer uma abordagem inicial, e *a posteriori*, sobre a pobreza no período. O Governo Juscelino Kubitschek, em análise no presente estudo, tem sido objeto de diversos pesquisadores, sob diferentes perspectivas, ao longo das últimas décadas. Carece, contudo, da investigação mais específica da pobreza, tema lateral nas referências às quais até então se teve acesso. Ressalte-se, contudo, a partir de Stebbins (2001), que a pesquisa exploratória é uma atividade pré-estabelecida, intencional e sistemática, uma forma específica de conduzir o processo científico e uma orientação específica do pesquisador.

Os dados foram obtidos por meio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. Enquanto técnica de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de fontes secundárias constituídas de publicações existentes sobre o assunto de estudo, podendo incluir também materiais orais ou audiovisuais. Parte-se, assim, de análises prévias, seus dados ou categorias analíticas (LAKATOS; MARCONI, 2003; SEVERINO, 2014). Nas palavras de Lakatos e Marconi (2003, p.183), mais do que a repetição sobre aquilo que já foi dito, a pesquisa

bibliográfica “propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Para este estudo, serão utilizados como fontes bibliográficas (a) textos histórico-econômicos que tratam do período do Governo Juscelino Kubitschek e; (b) pesquisas acadêmicas sobre a obra de Carolina Maria de Jesus.

A coleta de dados pela pesquisa documental se constitui na busca deliberada de dados a partir de diversos tipos de documentos, assim definidos por não terem sofrido tratamento analítico prévio. O documento poderá assumir ou não a forma escrita, ser contemporâneo ou ser retrospectivo, e sua escolha deve ocorrer segundo o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa. Mesmo que os documentos em questão já tenham sido empregados anteriormente, o mesmo material pode ser reexaminado sob diferentes aspectos (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015; LAKATOS; MARCONI, 2003). Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) comentam que informações obtidas de documentos podem ser especialmente relevantes no estudo de objetos cuja análise necessite de uma contextualização histórica e sociocultural.

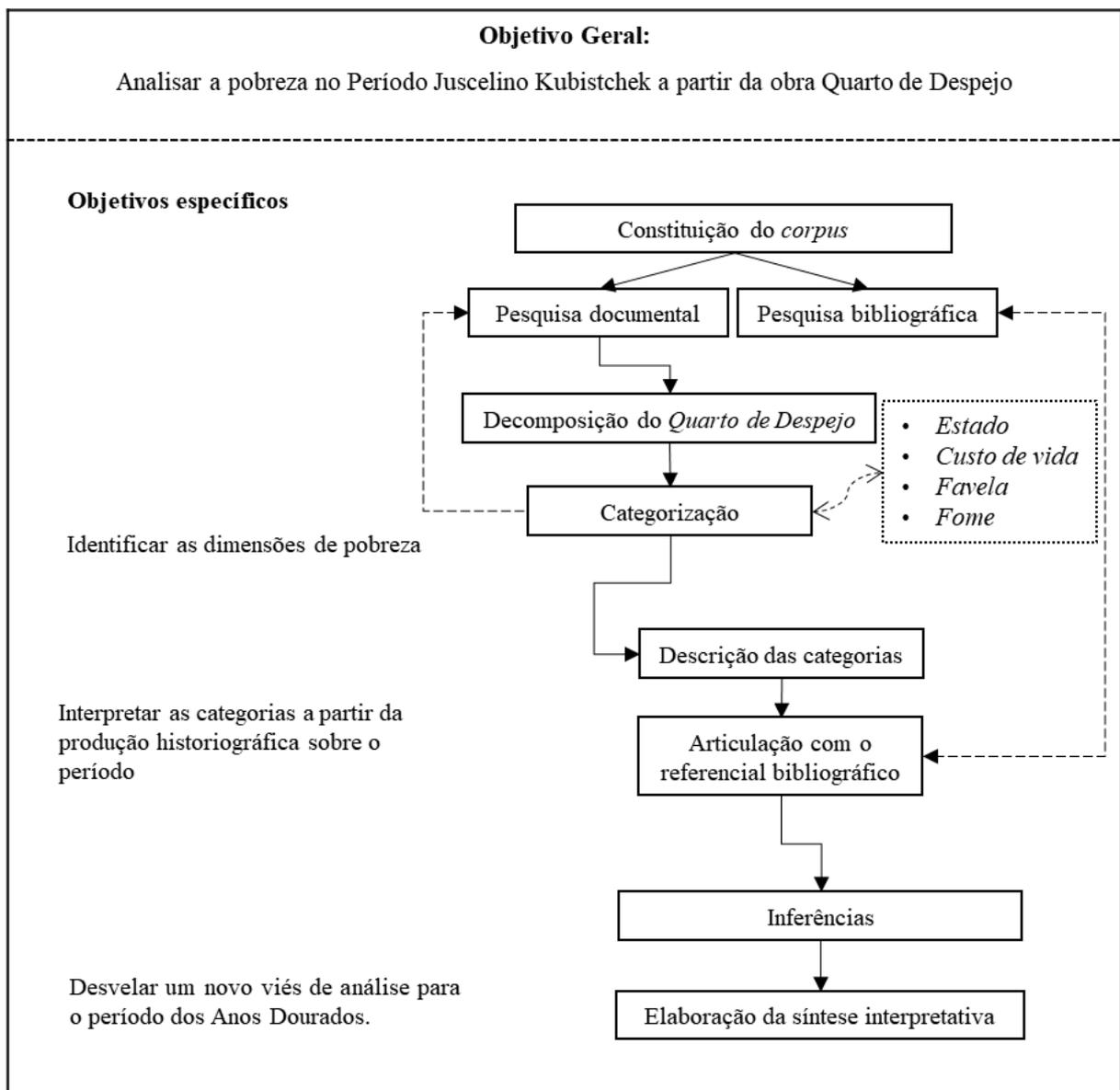
Aprofundando esse entendimento, Pimentel (2001, p.193) afirma que “a investigação confere um valor histórico ao documento à medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha”. Assim, o presente estudo se valeu da obra Quarto de Despejo – apresentada na seção 2.1 a seguir – enquanto fonte documental sobre o fenômeno da pobreza no período histórico no qual foi produzido. De forma complementar, e seguindo o que foi realizado por Pimentel (2001) em sua pesquisa, foram fontes adicionais de informações: (a) outros escritos publicados da autora Carolina Maria de Jesus, como a obra “Meu estranho diário”, dos organizadores Meihy e Levine (1996); (b) matérias publicadas em jornais e revistas da época; (c) críticas literárias à obra de Carolina Maria de Jesus; (d) dados estatísticos secundários do período e; (e) registros iconográficos e audiovisuais.

Como técnica de análise dos dados foi empregada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo se apresenta como um conjunto de técnicas de análise de comunicações (escrita ou oral, icônica ou outros códigos). Utiliza-se de procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição analítica do conteúdo das mensagens com a finalidade de inferir conhecimentos sobre seu emissor, sobre o meio (condições de produção), ou, eventualmente, sobre as condições de recepção (BARDIN, 2011). Oleinik (2022) aponta a análise de conteúdo como uma técnica de análise de dados qualitativos relativamente desconhecida dos economistas (mesmo que especificamente o autor se refira aos economistas heterodoxos), enfatizando sua relevância em termos de equipar e qualificar suas análises de pesquisa social.

A análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas, incorpora diversas possibilidades de análise das comunicações. De forma geral, a análise de conteúdo pode ser

dividida em três fases: (1) a pré-análise, ou seja, coleta dos dados e constituição do *corpus* analítico. Segue-se a (2) exploração do material, por meio de sua decomposição e categorização. As categorias que emergiram nesta etapa da exploração do documento foram **Estado**, **Custo de Vida**, **Favela** e **Fome**. A última fase da análise de conteúdo consistiu no (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta fase foi elaborada a síntese interpretativa, conforme indicam Bardin (2011) e Gomes (2012). O Quadro 03 esquematiza as fases da pesquisa associando-as aos objetivos específicos.

Quadro 03 – Esquema analítico da pesquisa relativamente aos objetivos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Bardin (2011) e Gomes (2012).

Dentre as formas através das quais se poderia tomar as categorias a partir do Quarto de Despejo, optou-se pela categorização dos temas por meio da dimensão sintática e semântica,

inferindo núcleos de sentido (GOMES, 2012) do conjunto das palavras e frases que, em seu contexto, exprimam determinada significação. Assim, evitou-se utilizar a simples frequência e distribuição das palavras ao longo do texto, tendo em vista que muitas vezes os mesmos termos são usados por Carolina Maria de Jesus para exprimir significados diferentes, e, em contrapartida, termos diferentes são empregados em frases com sentidos semelhantes. Com isto em vista, repetidas leituras do texto permitiram a inferência das categorias temáticas que emergiram do texto a partir de sua interpretação.

A corrente seção delimitou a pesquisa em termos metodológicos, ou seja, o caminho a ser percorrido na consecução dos objetivos específicos. Delineou a abordagem – qualitativa, e o caráter da pesquisa – exploratório, bem como tratou da forma de coleta de dados – pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Apresentou também a fundamentação metodológica da técnica de análise de dados, a saber, análise de conteúdo. A seção a seguir trata da obra Quarto de Despejo, principal documento sobre o qual se debruçou a análise.

3.1 O Quarto de Despejo como evidência histórica

A obra “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” foi aqui tomada como fonte documental de evidências históricas, procedimento que, se bem seja inusual na área das Ciências Econômicas, vem sendo adotado em pesquisas de áreas correlatas como a história, a sociologia, a educação, o direito e a antropologia. São exemplos desta prática os estudos de Decca (1995), Roncari (2003), Bahia (2012), Albuquerque Júnior (2017), e Nogueira (2018). Em tempo, o texto de Grecco (2014) faz uma análise sobre a possibilidade de se utilizar a literatura como fonte documental para a historiografia. Conforme a autora, a ampliação do leque de abordagens e fontes da disciplina da História foi influenciada pela ascensão dos estudos culturais (GRECCO, 2014).

É crescente o interesse na análise da obra Quarto de Despejo por diferentes perspectivas e áreas de estudo. De acordo com Tanus (2022), somente no Banco de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT estão registrados 164 estudos sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, de 2003 a 2020, e concentrando-se especialmente após 2010. Desses, 42 estudos tratam especificamente do livro Quarto de Despejo. Encontra-se, assim, uma cada vez mais abundante literatura acadêmica a respeito da obra e de sua autora, movimento de resgate que ganha força especialmente a partir de 2014, quando do centenário de seu nascimento (SANTOS, G., 2018).

A obra, composta por trechos selecionados por Audálio Dantas a partir dos diários da autora, compreende os períodos que se estendem de 15 a 28 de julho de 1955 e de 2 de maio de 1958 a 1º de janeiro de 1960, ano de sua publicação. Enquanto diário, há descontinuidades cronológicas, que, todavia, não implicam em uma descontinuidade na estrutura narrativa (VOGT, 2020). Desde sua publicação houve quem levantasse dúvidas quanto à autenticidade da obra quanto à sua autoria, que, no entanto, não encontram respaldo frente à análise de seus manuscritos, de acordo com Fernandez (2015).

Da mesma forma, existem questionamentos quanto ao gênero literário autobiográfico, no que tange aos limites entre o real e o ficcional. Esta discussão pode ser vista em Souza (G., 2011). De qualquer forma, o texto literário, quer se aproxime mais da realidade, quer da ficção, tem sido explorado por historiadores à busca de novas compreensões sobre os fenômenos históricos. Especificamente sobre o Quarto de Despejo, compartilha-se aqui do argumento de Miranda (2020, p. 248), segundo o qual “depois das linhas de Carolina Maria de Jesus, o consenso diante da ideia positiva de [São Paulo como a] “metrópole do progresso” tornou-se inviável, pois sua escrita deflagrou o outro lado da modernidade”.

A presente seção apresentou de forma sintética a escolha da obra Quarto de Despejo como documento central enquanto fonte de dados para este estudo. Entende-se que não seja comum nas Ciências Econômicas o emprego de tais fontes, muito embora o seja em diversas outras disciplinas científicas. Tendo sido feitas as ressalvas necessárias quanto aos questionamentos sobre a autoria da obra e quanto ao gênero literário autobiográfico, o capítulo a seguir apresenta os resultados da pesquisa.

4 O QUARTO DE DESPEJO COMO RETRATO DO PAUPERISMO URBANO NOS ANOS DOURADOS

No presente capítulo será desenvolvida a análise dos dados coletados. Uma primeira leitura da obra Quarto de Despejo, mesmo se considerada estritamente enquanto obra literária, já possibilita uma perspectiva ampla acerca das contradições do celebrado Período Juscelino Kubitschek. Foi a partir da forte impressão causada pela leitura da obra há alguns anos – mas já durante a graduação em Ciências Econômicas, que surge a inquietação que guia e delimita a presente pesquisa. Já no âmbito deste estudo, sucessivas releituras da obra possibilitaram que se aprimorasse a visão geral sobre seu conteúdo, bem como se evidenciasse a riqueza dos elementos ali constantes para a discussão crítica da história econômica do Brasil naquele período. A obra Quarto de Despejo, enquanto documento de análise, caracteriza-se enquanto relato pessoal de sua autora, em formato de diário, onde foram feitos registros de 13 dias em 1955; 173 dias, em 1958; 75 dias, em 1959 e; um dia, em 1960. No decorrer dos quatro anos somam-se 262 dias registrados. Os registros se distribuem de forma desigual ao longo dos anos, evidenciando as descontinuidades cronológicas já mencionadas na seção 2.1.

Pelo caráter dos registros feitos por Carolina Maria de Jesus em seus cadernos, a obra é como um todo marcada pela repetição dos temas. Assim, de forma geral, pode-se dizer que um dia típico na vida da autora no período em que foi escrito o diário iniciava-se por volta das cinco horas da manhã, horário em que Carolina Maria de Jesus ia buscar água junto à torneira que abastecia os moradores da favela do Canindé. A seguir, iniciava o trabalho diário com as tarefas de cuidados domésticos e dos filhos, saía para catar papel ou dedicava algum tempo à sua produção literária. Ao horário das refeições, a preocupação da autora com a possibilidade de não haver o que preparar para si e para seus filhos é registrada de forma recorrente ao longo da obra. À noite, trabalhava ainda escrevendo ou catando papéis e outros materiais recicláveis, algumas vezes relatando que havia retornado à favela por volta da meia noite. Uma rotina intensa de trabalho, muitas vezes interrompida por cenas de violência envolvendo os moradores da favela.

Assim, narrando encontros e desencontros com outros *personagens*, Carolina Maria de Jesus não documenta apenas seu cotidiano, mas todo um universo de relações que é destacado por Dalcastagnè (2007, p. 24):

É uma grande galeria de personagens – algumas melhor caracterizadas, outras apenas esboços – que abrange especialmente os moradores da favela, mas que se estende ainda pelas vias que levam à cidade, incorporando mendigos, vendedores ambulantes,

donos de lojas do comércio, mulheres de classe média em suas casas bem montadas, atendentes de hospitais e delegacias. De cada um deles temos um vislumbre de vida, no momento exato em que sua existência cruza com a da protagonista. E esses encontros são, evidentemente, literários, usados para preencher a necessidade de dizer alguma coisa sobre o outro e, talvez, esclarecer para si o mundo.

Assim, apesar de que a repetição dos problemas no dia a dia do Quarto de Despejo possa sugerir uma inalteração na situação de pobreza, é latente na obra a denúncia da deterioração das condições de vida de parte da população urbana pauperizada moradora da favela do Canindé e dos arredores, em uma São Paulo que crescia a um ritmo frenético. Este aspecto da repetição se sobressai quando da leitura da obra à procura dos temas para extração das categorias analíticas, e necessariamente impõe à análise a consideração da dimensão temporal dos fatos narrados pela autora e de sua apreciação a seu respeito.

Um exemplo de como Carolina Maria de Jesus avaliava o agravamento da situação de pobreza no Quarto de Despejo pode ser lido no seguinte trecho: “*Antigamente, isto é, de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se*” (DE JESUS, 2020, p.40, 19 de maio de 1958³). Pelo excerto *a vida foi ficando causticante* compreende-se que a autora entendia que as condições de vida naquele período evoluíam no sentido de uma piora geral no quadro das vicissitudes da pobreza.

A partir desta consideração, optou-se por verificar a frequência dos temas – núcleos temáticos – ao longo dos anos registrados no diário, a partir das categorias temáticas que emergiram de sucessivas abordagens ao documento. Com isso, procura-se compreender o movimento ou os movimentos registrados por Carolina Maria de Jesus na situação da população pobre moradora da favela do Canindé. Percebeu-se, contudo, na análise do documento, que a categorização temática é atravessada necessariamente pela subjetividade inerente à interpretação do conteúdo. Os diferentes temas estão de tal forma sobrepostos que os arranjos dos trechos em categorias podem ser feitos de diferentes formas. Com o objetivo de pragmatizar a análise, optou-se por trabalhar com quatro categorias temáticas, apresentadas no Quadro 04 a seguir.

³ A inclusão das datas junto às citações diretas tem a intenção de ressaltar que os acontecimentos narrados pela autora têm necessariamente de ser considerados em sua dimensão temporal, devido ao fato de que a própria autora tenha relatado seu cotidiano em formato de diário, uma escolha estética que reforça aspectos como a repetição dos problemas e das carências do dia a dia no Quarto de Despejo.

Quadro 04 – A pobreza no Quarto de Despejo: categorias analisadas

Ano		1955	1958	1959	1960	Total
Dias registrados no diário		13	173	75	1	262
Categoria	Estado	3	75	16	-	94
	Custo de vida	5	62	23	-	91
	Favela	11	103	40	1	155
	Fome	5	91	37	-	133

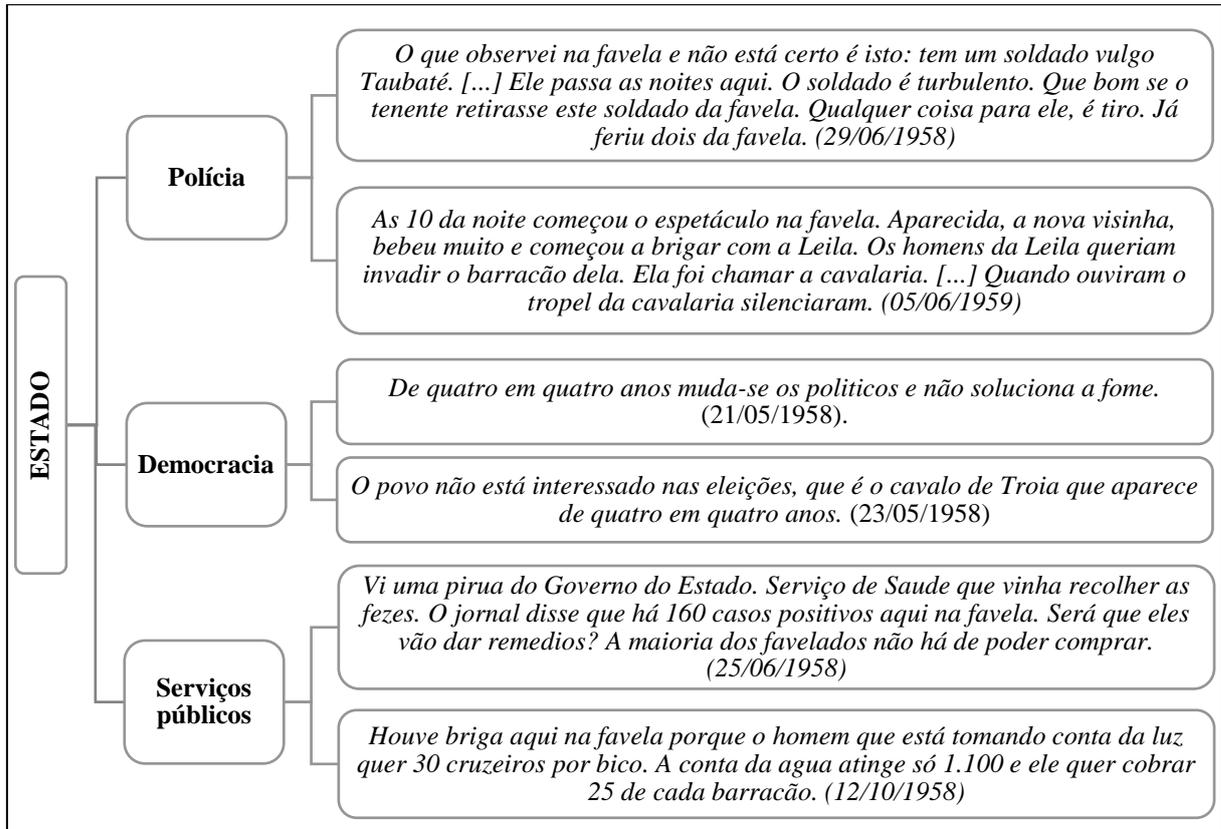
Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de conteúdo de Quarto de Despejo.

Os números indicados no Quadro 04 referem-se à quantidade de dias em que foram identificados registros no Quarto de Despejo referentes a cada uma das categorias analisadas. A categorização ocorreu a partir do inventário dos enunciados cujos significados estivessem associados ao tema geral em estudo, ou seja, à pobreza. A partir desse inventário, os enunciados extraídos do documento foram agrupados de acordo com os temas aos quais se referiam, formando as categorias. Assim, por exemplo, a categoria *fome* agrupa elementos tendo como critério o significado de enunciados como *não tenho nada para dar aos meus filhos, nada para comer, hoje não vai ter almoço, recorrer ao lixo, deitei com fome*. A partir da categorização, a descrição e análise dos dados obtidos ocorre nas seções a seguir.

4.1 O tal Serviço Social: a crítica ao Estado a partir do Quarto de Despejo

A corrente seção trata da categoria Estado. Ao longo do documento, foram extraídos 108 trechos interpretados como alusivos ao tema geral do Estado, e agrupados sob esta categoria. A categoria subdivide-se em três subtemas, a saber: **Polícia**, contando com 42 trechos, em geral acerca de intervenções policiais nos conflitos entre vizinhos na favela do Canindé; **Democracia**, com 35 trechos, em sua maior parte contendo críticas à conduta de políticos que exerciam cargos a nível federal, estadual ou municipal, assim como no Poder Legislativo, bem como críticas ao regime de governo; **Serviços Públicos**, 31 trechos, em que são relatados problemas concernentes, por exemplo, à gestão sanitária e de doenças junto à população ou problemas associados a serviços públicos prestados por meio de concessão pública, como energia elétrica. A categoria **Estado** e correspondentes subtemas são apresentados na Figura 01.

Figura 01 – A categoria Estado e seus subtemas: fragmentos selecionados



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de conteúdo do documento.

Nota: trechos tomados da obra Quarto de Despejo, respeitando a grafia original do documento.

A crítica de Carolina Maria de Jesus sobre os temas supracitados poderia ser analisada sob uma perspectiva mais ampla, em uma categoria que incluísse demais aspectos de sua Crítica Social, tais como as hierarquias sociais de classe e raça, a discriminação, ou sua crítica ao assistencialismo catequista. Essa análise, porém, excederia o escopo do presente estudo. A produção teórica sobre o tema do Estado é ampla e historicamente situada. Diferentes épocas históricas produzem suas definições e conhecimento sobre o tema, de modo que, sem pretender adentrar em uma discussão que supera os limites do presente texto, será adotada a perspectiva presente em Mascaro (2013).

A partir de Mascaro (2013) o Estado tal como se apresenta na atualidade é especificamente moderno e capitalista, em que aqueles que dominam politicamente estão estruturalmente separados daqueles que dominam economicamente. Configura-se como uma forma determinada do fenômeno estatal, enquanto um domínio estatal oficial, revestindo-se da forma de um poder público impessoal e suas respectivas instituições jurídicas, como o sujeito de direito e a garantia do contrato e dos vínculos jurídicos. Além disso, caracteriza-se por um território unificado normativamente e sujeito a um único regime político, constituindo o espaço

de uma comunidade sob o signo de uma pátria ou nação. Por sua vez, as instituições políticas variam tanto entre Estados, como também no tempo, reconfigurando-se. Todavia, conforme o autor, aquelas instituições da administração pública mais estreitamente relacionados à esfera de produção têm tido primazia histórica sobre aquelas relacionadas ao bem-estar social.

Ainda conforme este autor, é usual que se associe o Estado capitalista à democracia. Em termos históricos, contudo, os dois fenômenos são independentes, como se observa em Estados capitalistas sob regime ditatorial. Há uma identificação, todavia, nos termos da subjetivação dos agentes econômicos típica do capitalismo, de forma que surge um campo de deliberação política mais alargado. Nas palavras do autor, “no capitalismo, a forma política democrática está entranhada à forma jurídica [...] Os agentes econômicos são tornados sujeitos de direito e, como extensão dessa subjetividade para o plano político, cidadãos” (MASCARO, 2013, p. 85). Assim, o Estado capitalista sob a forma política democrática universaliza os direitos dos indivíduos, ao mesmo tempo em que operacionaliza e limita suas formas de atuação (MASCARO, 2013).

Contemporaneamente, o que usualmente se denomina por democracia é a estrutura de sociabilidade articulada em torno de construções jurídicas tais como o plano eleitoral, que exprime a máxima moral da vontade da maioria, do plano constitucional e da garantia da subjetividade jurídica. No plano concreto, a adaptabilidade da democracia à dinâmica capitalista, em conformidade com a dinâmica concorrencial e a pulverização dos agentes, se traduz em desigualdade de acesso às instâncias de deliberação política do Estado entre diferentes classes sociais, resultando em uma apropriação desigual dos aparatos do Estado. Nesse sentido, a forma democrática nos Estados capitalistas é suficiente à manutenção dos antagonismos políticos e sociais (MASCARO, 2013; 2018).

É significativo que a forma mais recorrente de menção ao Estado ao longo do documento seja referindo-se à atuação da **Polícia**. A polícia aparece na narrativa principalmente como interventora nos conflitos entre os moradores da favela e nos casos de violência domiciliar, muitas vezes em casos de violência contra a mulher ou envolvendo crianças e adolescentes. A Rádio Patrulha é personagem recorrente dos acontecimentos na Favela do Canindé. De acordo com Zanirato (2000), a criação da Rádio Patrulha data de 1935, década em que foram instituídos diversos órgãos do aparato repressivo para controle da população pobre, muitos dos quais experimentados inicialmente na cidade de São Paulo. Nas palavras da autora, na São Paulo das décadas de 1930 e 1940, que se desenvolvia marcada pela desigualdade social, “o convívio de interesses diversos num mesmo espaço levou a cidade a aprimorar as técnicas punitivas e a buscar uma especialização policial sem precedentes” (ZANIRATO, 2000, p.244).

Com base no documento analisado, pode-se observar de que forma atuava a Rádio Patrulha junto à população pauperizada na cidade de São Paulo. Nos trechos selecionados a seguir, se evidencia que a presença da Rádio Patrulha na Favela do Canindé era cotidiana, e que os moradores da favela eram identificados facilmente pela polícia, como se observa no excerto *“fui no rio lavar as roupas e encontrei D. Mariana. [...] Ela disse-me que o Binidito da D. Geralda todos os dias ia preso. Que a Radio Patrulha cançou de vir buscá-lo”* (DE JESUS, 2020, p. 28, 20 de julho de 1955); mesmo quando se tratasse de crianças, conforme se lê em *“...chegou a Radio Patrulha, que veio trazer dois negrinhos que estavam vagando na Estação da Luz. 4 e 6 anos. É fácil perceber que eles são da favela. São os mais maltrapilhos da cidade”* (Ibid., p. 47, 27 de maio de 1958). Ainda, *“...aqui na favela tem um quadro de foot-bol — O Rubro Negro. [...] O quadro não é conhecido pelo publico, mas já é conhecido pela policia”* (Ibid., p. 62, 15 de junho de 1958). Nalguns trechos, se pode identificar o tratamento estigmatizante da polícia com relação aos favelados, como se evidencia a seguir:

Fui na delegacia e falei com o tenente. [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. (DE JESUS, 2020, p. 34, 10 de maio de 1958)

A suposta propensão do favelado à delinquência reflete-se no comentário do tenente, que na oportunidade tratava com Carolina Maria de Jesus sobre seu filho José Carlos, então com nove anos de idade, a quem havia sido endereçada a intimação policial. Cabia também à polícia a atuação junto à comunidade na resolução de problemas não necessariamente relacionados à segurança pública, como se evidencia no relato documentado em nove de novembro de 1958, quando a Rádio Patrulha é chamada para prestar apoio a uma moradora da favela que estava em trabalho de parto e sem acesso ao serviço de saúde. Genofre (2010) afirma que o papel que o delegado de polícia possuía era de forte intervenção estatal na vida da comunidade, exercendo controle da sociedade – mais especificamente, dos pobres – por meio do poder policial e atuando em diferentes atividades, como responsável por diversões públicas e pela circulação de veículos. A partir do documentado, pode-se dizer que a polícia era o principal braço do Estado a atuar junto à comunidade na favela do Canindé.

Com relação ao subtema **Democracia**, se sobressaem os trechos alusivos à Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, e a Adhemar de Barros, prefeito de São Paulo de 1957 a 1961. São mencionados também Jânio Quadros, então governador de São Paulo, e Carlos Lacerda, então Deputado Federal. De forma geral, os comentários dizem respeito à

situação do pobre e à atuação dos governantes nas diversas esferas de poder e se revestem de um tom crítico, percepção também compartilhada por Mitsuchi (2018). Isto pode ser observado no trecho a seguir: “*Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos.*” (DE JESUS, 2020, p. 37, 16 de maio de 1958). Algumas menções são feitas de forma indireta, como se lê em “... *Quando eu fui buscar agua vi uma infeliz caida perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida. Os médicos que nós temos na política sabem disto.*” (Ibid., p. 43, 21 de maio de 1958). Tanto Juscelino Kubistchek como Adhemar de Barros eram médicos.

Outros membros do governo são mencionados de forma pontual. Há diversos trechos, contudo, que tratam dos *políticos* em geral, sem que sejam citados nominalmente. Carolina Maria de Jesus expressa diversas vezes em seus registros a expectativa que depositava nas ações do governo para solução dos problemas que afligiam a população pauperizada, em especial o da fome: “...*O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças.*” (DE JESUS, 2020, p. 35, 10 de maio de 1958). Por outro lado, a partir do documento analisado se pode dizer que a autora reconhecia e refletia sobre o caráter demagógico dos discursos eleitorais como forma de apelo à população que padecia das dificuldades impostas pelas condições de vida. O registro apresentado a seguir é do dia 20 de maio de 1958.

Quando um politico diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (DE JESUS, 2020, p.42, 20 de maio de 1958)

Este último fragmento é bastante citado nos estudos sobre a obra Quarto de Despejo. Um destes estudos é o de Carrijo (2018), no qual a autora interpreta este trecho como denúncia da inoperância dos governos gestores, que prometiam, a cada época eleitoral, mitigar o sofrimento dos favelados. Todavia, a partir de uma análise mais detida do texto, a autora sugere que esta fala parte do sujeito que está à deriva, buscando auxílio, e, sem encontrá-lo, intui que seus problemas são utilizados como mote para os discursos políticos, que, uma vez passadas as eleições, se confirmarão apenas como meras promessas eleitoreiras. Este aspecto, associado à concretude da miséria que rodeava os moradores da Favela do Canindé, leva Carolina Maria de

Jesus à seguinte observação: “*o custo de vida faz o operario perder a simpatia pela democracia*” (DE JESUS, 2020, p.104, 16 de agosto de 1958).

Neste e em outros trechos, a autora reflete sobre como as políticas econômicas adotadas na época afetavam a vida material das classes populares, e reverberavam num sentimento de insatisfação geral e descrença com relação ao regime democrático. Nas palavras da autora, a democracia estava *perdendo seus adeptos*:

...Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:
 —Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.
 Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:
 —É que eu tinha fé no Kubstchek.
 —A senhora tinha fé e agora não tem mais?
 —Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia (DE JESUS, 2020, p.42, 20 de maio de 1958)

Sobre esse fragmento, é importante que se retome a discussão de Cardoso (M., 1977). Com base nesta autora, o discurso desenvolvimentista e conciliador adotado por Juscelino Kubitschek prometia às camadas populares empobrecidas a construção de uma sociedade mais justa, que se constituiria enquanto a meta real do processo de desenvolvimento. Da mesma forma, postergava a discussão sobre o problema da concentração de riqueza, gerindo assim as tensões sociais. Para isso, mobilizava a população para um estado de otimismo, propondo a fé, a esperança e o trabalho, além da calma, da paciência e da resignação. Afinal, resolvido o problema do subdesenvolvimento, caberia a cada um daqueles que houvessem contribuído com a redenção do país a retribuição na forma de aumento da sua parcela na dança distributiva. Como se lê no trecho acima, Carolina Maria de Jesus *tinha fé* no projeto desenvolvimentista de Kubitschek. Fé perdida, porém, diante da miséria que a rodeava e das expectativas frustradas que se materializavam na necessidade de *comer as coisas do lixo*.

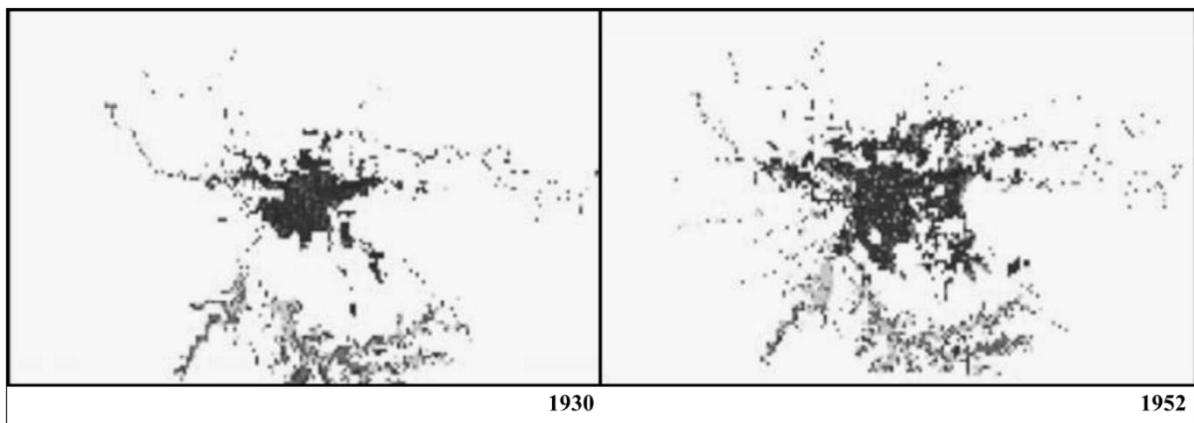
Por fim, o subtema **Serviços Públicos** está composto por trechos que tratam sobre os serviços utilizados pela comunidade da Favela do Canindé providos pelo Estado, com exceção da polícia, que por sua expressão é tratada à parte. Alguns dos serviços mencionados são o abastecimento de água e energia elétrica, o transporte público, o Juizado de Menores, o Serviço Social e a Legião Brasileira de Assistência, a Saúde Pública, a Comissão de Abastecimento e Preços – COAP. Dado à amplitude do assunto, a análise se restringirá neste momento ao serviço de saneamento básico e ao Serviço Social. O serviço público citado com mais frequência no documento é o abastecimento de água. Trechos como *fui buscar água, carreguei água, encher*

minhas latas são a forma usual como começam os registros diários no documento, a tal ponto que a repetição é apontada pela autora na página 116: “*Vocês já sabem que eu vou carregar água todos os dias. Agora eu vou modificar o início da narrativa diurna, isto é, o que ocorreu comigo durante o dia*” (DE JESUS, 2020, p. 116, 16 de outubro de 1958).

De forma geral, buscar água junto à única torneira que abastecia a Favela do Canindé era serviço das mulheres, que formavam uma fila no início do dia para recolher água em seus recipientes. Antes da instalação da caixa d’água por ordem de Armando de Arruda Pereira, prefeito de São Paulo de 1951 a 1953 (FARIAS, 2018), os moradores da Favela do Canindé pediam água aos *vizinhos da alvenaria* do Bairro do Canindé, ou carregavam água de seus locais de trabalho, conforme relatado no documento. Contudo, esta ação pontual do prefeito, longe de representar uma solução definitiva, abastecia de água a uma população crescente, como está relatado em “*atualmente é difícil para pegar água, porque o povo da favela duplica-se. E a torneira é só uma.*” (DE JESUS, 2020, p. 101, 12 de agosto de 1958).

O tema do crescimento urbano será tratado mais detidamente na seção 4.3. Por ora, todavia, é interessante observar, a título ilustrativo, a evolução da mancha urbana de São Paulo entre os anos de 1930 e 1952. Sem que a exposição se detenha neste ponto, pode-se imaginar a partir da Figura 02 que o rápido aumento da população, e em especial nas áreas suburbanas e periféricas (CESTARO, 2009), levava ao aumento da pressão sobre os serviços públicos urbanos, dado à natureza dos investimentos em infraestrutura urbana e a morosidade com que o Estado planeja e executa as melhorias necessárias à população destas regiões.

Figura 02 – Evolução da mancha urbana de São Paulo e cidades do entorno imediato



Fonte: Cestaro (2009, p.85).

Mais do que isso, o próprio surgimento das favelas na cidade de São Paulo ocorre por intermédio de ação do Estado, conforme explica Paulino (2007). As ocupações que dariam

origem às primeiras favelas foram consentidas ou mesmo estimuladas pelo poder público municipal, a partir do princípio da década de 1940. Em geral, os moradores eram realocados devido à realização de obras públicas, principalmente viárias. Lara (2012) esclarece que a prefeitura despejava a população de uma área e cedia autorização para que os moradores se estabelecessem em terrenos municipais, como foi precisamente o caso da Favela do Canindé. Por esta forma de atuação da prefeitura, “toda uma série de favelas foram surgindo perto do centro, nos piores terrenos – locais na maior parte das vezes próximos a rios e sujeitos a inundação” (LARA, 2012, p. 156).

A partir da década de 1950, contudo, os problemas relativos à aglomeração urbana passaram a causar maior preocupação às autoridades, já que o ritmo em que se incorporavam novos habitantes superava sempre o ritmo em que se ampliava a estrutura urbana. Neste cenário, cresciam as tensões sociais na medida em que a população marginal se organizava para reivindicar melhores condições de infraestrutura urbana, como no caso das Sociedades Amigos de Bairros – SABS. É então que surge a necessidade de maior conhecimento técnico sobre o tema, no sentido de se formularem diretrizes para melhorias urbanas. Esta necessidade levaria a mais de uma iniciativa de análise das condições urbanas, sendo a mais importante delas aquela realizada pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS, contratada pela prefeitura em 1956 e que se estenderia até 1958, quando o contrato foi interrompido pelo então prefeito Adhemar de Barros (CESTARO, 2009).

O relatório final produzido pela SAGMACS para o estudo que se intitulou “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista” apontava uma série de diretrizes para orientar o crescimento urbano, e sintetizava: “julgamos que este problema deve ser enfrentado dentro de um programa mais amplo de habitação popular, que vise criar melhores condições de habitação em todos os bairros periféricos de nível popular.” (SAGMACS, 1958:II/125 *apud* BUENO, 2000). Os resultados foram apresentados no início de março de 1958 (CESTARO, 2009). Conforme se observa na Figura 03, a 29 de março daquele ano, todavia, se lia no jornal Correio Paulistano:

Figura 03 – Reportagem do *Correio Paulistano* de 29 de março de 1958



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

No texto da matéria em questão o jornalista escreve que, após reunião com técnicos da prefeitura, um dos engenheiros presentes afirmou em entrevista à imprensa que era necessário esclarecer que o trabalho realizado pela SAGMACS a serviço da prefeitura tinha caráter de levantamento de dados indispensáveis sobre a situação econômico-social da população de São Paulo, e que a partir destes dados seriam realizados novos estudos. Acerca das ações práticas a serem tomadas, ainda conforme a reportagem, foi respondido que em decorrência do crescimento desmesurado da cidade, seria impossível à prefeitura prover a infraestrutura básica de serviços públicos (IMPOSSÍVEL..., 1958). A reportagem completa pode ser lida no Anexo D. A esse respeito, se pode refletir a partir de Cestaro (2013, p. 20-21) sobre o teor segregacionista do planejamento urbano na metrópole que se modernizava:

Em choque com o discurso dominante e os interesses econômicos, o estudo da Aglomeração Paulistana apontava que o principal problema de São Paulo não era a falta de planejamento, pois a cidade era resultado justamente de um planejamento feito para atrair mais e mais indústrias, e assim crescer a qualquer custo, o que culminou com o congestionamento da região central e transformou São Paulo em uma cidade polarizada em seu centro e fragmentada em sua periferia, distante das reais necessidades de seus habitantes.

Além da precária infraestrutura urbana na favela, outros serviços públicos são destacados no diário de Carolina Maria de Jesus. É este o caso do serviço de saúde pública, como no exemplo: “*Ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço de Saude do Estado disse que a agua da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da agua.*” (DE JESUS, 2020, p. 77, 04 de julho de 1958). Em decorrência das condições insalubres às quais estava exposta a população

pauperizada, o adoecimento de crianças e adultos se somava às demais consequências de sua pobreza. Apesar disso, a frase *mas não soluciona a deficiência da água* sugere que ainda que fosse um problema de saúde pública, sua solução ficava sob a responsabilidade dos próprios favelados, que não deveriam usar a água contaminada:

Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia. Resolvi ir ver. Era a Secretaria da Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas desenvolvesse nas águas. (...) Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela. Mandaram os favelados fazer mictórios. (DE JESUS, 2020, p. 58, 9 de junho de 1958).

O tal Serviço Social também é objeto dos registros críticos no documento analisado, conforme se lê nos seguintes fragmentos, dos dias 21 e 22 de maio de 1958:

Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata solsa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes eletricos. Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica Peixe. Puis o cará e a batata. E água. Assim que ferveu eu puis o macarrão que os meninos cataram no lixo. **Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado.** Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata doce (Ibid., p. 44, grifo nosso, 21 de maio de 1958)

Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. [...] Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. **A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres** (Ibid., p. 45, grifo nosso, 22 de maio de 1958)

A história do serviço social no Brasil se inicia pela necessidade de vigilância e controle sobre a população pauperizada. Ainda que já existissem instrumentos do estado com essa finalidade, foi a partir da década de 1930, com o crescimento dos fluxos migratórios interregionais, que se aprimoram as formas estatais de controle e repressão. É neste contexto que ocorre a já mencionada criação da Rádio Patrulha. Com relação à assistência social, porém, o objetivo central passou a ser impedir a proliferação da população pobre, o que deveria ser realizado mediante ações de sujeição ao trabalho. As ações realizadas até então, por instituições assistenciais que atendiam aos desvalidos, passaram a ser vistas como formas de perpetuação do problema, na medida em que pareciam estimular uma clientela viciosa (ZANIRATO, 2000). Com este intuito, em 1933 é criada pelo governo do estado de São Paulo a Comissão de Assistência Social, responsável pelo repasse de verbas a instituições filantrópicas de caráter

privado. Este estado foi o primeiro a instituir um órgão específico de assistência social (ZANIRATO, 2000; PAULINO, 2007).

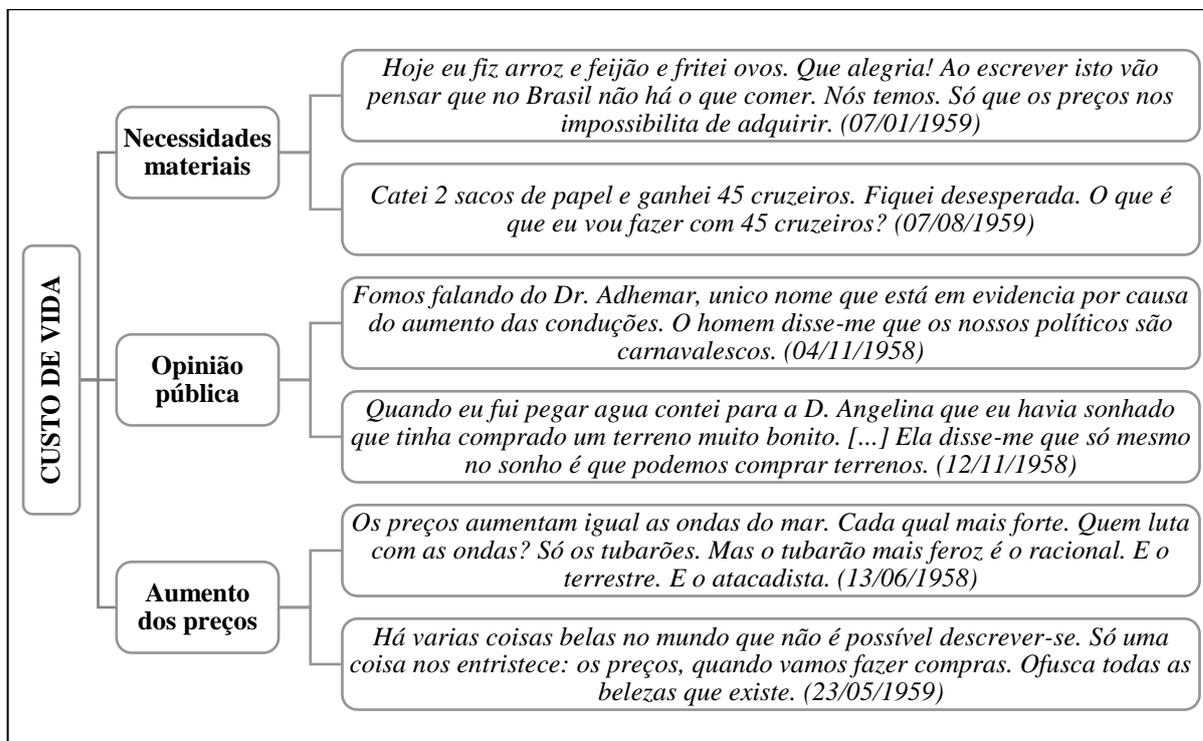
A visão que prevalecia, conforme ressalta Paulino (2007), era de desassociação entre a condição de trabalhador e a condição de pobreza. A busca por uma maior racionalização da assistência social se baseava no entendimento de que a ação meramente assistencialista desestimulava aqueles que a ela recorriam a se reerguerem a partir do trabalho, favorecendo sua permanência na pobreza. Havia também, por parte do assistencialismo católico, a preocupação de afastar o pobre das influências subversivas da luta de classes disseminada pela esquerda. Com objetivos convergentes, Igreja e Estado atuaram conjuntamente na instituição da primeira Escola de Serviços Sociais do Brasil. Os primeiros assistentes sociais atuavam, junto ao serviço público, em atividades em bairros operários, visando a sua (re)colocação profissional, regularização legal das famílias, registro dos assistidos e assistência judiciária junto à Vara de Menores. O serviço social se expandiria a partir de 1942 com a criação da Legião Brasileira de Assistência, organizada em todas as capitais nacionais e outros municípios (ZANIRATO, 2000).

Na cidade de São Paulo, o órgão municipal de assistência é criado apenas na década de 1950, denominado Comissão de Assistência Social do Município – CASMU, e presidida por Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar de Barros. Naquela década, o trabalho de assistência social foi permeado pela ideologia higienista-sanitarista, compondo, com a assistência em saúde, a associação de saneamento moral e higiênico. Conforme Paulino (2007), foi um período em que a assistência ao pobre foi marcada por preconceitos sobre a pobreza urbana e suas formas de manifestação. A partir de 1953, a CASMU foi encarregada de atuar nas favelas. Seu principal objetivo eram as ações de desfavelamento, para que foi celebrado convênio com a Confederação das Famílias Cristãs. À Confederação caberia a execução do projeto, enquanto à Prefeitura, o financiamento. O desfavelamento deveria ocorrer nas favelas que ocupavam terrenos municipais, dentre as quais a Barra Funda, Ibicaba, Piqueri e Canindé. Em conjunto, estas favelas contavam 259 barracos, 271 famílias e 1.064 pessoas (BUENO, 2000). A partir das referências mencionadas, que esclarecem a forma de atuação e principais objetivos do serviço de assistência social junto aos favelados, pode-se chegar a compreender a razão do registro de Carolina Maria de Jesus, que dava conta de que *a única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres*. A seção a seguir trata da análise da categoria **Custo de Vida**.

4.2 O dinheiro do Juscelino: custo de vida e carestia

A categoria **Custo de vida** será abordada nesta seção. A categoria compõe-se de 109 trechos extraídos do documento, alocados em três subtemas, conforme segue: 79 trechos agrupados sobre o título **Necessidades materiais** dão conta do relato sobre os gastos com alimentação, com calçados para os filhos, despesas com condução e pagamentos referentes ao abastecimento de água e energia elétrica, gastos com medicamentos e atendimento médico. Em muitos dos trechos, estas são as necessidades relatadas, mas a renda é insuficiente para que sejam satisfeitas. Outros 16 trechos foram agrupados no subtema **Opinião pública**, já que análise revelou registros que dão conta da insatisfação geral expressa pela população com relação aos preços dos itens básicos de consumo das famílias. De forma complementar, 14 trechos foram agrupados sob a alcunha **Aumento dos preços**, a partir dos quais se observa como o aumento generalizado dos preços verificado no período foi registrado no documento. O desdobramento da categoria em subtemas é apresentado na Figura 04.

Figura 04 – A categoria Custo de Vida e seus subtemas: fragmentos selecionados



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de conteúdo do documento.

Nota: trechos tomados da obra Quarto de Despejo, respeitando a grafia original do documento.

Considerando os trechos apresentados na Figura 04 e os demais trechos agrupados sob cada subtema, a partir daqui serão feitas algumas considerações teóricas pertinentes à análise

da categoria **Custo de Vida**. A conceituação do custo de vida remonta ao século XVIII e à ideia de “cestas básicas”, com o intuito de abstrair conteúdos observáveis em um conjunto de produtos. Associa-se também à gênese social dos indicadores econômicos, embora os primeiros índices de preços ao consumidor tenham sido criados somente no século XX, com ênfase ao nome de Irving Fisher (NEIBURG, 2022; NEIBURG, 2010). Em parte das pesquisas atuais o termo “custo de vida” é utilizado como sendo matéria de senso comum, sem que haja o esforço de resgate teórico mais específico. Todavia, pode-se recuperar uma significação precisa a partir do conceito estatístico de número índice, já que formalmente o custo de vida é analisado por meio de índices (CARVALHO, 1974).

Qualquer variável ou conjunto de variáveis pode ser comparado ao longo do tempo ou espaço através da aplicação de um número índice. Quando um conjunto de variáveis é analisado, o índice corresponde a um agregado que resume as mudanças em todas as variáveis cujo comportamento é observado. No caso dos cálculos dos índices de custos de vida, é utilizado um sistema de pesos para que a importância relativa de cada item que compõe o conjunto seja considerada, de forma que o índice seja de fato representativo. Para isso, é levada em conta a participação de cada bem consumido nos gastos totais individuais, tendo por base a teoria microeconômica do consumidor e os axiomas sobre a utilidade (CARVALHO, 1974; BARBOSA, 1979).

De acordo com Kirsten (1972), o primeiro cálculo do índice de Custo de Vida na cidade de São Paulo data de 1939, baseado em pesquisa de orçamentos familiares dos anos de 1936 e 1937, com dados de consumo da classe operária daquela cidade. A segunda estrutura de pesquisa foi formulada em 1951, com amostra mais restrita composta de funcionários municipais de baixa renda. A Tabela 02 apresenta os diferentes agregados do índice calculado com base na pesquisa de 1951.

Tabela 02 – Componentes do Índice do Custo de Vida em São Paulo

Agregados do índice	Participação no Total (%)
Alimentação	42,9
Habitação	25,0
Vestuário	9,1
Transporte	3,9
Assistência médico-farmo-dentária	3,7
Combustível	3,2
Fumo e despesas pessoais	3,1
Móveis	2,9
Artigos de limpeza doméstica	2,2
Diversos	4,0
Total	100,0

Fonte: Adaptado de Kirsten (1972).

Cada um dos agregados é composto de diferentes bens e serviços, somando, na pesquisa supracitada de 1951, 70 componentes, cujos preços ao nível do consumidor eram auferidos em 279 diferentes estabelecimentos. Ainda conforme Kirsten (1972), o agregado alimentação, com 42,9% de participação relativa no índice do Custo de Vida de São Paulo, era composto de 17 itens, apresentados a seguir em ordem de participação no total do grupo: Carne (16,1%); Arroz (11,8%); Pão (11,7%); Leite (8,9%); Óleo (7,2%); Café (6,5%); Açúcar (5,2%); Feijão (5,2%); Banha (5,0); Macarrão (5,0); Banana (4,6%); Verduras (3,2%); Batata (2,7%); Ovos (2,7%); Cebola (2,1%); Tomate (1,7%) e; Sal (0,4%).

Kirsten (1972) chama a atenção para o fato de que esta estrutura de pesquisa atravessou o período de 1951 a 1972 sem modificações substantivas, o que gera distorções na medida que ao longo do tempo ocorrem modificações na demanda por bens e serviços em função de variações no nível de renda ou introdução de novas técnicas de produção etc. Ainda, no período de 1951 a 1965, o autor considera que estas distorções ficaram mascaradas pelas grandes variações de preços, o que poderia esconder erros do sistema de ponderação ou coleta dos dados. Apesar destas ressalvas, Augusto Junior (2010) explica que estas pesquisas se consolidaram enquanto número oficial da inflação no município, sendo considerada pelo Ministério do Trabalho como referência para correções salariais de todas as categorias operárias de São Paulo até 1956.

Na década de 1950 houve nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo uma série de movimentos sociais deflagrados na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores urbanos, classe que crescia conforme o país se industrializava. Notadamente, as reivindicações

mais importantes diziam respeito ao custo de vida, como as “Passeatas da Panela Vazia” e a “Greve dos 300 mil” (1952-1953) e o “Movimento Panela Vazia” (1954), que levariam à criação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (1955), além de outras manifestações de menor capacidade de mobilização entre os anos 1959 e 1960, como o “Comício da Fome”, ocorrido no Rio de Janeiro em 1959 (MAYRINK, 1988; MONTEIRO, 2015) e registrado na fotografia vista na Figura 05.

Figura 05 - Comício da Fome: Rio de Janeiro, setembro de 1959



Fonte: Mayrink, (1988).

É neste contexto de intensa mobilização social em que escrevia Carolina Maria de Jesus sobre suas condições materiais, expondo dilemas do cotidiano das populações marginalizadas, tais como comprar pão *ou* pagar o transporte público. O primeiro dos 79 trechos identificados sob o rótulo de **Necessidades materiais** é o registro do dia 15 de julho de 1955, primeiras linhas do documento analisado:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (DE JESUS, 2020, p. 19, 15 de Julho de 1955).

À crítica literária a respeito da obra Quarto de Despejo se sobressaíram os registros do orçamento doméstico, ao qual a autora do diário se refere como *minguada bolsa*. Nas palavras de Lajolo (2020, p.210), “numa precária contabilidade de dever e haver, no registro cuidadoso de ganhos e necessidades, onde a urgência destas excede sempre o montante daqueles, o livro registra, implacável, uma vida em déficit”. De fato, este aspecto se evidencia em diversas passagens do documento, como em “*Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta*” (DE JESUS, 2020, p.20, 16 de julho de 1955); “[...] *o que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar.*” (Ibid., p. 132, 11 de dezembro de 1958); “*Fui catar estopas e fui catar papelões. Ganhei 30 cruzeiros. Fiquei triste, pensando: o que hei de fazer com 30 cruzeiros?*” (Ibid., p. 174, 13 de agosto de 1959). Como se pode observar, os registros neste sentido são encontrados em toda a extensão do texto.

Além dos alimentos, outros itens que compunham os gastos da família eram roupas e sapatos, sabão, transporte público, alguns medicamentos, pagamentos referentes à água e à energia elétrica. Muitas vezes as necessidades eram atendidas por meio de doações, como roupas, por entidades filantrópicas, e ossos, por um frigorífico; alguns alimentos eram recolhidos nos restos das feiras livres, ou de fábricas; outros, ainda, eram retirados do lixo, assim como sapatos e roupas encontrados por Carolina Maria de Jesus enquanto catava papel. Os próprios cadernos onde a autora registrava seus diários eram retirados do lixo. O caráter degradante destas condições está documentado em diversos pontos do documento, dentre os quais: “*O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes.*” (Ibid., p. 105, 16 de agosto de 1958).

A análise do documento indica que o processo inflacionário era também um elemento da crítica sobre o Governo Juscelino Kubitschek, como no registro em versos (DE JESUS, 2020, p.118, 24 de outubro de 1958)

Tenho nojo, tenho pavor
Do dinheiro de alumínio⁴
O dinheiro sem valor
Dinheiro do Juscelino.

⁴ Referência às moedas de alumínio emitidas pelo Tesouro Nacional de 1956 a 1961, pois as moedas cunhadas anteriormente em uma liga de bronze de alumínio tinham valor fiduciário menor do que o valor intrínseco, devido à depreciação do Cruzeiro. Conforme se lê no Diário de Notícias do Rio de Janeiro na edição de 29 de maio de 1955 (p. 9) “da maneira como se processa a debilitação do nosso cruzeiro, remoto não estará o tempo em que teremos “moedas” feitas de papelão, como matéria prima” (BCB, 2022; MOEDAS DO BRASIL, 2022; RAMOS, 2017; SUGERIDA..., 1955)

Conforme se lê no fragmento acima, os registros sobre o **aumento dos preços** (14 trechos selecionados), conformam outro aspecto que se sobressai a respeito do custo de vida, afetando a todos os moradores da Favela do Canindé. A esse respeito, é importante notar o aspecto temporal que imprime a perspectiva de evolução dos fenômenos narrados no documento. Este aspecto aparece de forma implícita e explícita no texto, na medida em que a autora tece considerações a respeito da deterioração das condições de vida, como se lê no excerto a seguir.

Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se. Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou-me:
 —Você ainda mora na favela?
 —Porque?
 —Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz.
 —É o dinheiro que não sobra para a aguardente. (DE JESUS, 2020, p.40, 19 de maio de 1958)

Deste trecho se pode retomar o tema da presença da polícia junto à comunidade, assim como relacioná-lo a um assunto que será tratado na subseção que sucede a presente, a saber, o ambiente de degradação ao qual estavam expostas as famílias faveladas. Todavia, interessam aqui especificamente as frases iniciais, que dão conta de que a redução do poder de compra da população efetivamente piorava a situação de pobreza das classes mais baixas. O aumento dos preços encarecia os alimentos básicos consumidos pela população: “*antigamente era a macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão [...]*” (DE JESUS, 2020, p.46, 23 de maio de 1958), e ao longo do tempo penalizava de forma desigual os diferentes estratos populacionais: “*e os preços atuais? Isto não é mundo para o pobre viver*” (Ibid. p. 173, 12 de agosto de 1959). A Tabela 03 apresenta a evolução mensal do índice do Custo de Vida para o município de São Paulo no período de 1952 a 1960 tendo o ano de 1951 como base.

Tabela 03 – Evolução do índice do Custo de Vida no Município de São Paulo

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média Anual
1951	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1952	116	114	116	122	123	123	125	125	128	128	128	130	123
1953	135	140	150	152	149	151	152	152	152	154	153	155	150
1954	161	163	166	173	174	177	180	182	184	186	189	190	177
1955	199	199	202	207	209	210	213	214	218	223	223	225	212
1956	231	242	243	244	250	253	256	265	271	280	282	284	258
1957	291	293	301	306	307	304	307	310	317	319	321	323	308
1958	326	329	335	343	345	347	355	356	363	373	396	396	355
1959	418	434	452	460	464	471	478	507	514	535	553	565	488
1960	589	602	615	623	630	644	654	666	682	701	735	747	657
1961	774	786	824	850	863	880	910	920	965	1001	1049	1072	908

Fonte: Adaptado de Kirsten (1972).

A partir da Tabela 03, pode-se dizer que no período de 1951 a 1961 o índice do Custo de Vida para o município de São Paulo decuplicou, com uma intensificação do movimento ascendente do índice a partir do ano de 1957. O referido aumento generalizado e persistente do índice de preços, como observado na Tabela 03, reverbera em perda gradativa do poder de compra interno da moeda. É o fenômeno que se denomina por processo inflacionário, e a taxa de inflação representa a elevação média de preços em um determinado período. São diversos seus efeitos sobre a economia, tais como a modificação na distribuição de renda, penalizando de forma mais grave aqueles que recebem rendas tais como salários e pensões. Com o passar do tempo, uma cesta cada vez menor de bens poderá ser adquirida com um mesmo valor fixado anteriormente, já que os reajustes das rendas são realizados em um ritmo mais lento relativamente à elevação dos preços (SOUZA, N., 1992).

Todavia, conforme lembra Augusto Junior (2010, p.111), o índice de preços somente possui significado quando observado em relação à realidade, pois, enquanto conceito, “só ganha movimento na história e é por meio das relações sociais que passa a fazer parte da realidade e se realiza enquanto práxis”. Naquele contexto, Carolina Maria de Jesus refletia: “*o dinheiro devia ter mais valor que os generos. E no entretanto os generos tem mais valor que o dinheiro*” (DE JESUS, 2020, p.18, 24 de outubro de 1958). Essa percepção era comum aos trabalhadores, tanto assim que, já no final do Governo Juscelino Kubitschek, em 1958, foi criado o Índice do Custo de Vida dos Trabalhadores do DIEESE – ICV-DIEESE. A criação deste órgão foi uma resposta aos movimentos populares que questionavam o Índice Oficial do Custo de Vida, cujo cálculo era baseado nos preços das Comissões de Abastecimento e Preços – COAP, órgãos estaduais subordinados à Comissão Federal de Abastecimento e Preços – COFAP (AUGUSTO

JUNIOR, 2010; MONTEIRO, 2015; SOUZA, J., 2020). Os dados apresentados pelo DIEESE para o período de 1959 a 1963 estão resumidos da Tabela 04.

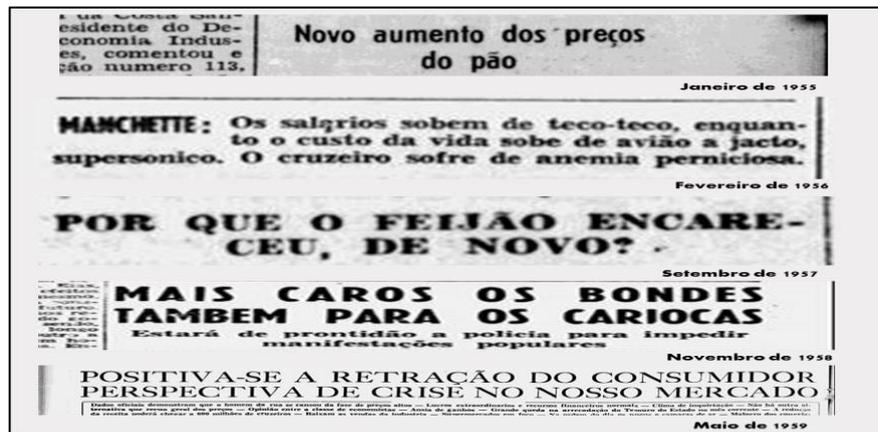
Tabela 04 – Índice do Custo de Vida do DIEESE e perda do poder de compra

Ano	ICV-DIEESE		Valor Nominal do Salário Mínimo em dezembro (Cr\$)	Poder de compra do salário mínimo em relação a dezembro/1959
	No ano	Acumulado		
1959	38,3%	38,3%	6.000,00	100,0%
1960	33,0%	83,9%	9.600,00	86,9%
1961	42,0%	161,2%	13.440,00	85,8%
1962	62,7%	324,9%	13.440,00	52,7%
1963	90,2%	708,3%	21.000,00	43,3%

Fonte: Adaptado de Augusto Junior (2010).

Os dados apresentados na Tabela 04 mostram a perda do poder de compra do salário mínimo para o período final do Governo Juscelino Kubitschek e primeiros anos da década de 1960. A análise do poder de compra do salário mínimo pode se constituir enquanto parâmetro para avaliar como as variações nos índices de preços afetavam a população em geral. Contudo, há que se ressaltar que Carolina Maria de Jesus não era uma trabalhadora assalariada e que, assim como a ela, o processo de aumento dos preços dos itens de consumo das famílias afetava de maneira diferente a renda daqueles grupos familiares cujos proventos advinham do trabalho na informalidade, como parte dos trabalhadores urbanos e a massa de trabalhadores rurais. Isto se dá na medida em que estes trabalhadores têm menor poder de barganha e, assim, menor capacidade de proteger seus rendimentos dos efeitos do processo inflacionário (ULYSSEA, 2006). Na Figura 06, são apresentados recortes de manchetes da época, retiradas do jornal Correio Paulistano:

Figura 06 - Manchetes do *Correio Paulistano*, 1955 a 1959



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

Alguns autores ressaltam que no período do Governo Juscelino Kubitschek houve de fato um aumento do salário mínimo real, que atingiu em 1957 o mais alto patamar em termos de poder aquisitivo desde sua criação em 1940 (FARO; SILVA, 1991; CAMPOS 2007). Por outro lado, conforme Lessa (1982), durante o período de implementação do Plano de Metas, houve resistência na concessão de reajustes salariais, devido à necessidade de captação de popanças forçadas para a implementação dos investimentos previstos. Em verdade, conforme Campos (2007), após 1957, o salário real se deteriora ainda no decorrer daquele governo, tanto assim que o salário real de 1960 foi menor do que o valor de 1956. Assim, pode-se dizer que, ainda que alguma reposição tenha de fato ocorrido num período inicial, é evidente que havia um descompasso entre a deterioração dos salários e a reposição via reajustes. O intervalo médio em que os salários permaneciam fixos era de quase 20 meses, conforme Faro e Silva (1991). No mesmo sentido, Cruz (1994) afirma que, salvo casos pontuais, os salários reais não acompanhavam os incrementos de produtividade observados na indústria.

Nesse contexto, não somente as condições de vida da narradora se agravavam, mas do conjunto da população que formava a comunidade com a qual esta compartilhava as vivências na pobreza. A resposta dada à autora por um homem, também catador de papel, quando esta o questiona sobre o destino de sua renda, está transcrito no seguinte trecho:

—A senhora me faz rir! Já foi o tempo que a gente podia guardar dinheiro. Eu sou um infeliz. Com a vida que levo não posso ter aspiração. Não posso ter um lar, porque um lar inicia com dois, depois vai multiplicando. (DE JESUS, 2020, p. 169, 18 de julho de 1959)

Esse e outros 15 trechos semelhantes formam o subtema **Opinião pública**. As *mulheres* são tantas vezes mencionadas ao correr do documento que poderiam ser objeto de análise específica. São moradoras da favela, em sua maioria mães, assim como a autora, e da mesma forma expostas às inúmeras atribulações do cotidiano na pobreza. Certamente sentiam de forma semelhante o aumento nos preços dos alimentos, da condução, dos itens necessários às famílias. O registro “*saí e fui catar papel. Ouvia as mulheres lamentando com lagrimas nos olhos que não mais aguenta o custo de vida.*” (DE JESUS, 2020, p. 89, 18 de julho de 1958), se comparado ao anterior, evidencia uma diferença fundamental na pobreza vivenciada por homens e por mulheres. Se ao homem é possível decidir sobre a constituição ou não de um lar, *que inicia com dois e vai multiplicando*, às mulheres a capacidade de decidir a esse respeito é limitada pelo seu acesso aos serviços de saúde e métodos contraceptivos – incipiente no Brasil

na década de 1950 (PEDRO, 2003), o que coloca necessariamente a questão de gênero como um recorte inescapável no estudo da pobreza em qualquer época.

A vida está muito cara, disse um guarda em conversa registrada no diário no dia 03 de novembro de 1958. A forma como o nível de preços e a renda real afetava as condições de vida das diferentes classes pressionava sobremaneira o poder de compra das camadas sociais mais baixas, levando a um sentimento geral de descontentamento, registrado em alguns trechos:

Fui fazer compras no japonês. Comprei um quilo e meio de feijão, 2 de arroz e meio de açúcar, 1 sabão. Mandei somar. 100 cruzeiros. O açúcar aumentou. A palavra da moda, agora, é aumentou. Aumentou!
Isto me faz lembrar esta quadrinha que o Roque fez e deu-me para eu incluir no meu repertório poético e dizer que é minha:
Político quando candidato
Promete que dá aumento
E o povo vê que de fato
Aumenta o seu sofrimento!
(DE JESUS, 2020, p. 124-125, 8 de novembro de 1958)

Comecei queixar para a Dona Maria das Coelhas que o que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar. E eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado.
Ela disse-me que já está com nojo da vida. Ouvi seus lamentos em silêncio. E disse-lhe:
— Nós já estamos predestinados a morrer de fome! (DE JESUS, 2020, p. 132, 11 de dezembro de 1958)

A aceleração do processo inflacionário no período Juscelino Kubitschek já foi aqui discutido como parte do legado deixado pelo ambicioso projeto de modernização produtiva que se sintetizava no mote 50 ano em 5, sem que fossem previstas as formas de financiamento do plano ou da construção da nova capital federal. A inviabilidade da aprovação de uma reforma tributária pelo Congresso e a frustração das expectativas quanto ao montante dos empréstimos externos exigiu que o Estado brasileiro assumisse o papel de principal financiador do Plano de Metas, com aprofundamento do déficit público financiado por expansão creditícia sem lastro fiscal (LEOPOLDI, 1991; FARO; SILVA, 1991). Com isso, optava-se implicitamente pelo financiamento via poupança forçada, a linha de menor resistência, o que na prática significava a redistribuição regressiva de renda pela transferência de rendas dos setores de rendas contratuais, ou seja, dos trabalhadores, ao governo e às empresas (LESSA, 1982; CAMPOS, 2007).

Esta forma de tributação indireta era politicamente conveniente, já que, aparentemente, tributava a todos os setores de forma geral, sem que uma carga desproporcional recaísse sobre qualquer deles especificamente. Esquemas alternativos de financiamento, como já mencionado, tinham viabilidade política nula, e esta forma era consistente com a ideia difundida pelo

governo de que a todos caberia sua parcela de contribuição ao desenvolvimento econômico acelerado, assim como a todos caberia a recompensa. Em síntese, conforme Franco (2004, p. 5),

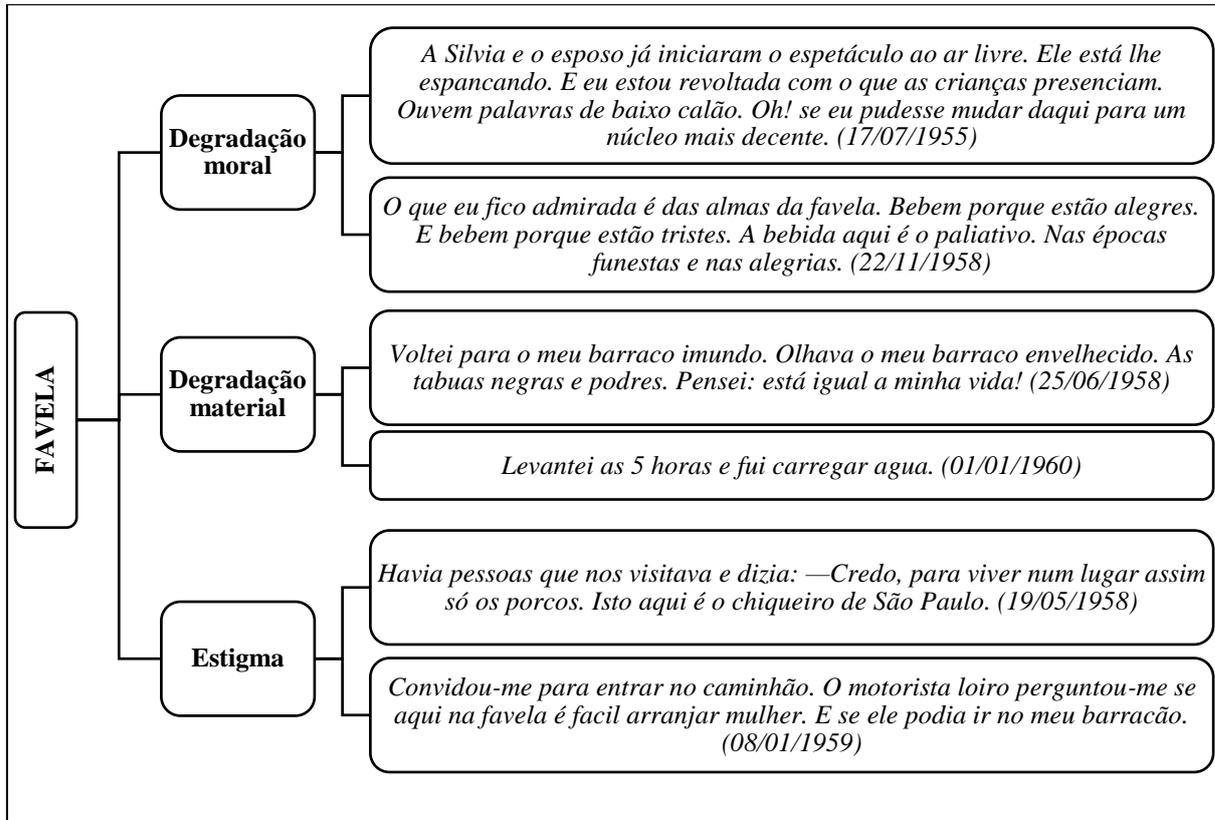
A inflação não era deliberada, mas tácita, um ruído que incomodava a alguns, ditos ortodoxos ou monetaristas, ou aos pobres, vítimas inocentes e silenciosas do Progresso, ou mais precisamente, do chamado “imposto inflacionário”, cuja compreensão ainda tomaria muitos anos.

Como apontado por Franco (2004), todavia, esta forma de arrecadação supostamente equânime recaía desproporcionalmente sobre os setores com menor capacidade de proteção de seus níveis de renda real. Além disso, o esquema era insustentável no longo prazo, na medida em que sua continuidade dependia de uma taxa de inflação crescente, o que não poderia ser politicamente mantido por período indeterminado (LESSA, 1982; PINHO NETO, 1996). A seção a seguir apresenta a análise de dados relativa à categoria **Favela**, local onde habitava parcela dessa população mais duramente afetada pelo aumento do custo de vida.

4.3 Barracão é barracão: condições habitacionais na favela do Canindé

A categoria **Favela** é apresentada na atual seção. Esta categoria destaca-se das demais na medida em que o título do documento analisado, *Quarto de Despejo*, é uma alusão à favela enquanto quarto de despejo da cidade de São Paulo, onde se depositam os objetos fora de uso. Esta crítica realizada por Carolina Maria de Jesus será mais bem explorada no momento oportuno. Enquanto categoria, **Favela** é composta por 212 trechos agrupados em três subtemas, quais sejam: **Degradação moral**, contando com 106 trechos alusivos às situações de hostilidade, obscenidade, indigência e vício a que estão expostos diuturnamente os favelados, impactando de forma especial às crianças; **Degradação material**, com 79 trechos acerca das condições materiais de vida na favela, descrevendo como a vida dos favelados é afetada pela falta de saneamento básico e infraestrutura pública, pela precariedade das habitações, pela sujeira e detritos, pelo aumento da densidade populacional; além disso, 27 trechos foram agrupados sob o subtema **Estigma**, que relatam o preconceito e a discriminação dos quais são alvo os favelados. Os subtemas de **Favela** estão sintetizados na Figura 07.

Figura 07 – A categoria Favela e seus subtemas: fragmentos selecionados



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de conteúdo do documento.

Nota: trechos tomados da obra Quarto de Despejo, respeitando a grafia original do documento.

O fenômeno da favelização acompanhou o crescimento dos centros urbanos no Brasil desde o princípio do processo de industrialização do país. A chamada urbanização caótica, para Darcy Ribeiro (2015), foi o processo pelo qual se formaram os centros urbanos brasileiros tendo como principal fator para sua formação não a atratividade da cidade, mas a expulsão da população campesina devido à estrutura agrária e à monocultura, resultando em um expressivo êxodo rural sem que houvesse nos centros urbanos condições para que esse fluxo migratório fosse integrado. A consequência desse processo foi, assim, “a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos” (RIBEIRO, 2015, p.150). Foi precisamente essa a situação de Carolina Maria de Jesus. Migrante a partir do interior do estado de Minas Gerais, se fixaria em São Paulo em busca de melhores condições de emprego e de vida após passagem por diversas cidades, dentre as quais o Rio de Janeiro (FARIAS, 2018). A Tabela 05 apresenta o crescimento populacional no Brasil e o crescimento da população urbana, de 1900 a 1960.

Tabela 05 - Crescimento da População Total e Urbana do Brasil – 1900 a 1960

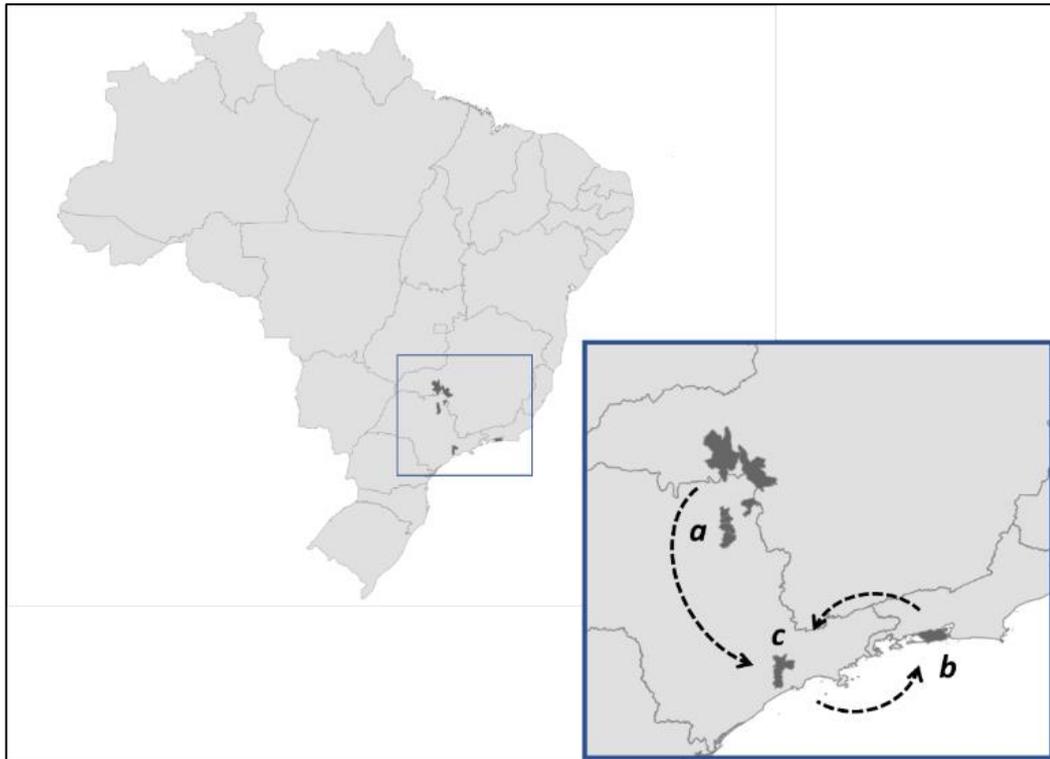
Ano	População total	Taxa de crescimento da população total	População urbana	Taxa de crescimento da população urbana	Índice de urbanização do país
1900	17.438.434	-	1.644.149	-	9,40%
1920	30.635.605	75,68%	3.287.448	99,95%	10,70%
1940	41.236.315	34,60%	12.880.182	291,80%	31,24%
1950	51.944.397	25,97%	18.782.891	45,83%	36,16%
1960	70.967.185	36,62%	31.990.938	70,32%	45,08%

Fonte: Adaptado de Oliven (2010).

Da Tabela 05, destacam-se algumas informações relevantes. Em primeiro lugar, que a taxa de crescimento da população urbana no Brasil neste período foi sempre superior à taxa de crescimento da população total, associado ao fenômeno do êxodo rural. O dado referente ao ano de 1940 indica que a população urbana quase triplicou nas duas décadas precedentes, enquanto que a população total teve um adicional de pouco mais de um terço. Esse movimento é sintetizado no índice de urbanização, que mostra a crescente proporção de população urbana em relação à população total do país, chegando a 45,08% no ano de 1960. Conforme explica Santos (M., 1993), a partir de 1940 as capitais de estados passaram a ter maior e crescente peso em relação à população total do país, em uma evolução que passa a acompanhar os índices de urbanização, com a dianteira da cidade de São Paulo.

A Figura 08 identifica cidades pelas quais Carolina Maria de Jesus migrou até se estabelecer na favela do Canindé. Como a finalidade é apenas ilustrativa, foram sinalizadas na figura apenas as regiões, sem que sejam identificados individualmente cada um dos municípios. O item *a* indica a localidade da cidade de Sacramento, Minas Gerais, onde a autora nasceu e cresceu e de onde migra na década de 1930, com passagens por Uberaba – estado de Minas Gerais, e Ribeirão Preto, Sales de Oliveira, Jardinópolis, Orlandia, Franca – estado São Paulo e, finalmente, a cidade de São Paulo, em 1937. Item *b* a região da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, onde vive e trabalha como cozinheira nos primeiros anos da década de 1940; *c* a região do município de São Paulo, para onde a autora retorna em meados de 1942 e onde passa a viver a partir de então (FARIAS, 2018).

Figura 08 – Andanças da migrante Carolina Maria de Jesus



Fonte: Elaboração própria com base em Farias (2018).

Este período da vida da migrante Carolina Maria de Jesus está documentado em Farias (2018) e em reportagens de jornal⁵. Às idas e vindas de uma cidade a outra se intercalavam períodos de trabalho mais ou menos curtos, em geral algumas semanas, em casas de família onde se ocupava de trabalhos domésticos. Em 1940, há registro de trabalho em uma fábrica. Contudo, não se fixava em qualquer destes empregos, partindo em seguida na procura de outro trabalho (FARIAS, 2018; CAROLINA..., 1940). De acordo com Fernandes (2008a), o serviço doméstico na casa de *famílias tradicionais*, posição historicamente ocupada pela mulher negra, permanecia como principal ocupação das mulheres negras mesmo com a abolição da escravatura. A partir de dados do censo de 1940 – mais de 50 anos após a abolição – no município de São Paulo a cada 100 mulheres pretas 35,44 eram empregadas domésticas. Em comparação, a cada 100 mulheres brancas, apenas 4,53 delas ocupavam este tipo de trabalho. As trabalhadoras se empregavam como arrumadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas, serventes, lavadeiras, diaristas ou prestadoras de serviços domésticos por tarefa como passar roupas, pequenas costuras etc. (FERNANDES, 2008b).

Com relação a este quadro, Fernandes (2008b, p. 125) aponta que “o envolvimento da “população de cor” no sistema ocupacional da cidade obedece a tendências heterogêneas”, em

⁵ Algumas destas constam nos anexos E e F.

que uma pequena parcela desta população se inseria em ocupações típicas de uma estrutura ocupacional do sistema de classes. A parcela majoritária, contudo, continuava empregada em posições do sistema pré-industrial e pré-capitalista. Assim, continua o autor,

Somente os negros e os mulatos que fazem parte da primeira parcela desfrutam, realmente, de modo parcial ou total, de situações de classe (como pequenos empresários, operários qualificados e semiquilificados etc.). Os demais, localizam-se em posições periféricas ou marginais, que não conduzem nem à profissionalização, nem à proletarização, nem à acumulação capitalista (FERNANDES, 2008b, p. 125).

O surgimento e crescimento das favelas é fenômeno relacionado à rápida expansão populacional associado ao déficit habitacional, de forma que parcela desta população se aglomera em assentamentos urbanos precários que tiveram aumento significativo na década de 1960, em fenômeno não restrito ao Brasil ou à cidade de São Paulo (QUEIROZ FILHO, 2011). Um dos primeiros estudiosos das favelas no Brasil foi o sociólogo Carlos Alberto de Medina (BRITO; LOPES, 2022). Medina (1964), em sua obra *A favela e o demagogo*, estuda favelas na cidade de Brasília, recém-construída e inaugurada, e na cidade do Rio de Janeiro. Ao analisar as ocupações dos moradores das favelas da Mangueira, Rocinha, São Carlos, Barreira do Vasco, Cantagalo, Jacarezinho e Praia do Pinto no Rio de Janeiro, em um levantamento de dados de 1.180 barracos, declararam suas ocupações remuneradas um total de 2.458 moradores. Os resultados são sintetizados na Tabela 06.

Tabela 06 – Tipos de ocupações remuneradas de 2.458 favelados do Rio de Janeiro

Ocupação, por tipo	Número de trabalhadores	Participação no total (%)
Industriários	1629	66,27
Domésticas	268	10,90
Funcionários públicos	182	7,40
Biscateiros	149	6,06
Comerciários	120	4,88
Motoristas	98	3,99
Comerciantes	12	0,49
Total	2458	100,00

Fonte: Adaptado de Medina (1964).

Os tipos desdobram-se em 148 ocupações. Medina (1964) ressalta que a maioria dos trabalhadores favelados se ocupava de atividades caracterizadas pelo esforço braçal, com pouca exigência de qualificação formal. A experiência no trabalho é o que permite encontrar emprego,

como é o caso dos trabalhadores da indústria de construção civil, formada por pedreiros (401 trabalhadores) e serventes de pedreiro (145 trabalhadores). Dentre as mulheres, a principal ocupação informada foi lavadeira (126 trabalhadoras). Entre os funcionários públicos, destacam-se os soldados, cabos, fuzileiros navais e marinheiros. Ainda de acordo com Medina (1964), quanto aos biscateiros, eram trabalhadores com alguma especialização, porém sem ocupação fixa. Em geral prestavam serviços em zonas residenciais próximas às favelas, como lavar carros, encerar casas, consertar objetos. Embora sejam dados referentes às favelas do Rio de Janeiro, podem chegar a dar uma imagem mais ou menos aproximada sobre as ocupações dos trabalhadores de classes baixas que vivem em habitações precárias nos centros urbanos do polo dinâmico Rio-São Paulo.

A este ponto, cabe aprofundar a discussão sobre os motivos pelos quais estes trabalhadores acabavam por morar em favelas ou assentamentos urbanos precários. Sabe-se que a favelização foi associada ao êxodo rural e à industrialização (RIBEIRO, 2015). Sabe-se que os principais centros que recebiam o fluxo de migrantes eram as capitais estaduais (SANTOS, M., 1983). Na cidade de São Paulo, em estudo conduzido no final da década de 1950, os dados de habitação infra-humana⁶ dão conta do seguinte cenário: 850 mil moradores viviam em 170 mil casas de periferia; 700 mil moradores viviam em 140 mil habitações em cortiços, e; 150 mil moradores viviam em 30 mil habitações em favelas (BUENO, 2000). O dado do número de favelas estratificadas por quantidade de barracos é apresentado na Tabela 07.

Tabela 07 – Número de favelas em São Paulo em 1957

Quantidade de barracos	Número de favelas
de 10 a 50	110
de 51 a 100	16
de 101 a 200	13
de 850 a 900	2
Total	141

Fonte: Adaptado de Bueno (2000).

Nota: A fonte não apresentou estratos de 201 a 849 barracos.

A favela do Canindé, em São Paulo, foi uma das favelas cujo surgimento ocorre por estímulo ou anuência da prefeitura daquele município, conforme discutido na seção 4.1. Porém, a favela do Canindé, especificamente, não foi resultado de uma necessidade de realocação dos moradores devido a obras públicas, mas sim de uma ação de reintegração de posse de um terreno

⁶De acordo com Brêtas (2021, p. 100) “áreas nas quais a ausência dos serviços coletivos condiciona uma existência marcada pela carência generalizada”.

na rua Antônio de Barros (FARIAS, 2018). Levine e Meihy (1995) apontam ainda uma outra motivação para a remoção dos moradores para o bairro do Canindé: “preparar” a cidade de São Paulo para as comemorações de seu quadricentenário que ocorreria na década seguinte, em 1954. Semelhante foi o caso da favela do Ibirapuera, removida para a construção do parque com pavilhões projetados por Oscar Niemayer para sediar os festejos do aniversário da cidade (CURI, 2017; CURY, 2016; GIAVAROTTI, 2012). Embora existam algumas imprecisões com relação às datas, é provável que Carolina Maria de Jesus tenha ido viver na favela em 1948, quando, grávida do filho João José, procura um lugar para se fixar (FARIAS, 2018). É então que Carolina Maria de Jesus se torna uma *despejada*. Dez anos mais tarde, ela escreveria em seu diário: “O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada.” (DE JESUS, 2020, p.137, 27 de dezembro de 1958).

São 106 trechos que registram a **degradação moral** associada à condição de favelada, como “*eu também sou favelada. Sou rebotalho*” (Ibid., p.41, 20 de maio de 1958); “*Tenho dó destas crianças que vivem no Quarto de Despejo mais imundo que há no mundo*” (Ibid., p. 128, 17 de novembro de 1958) “*a favela é o Gabinete do Diabo*” (Ibid., p. 165, 6 de julho de 1959). Esta visão era compartilhada com outros favelados, como expressa o fragmento a seguir:

Perguntei a uma senhora que vi pela primeira vez:

—A senhora está morando aqui?

—Estou. Mas faz de conta que não estou, porque eu tenho muito nojo daqui. Isto aqui é lugar para os porcos. Mas se puzessem os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve. Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só mesmo Deus para ter dó de nós. (Ibid., p. 50, 31 de maio de 1958)

Degradação esta associada não apenas ao pauperismo da população que ali residia, mas à violência, à exploração sexual, ao incesto, ao vício, à sujeira, à desesperança. Mais de uma centena de trechos foram identificados acerca do tema. Na *espelunca*, como se refere a autora em um destes trechos, a violência contra mulheres e crianças era cotidiana: “*o senhor Alexandre começou a bater na sua esposa. A Dona Rosa interviu. Ele dava ponta-pé nos filhos*” (DE JESUS, 2020, p. 90, 20 de julho de 1958); conflitos que levavam a brigas, e mesmo a tentativas de homicídio, eram comuns, como se lê em “*ouvi vozes alteradas, fui ver o que era, percebi que era briga. Vi o Zé Povinho correndo. Briga é um espetáculo que eles não perdem. Eu já estou tão habituada a ver brigas que já não impreciono*” (DE JESUS, 2020, p. 95, 27 de julho de 1958).

Uma das preocupações centrais com relação a este ambiente dizia respeito à educação das crianças, pois conforme se lê no documento, *“Todas as famílias que residem na favela tem filhos”* (DE JESUS, 2020, p. 39, 19 de maio de 1958); *“Na favela tem muitas crianças. As crianças são sempre em maior numero. Um casal tem 8 filhos, outro tem 6 e daí por diante”* (Ibid., p. 72, 28 de junho de 1958). No já citado estudo de Medina (1964), o autor descreve como são os núcleos familiares de moradores das favelas do Rio de Janeiro. O autor caracteriza os moradores da favela, em primeiro lugar, pelo predomínio do grupo familiar, com apenas uma pequena parcela (5%) de barracões habitados por somente uma pessoa. Naquele estudo, foi encontrado uma percentagem de 82% dos barracos habitados por casais com filhos e 12% por casais sem filhos, tendo na figura materna o elemento integrador. Na maioria destes grupos familiares todos os filhos eram menores de 15 anos.

A preocupação de Carolina Maria de Jesus com relação a influência do ambiente da favela com relação à formação das crianças é registrada de forma explícita, como já foi observado no comentário feito pelo tenente e apresentado quando se tratou da atuação policial junto à população da favela do Canindé. Em outros trechos, a autora aponta: *“As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No início são iducadas, amáveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes”* (DE JESUS, 2020, p. 41, 20 de maio de 1958); *“A tarde na favela foi de amargar. E assim as crianças ficaram sabendo que os homens fazem... com as mulheres. Estas coisas eles não olvidam. Tenho dó destas crianças que vivem no Quarto de Despejo mais imundo que há no mundo”* (Ibid., p. 128, 17 de novembro de 1958).

Medina (1964) traz dados-sobre a visão de mundo das crianças moradoras da favela com respeito a suas famílias e ao seu cotidiano, coletados junto a crianças de terceiro e quarto ano do ensino primário. Foram 62 relatos por escrito feitos a pedido da professora da classe. Para o autor, *“os assuntos são graves. Mas são ditos de forma a não enganar ninguém, nem a si mesmos. Os fatos são expostos por mais sérios que sejam e não há razão para ocultá-los. Fome, morte, briga em família são observados concretamente. Fazem parte da vida e isto é tudo”* (MEDINA, 1964, p. 64). O autor apresenta alguns trechos selecionados, e, destes, alguns constam no Quadro 05.

Quadro 05 – O que têm a dizer as crianças faveladas?

<p>Trechos de textos elaborados por crianças moradoras das favelas do Rio de Janeiro, apresentados em estudo de Medina (1964)</p>	<p>“Tenho 6 irmãos: 3 masculinos e 3 femininos e uma morta” “Minha mãe é morta há 6 anos. Eu não tenho madrasta. Quem cuida da minha casa sou eu. Quando eu faço má-criação meu pai me bate.” “Minha mãe trabalha fora para manter a casa porque meu pai abandonou o lar.” “Minha mãe trabalha muito mesmo” “Meus irmãos me batem muito, sem eu fazer nada.” “Minha mãe não deseja uma dentadura. Nós não compramos porque não podemos. Meu pai fez uma despesa muito grande comprando um barraco. O ordenado dele é pouco.” “Meu pai era faxineiro e ganhava o salário mínimo, mas saiu do emprego porque não podia mais trabalhar. Mas o desejo de meus pais é sair da favela, porque não é lugar de criar filhos.” “Meu pai e minha mãe me abandonou. Moro com uma môça. Se não fôsse ela eu estava abandonado pela rua.” “Quando eu crescer eu desejo ser babá.”</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria com base em Medina (1964).

Nos trechos trazidos pelo autor, se sobressai o tom objetivo empregado pelas crianças, a visão realista de quem apresenta sua percepção dos fatos sem constrangimentos ou meios-termos. Das frases apresentadas no Quadro 05, destaca-se a última, *quando eu crescer eu desejo ser babá*. Provavelmente escrita por uma menina, indica que a perspectiva que ela tinha com relação ao próprio futuro estava limitada àquelas funções mais simples na divisão social do trabalho, exercidas por trabalhadoras sem necessidade de qualificação formal, ainda que a criança em questão estivesse frequentando a escola. Gouvêa (1993, p.54), ao analisar o processo de socialização de crianças da favela, trata do processo de adultização destas crianças e conclui que sua perspectiva de futuro “aparece apenas como reprodução das condições existentes, não se afigurando a possibilidade de alteração de seu lugar social”.

Lugar social bem delimitado por Carolina Maria de Jesus em seus diários:

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (DE JESUS, 2020, p. 55-56, 7 de junho de 1958)

As condições de habitação descritas no documento são precárias, e a **degradação material** aparece como condicionada e condicionante das condições morais descritas. Por isso, a autora não reconhece o lugar em que vive como sua casa:

[...] Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mau cheiro. (DE JESUS, 2020, p.50, 31 de maio de 1958)

Dez anos antes deste trecho ser escrito, a autora havia construído seu barracão na favela do Canindé, conforme o relato transcrito na obra *Onde estaes felicidade?*:

Eu queria fazer o meu barracão e não dinheiro para comprar tabuas. Estavam construindo a igreja Nossa senhora do Brasil. Eu resolvi pedir umas tabuas para monsenhor carvalho. [...] Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Treis dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Dêitava as duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não conseguia dormir. Eu mesma fiz o meu barracozinho. 1 metro e meio por um metro e meio. [...] sobrou uma tabua de quarenta centimetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dormia (DE JESUS, 2014, p. 42)

O barraco de Carolina Maria de Jesus, número 9 da Rua A (DANTAS, 2020), era feito de tábuas e coberto com papelões, conforme consta no documento analisado. Com o nascimento de outros dois filhos, o barracão foi aumentado (FARIAS, 2018). Ainda assim, pelas frestas entravam tanto sol quanto frio e chuva. Nas ruas sem calçamento da favela, às margens do Rio Tietê, misturavam-se a lama e os dejetos, expondo adultos e crianças à contaminação por doenças: *“o frio nos fustiga. E várias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoida vendo as crianças pisar na lama”* (DE JESUS, 2020, p. 41, 29 de maio de 1958). Como já tratado na seção 4.1, uma única torneira abastecia os moradores da Favela do Canindé. *Buscar água* era um momento de tensão entre os moradores, cada um com suas latas em uma fila que começava a se formar antes do amanhecer. A autora comenta: *“Ao redor da torneira amanhece cheio de bosta. E quem limpa sou eu. Porque as outras não interessam.”* (Ibid., p. 86, 11 de julho de 1958). A Figura 09 indica o provável local da Favela do Canindé, em fotografia aérea do ano de 1958.

Figura 09 – Local provável da Favela do Canindé e ruas a, b, c e d, ano de 1958



Fonte: Elaboração própria com base em Barone (2015) e Ultramari e Andreoli (2021), com fotografia aérea disponibilizada por Geoportal Memória Paulista (2022).

Uma descrição das condições de habitação na favela do Canindé é encontrada em Lara (2012). O autor teve acesso ao levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo no ano de 1960, que informa do seguinte cenário:

Localização - Iniciada há 15 anos (1946), situava-se à margem esquerda do Rio Tietê, (...) no bairro do Canindé, ocupando uma área aproximada de 34.500 metros quadrados, em terreno da prefeitura.

Número de famílias – em 168 barracos viviam 230 famílias, atingindo um total de 904 pessoas (...)

Tipo de habitação – Barracos de madeira precariamente construídos e em péssimo estado de conservação, aglomerados em vielas, dos quais uma parte apenas possuía luz elétrica.

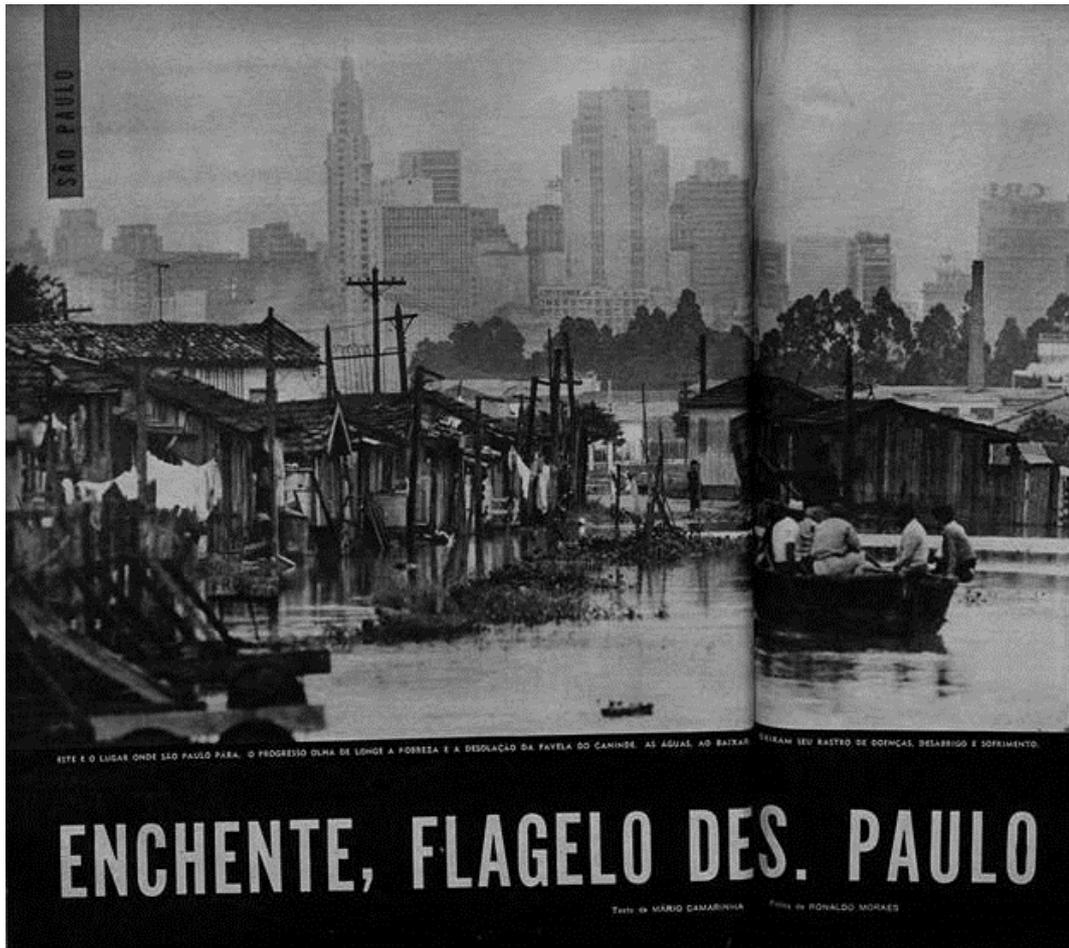
Condições sanitárias – Não havia água encanada nem esgôto. Seus moradores serviam-se de alguns poços e de duas torneiras públicas. Havia algumas fossas, mas a maioria dos habitantes se servia de vasilhas e atiravam ao rio ou em valas abertas os excrementos. (PMSP, 1962, p. 21 *apud* LARA, 2012, p.169, grifos do autor)

Por sua localização, às margens do Rio Tietê, em região de várzea, o local era propenso a alagamentos⁷. Àquela época, sem que as obras de retificação das margens e canalização do rio tivessem começado, a população que vivia nos arredores ficava vulnerável às enchentes em épocas chuvosas – no caso das favelas, conforme já discutido, muitas das vezes essa população havia sido alojada à beira do rio por ação da própria prefeitura. Em razão disso, na favela do Canindé os barracões eram construídos em palafitas, sustentadas por pedaços de madeira, o que nem sempre impedia que as águas do rio invadissem os barracos. As inundações eram recorrentes (CASTRO; ALVIM, 2019; PAULINO, 2007; REPÓRTER ESSO, 1961). Este aspecto também está retratado no documento analisado, e em uma das passagens a autora usa de ironia para falar sobre o problema: “*As pessoas de espírito jocoso dizem que a favela é a cidade nautica. Outros dizem que é a Veneza Paulista.*” (DE JESUS, 2020, p. 140, 6 de janeiro de 1959).

A Figura 10 mostra foto da favela do Canindé inundada, em contraste com a paisagem de arranha-céus do centro de São Paulo ao fundo. A foto ilustrou reportagem da revista O Cruzeiro do ano de 1961.

⁷ Ver mapa constante no Anexo G.

Figura 10 – Pobreza, flagelo de São Paulo (1961)



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

A população da favela crescia de forma notável no período em que Carolina Maria de Jesus registra em seu diário, como se pode ler em mais de uma passagem do texto: “*Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão.*” (Ibid., p. 48, 29 de maio de 1958); “*Depois que a favela superlotou-se de nortistas tem mais intriga. Mais polemica e mais distrações.*” (Ibid., p. 73, 29 de junho de 1958); “*Todos os dias aparece um pobre coitado aqui na favela, encosta num parente e vão vivendo.*” (Ibid., p. 139, 4 de janeiro de 1959). Assim, as condições de vida na favela, desde início inadequadas, tornavam-se ainda mais precárias na medida em que aumentava a quantidade de moradores, sem que fosse feito nenhum investimento em infraestrutura ou serviços públicos para atender à comunidade.

O aumento do número de moradores na favela do Canindé, revelado no documento, foi apontado também por Lara (2012) e Paulino (2007). Conforme Lara (2012), o número de barracos na favela do Canindé em 1954 era de 150; em 1960, este número teria dobrado. O

autor ressalta, contudo, que os levantamentos realizados sobre o tema eram controversos, já que há disparidade entre o número de barracos e habitantes nas fontes documentais disponíveis para consulta. Já conforme Paulino (2007), no total, na cidade de São Paulo, registrava-se 8.488 barracos em levantamento realizado pela prefeitura em 1960. A população total de favelados, que seria de 50 mil pessoas em 1957, estimava-se que tivesse chegado a 70 mil em 1960. Um acréscimo da ordem de 40% em três anos. De fato, como relatado no documento analisado, grande parte deste contingente populacional era de nordestinos, conforme fontes examinadas por Lara (2012). Conforme este autor, o movimento de migrantes a partir do nordeste brasileiro para a região sudeste teria se intensificado com a construção e asfaltamento das rodovias nacionais, mas devem ser consideradas como fatores de expulsão dessa população as grandes secas de 1951 e 1958 (DOMINGUES, 2014).

Por fim, o último subtema identificado na categoria **Favela** refere-se à forma discriminatória de tratamento dispensada aos favelados, com 27 trechos agrupados sob o título **Estigma**. O tema da estigmatização da favela foi discutido por Paulino (2007). O autor retoma uma das primeiras definições dada por estudo técnico sobre as favelas de São Paulo, elaborado em 1955. Naquele estudo, a autora Marta Godinho assim define o que seja uma favela:

Somos de opinião que: Favela – é um aglomerado de habitações toscamente construídas, em terrenos alheios, e desprovidas de recursos higiênicos, onde vivem pessoas (humanas) na mais completa desintegração psico-social, quase que completamente marginais à vida humano-social, apresentando os mais sérios problemas de desajustes (GODINHO, 1955 *apud* PAULINO, 2007, p. 15).

Paulino (2007) destaca o caráter valorativo da definição dada pela autora, em uma qualificação estigmatizante dos moradores da favela, parte de um processo de produção de uma imagem simbólica que se inicia simultaneamente à constituição das primeiras favelas e que contou com discursos veiculados por diferentes fontes e em diferentes meios, tais como imprensa ou relatórios oficiais. Nestes, a favela era associada principalmente à imundície e ao crime (LARA, 2012; PAULINO, 2007).

No documento analisado, Carolina Maria de Jesus fala da identificação da imagem do favelado à do mendigo, de onde se entende que a própria autora reproduzia em sua escrita a visão pejorativa sobre a miséria ao instituir uma diferenciação entre ela e os *outros*, os *indigentes*: “*Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa.*” (DE JESUS, 2020, p. 61, 14 de junho de 1958). Contudo, os moradores da Favela do Canindé, assim como favelados de outras favelas,

também são *outros*. A instituição de um *Outro* em diferenciação e oposição a um *Um* – considerado normal – é um dos aspectos do estigma, marca simbólica degradante a partir da qual o *Outro* passa a ser identificado socialmente (SANTOS, T., 2015). É o que se pode observar no fragmento a seguir:

Ceguei no açougue, a caixa olhou me com um olhar descontente.
 —Tem banha?
 —Não tem.
 —Tem carne?
 —Não tem.
 Entrou um japonês e perguntou:
 —Tem banha?
 Ela esperou eu sair para dizer-lhe:
 —Tem.
 Voltei para a favela furiosa. Então o dinheiro do favelado não tem valor?
 (DE JESUS, 2020, p. 140, 6 de janeiro de 1959).

Paulino (2007) comenta que desde o surgimento das primeiras favelas, esta representava um problema às elites de São Paulo, que transferiram às favelas os estigmas que até então estavam associados aos cortiços. A favela se constituiu, assim, sempre como signo de segregação, em contraste com o orgulho que provocava o progresso e a modernização da cidade. Todavia, pela perspectiva do sujeito estigmatizado, este reconhece que aquelas características que o alterizam, o tornam *Outro*, não lhe são inatas, mas advêm de suas circunstâncias (SANTOS, T., 2015). Assim também o reconhecia Carolina Maria de Jesus, como quando afirma que se anda suja, não é por outro motivo se não porque não tem sabão: “*Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartas nas costas: Se estou suja é porque não tenho sabão.*” (DE JESUS, 2020, p. 92, grifo da autora, 22 de julho de 1958). Em outro trecho, a autora reflete:

Fiz arroz e puis agua esquentar para eu tomar banho. Pensei nas palavras da mulher do Policarpo que disse que quando passa perto de mim eu estou fedendo bacalhau. Disse-lhe que eu trabalho muito, que havia carregado mais de 100 quilos de papel. E estava fazendo calor. E o corpo humano não presta.
 Quem trabalha como eu tem que feder! (Ibid., p. 126, 08 de novembro de 1958)

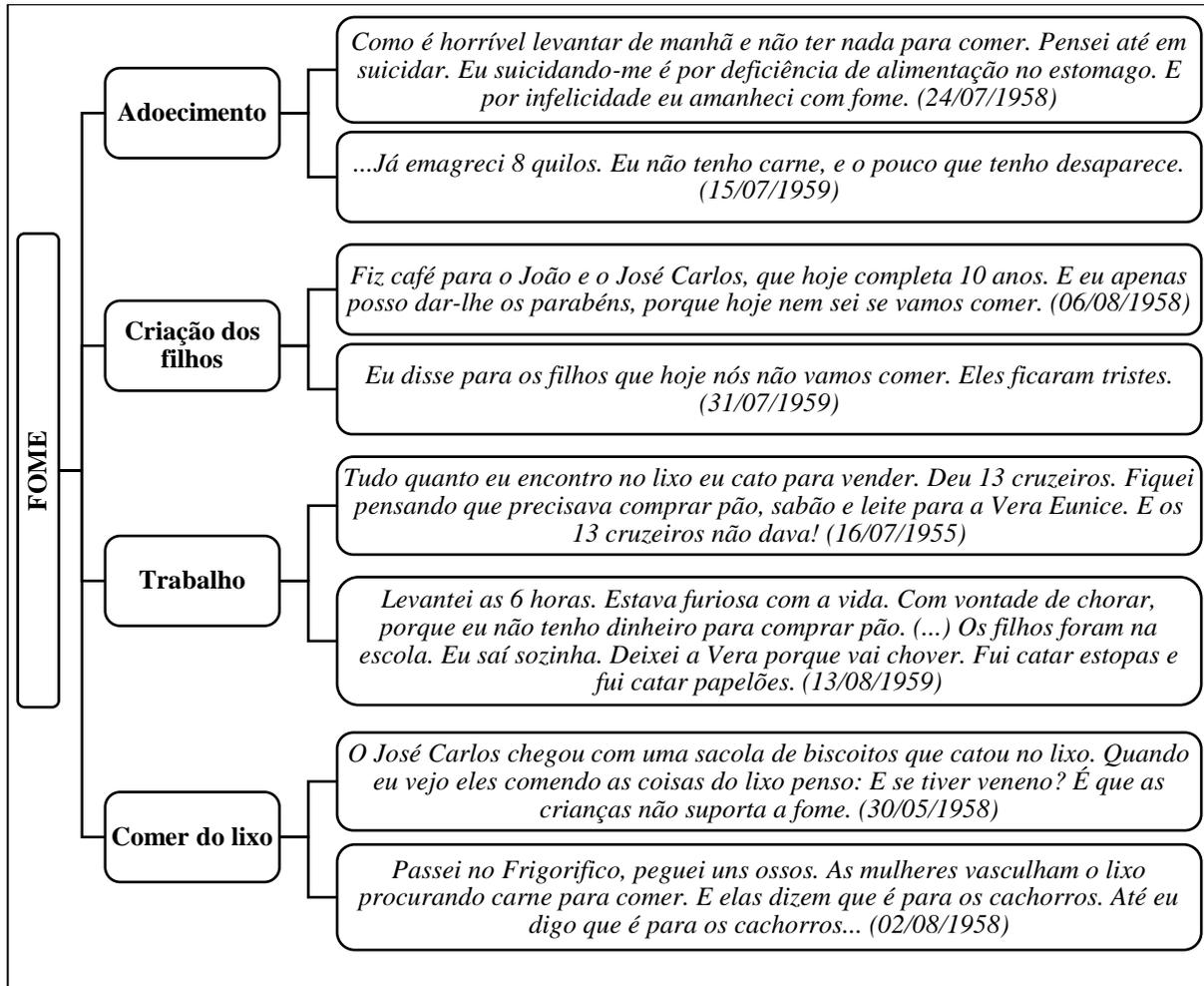
Os favelados serem malcheirosos, os pobres serem malcheirosos, é parte deste estigma que diferencia *Uns e Outros*, que institui assim um suposto antagonismo. Contudo, Paulo Freire (2010) esclarece: é a condição de classe o que possibilita a uns a água quente do banho, sabonetes e roupa limpa diariamente. Possibilidades essas que não são intrínsecas ao ser de ninguém, mas sim relativas à condição de classe. Assim intuía a autora de *Quarto de Despejo*. A seção a seguir trata da última categoria analisada: a **Fome**.

4.4 “A coisa pior do mundo é a fome!”⁸

Esta seção apresenta a categoria denominada por **Fome**. Esta categoria constitui-se de 212 trechos do documento analisado, a partir dos quais emergem quatro subtemas, conforme segue: **Adoecimento**, agrupando 70 trechos acerca do padecimento físico e psíquico associados à fome e relatados no diário; **Criação dos filhos**, com 66 trechos encontrados, refere-se preocupação constante com as dificuldades impostas pelo fenômeno da fome a uma família monoparental feminina com três crianças entre dois e 12 anos; 51 trechos identificados com o subtema **Trabalho**, relato obtido no documento acerca das severas condições impostas à trabalhadora pauperizada em situação de superexploração, em que, apesar de intensa rotina laboral, a renda obtida é insuficiente mesmo para as necessidades de alimentação da família; por último, 25 trechos agrupados sob o tema **Comer do lixo**, a partir dos quais se analisa a degradação imposta pela fome que impõe o consumo de alimentos descartados por empresas ou outras famílias. A Figura 11 apresenta os subtemas da categoria **Fome** e trechos selecionados.

⁸ Trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, do dia 26 de agosto de 1959.

Figura 11 – A categoria Fome e seus subtemas: fragmentos selecionados



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de conteúdo do documento.

Nota: trechos tomados da obra Quarto de Despejo, respeitando a grafia original do documento.

Neste primeiro momento, urge que se trate especificamente do fenômeno da fome. O aprofundamento do tratamento científico sobre o tema remonta à década de 1930 e ao nome de Josué de Castro, que discutiu o fenômeno da fome em âmbito mundial negando o caráter fatalista com que o assunto era tratado até então e as teorias malthusianas e neomalthusianas, que responsabilizavam as populações miseráveis por sua própria miséria na relação entre crescimento populacional e escassez de recursos (REZENDE, 2003). O fenômeno da fome, enquanto condição social e historicamente colocada, refere-se à incapacidade de determinado grupo social de se alimentar adequadamente por determinado período, devido ao não acesso ao alimento em quantidade tal que possibilite a manutenção de uma vida saudável, sendo causa de doenças e provocando mortes, sem que necessariamente o fenômeno esteja associado a uma situação de crise como fatores climáticos ou guerra (LEME, 2021).

A compreensão contemporânea da fome se dá enquanto manifestação do fenômeno de insegurança alimentar e nutricional que, se bem que possa ter vários níveis, se caracteriza pelo

não acesso aos alimentos de forma regular e permanente. Refere-se a estratos da população que estão em situação de subalimentação, associado aos fenômenos da desigualdade, da má distribuição de renda e da miséria, acentuando-se em períodos críticos (AZEVEDO, 2022; BRITO; BAPTISTA, 2021).

Azevedo (2022) ressalta, porém, a relação da situação de fome com o modelo econômico que subordina a produção, distribuição e consumo dos alimentos à lógica de valorização do capital. No mesmo sentido, Teles, Andrighetti e Corrêa (2022) compreendem que a fome, no Brasil, se associa à formação sócio-histórica nacional, com ênfase para as desigualdades étnico-raciais, como parte da dinâmica do capitalismo dependente. Estas autoras partem das formulações de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus, ou seja, datadas da década de 1940 e 1950. Reforçam, porém, que a fome, apesar de que adquira novas características e expressões no decorrer do tempo, permanece enquanto reflexo da contradição inerente à realidade social do país.

A necessidade de pragmatizar a compreensão do problema e a formulação de estratégias para combatê-lo levou ao desenvolvimento de uma miríade de índices e instrumentos analíticos que se utilizam de diversas metodologias e diferentes tipos e fontes de dados (MORAIS; LOPES; PRIORI, 2020). Kepple e Segall-Corrêa (2011) explicam que a insegurança alimentar ocorre de forma progressiva: primeiro, gerenciada no âmbito do domicílio, por meio de táticas em que os adultos começam a pular refeições ou diminuir suas porções de alimentos. Conforme o problema se agrava, a experiência é vivenciada também pelas crianças da família. Retomando de forma sintética, as autoras apresentam quatro níveis de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN que consistem em (1) segurança alimentar no domicílio; (2) insegurança alimentar em nível domiciliar (insegurança alimentar leve); (3) insegurança alimentar entre adultos da família (insegurança alimentar moderada) e; (4) insegurança alimentar entre crianças (insegurança alimentar severa). Estas autoras identificam quatro componentes da insegurança alimentar, apresentados no Quadro 06.

Quadro 06 – Insegurança alimentar e seus componentes

Componente	Formas de manifestação
Quantidade: consumo insuficiente	“Esvaziamento das prateleiras”
Qualidade: Conteúdo nutricional inadequado	Alimentos não apropriados
Psicológico: falta de escolha e sensação de privação	Receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo
Social: padrões de alimentação rompidos	Aquisição de alimentos de maneira socialmente inaceitável

Fonte: Adaptado de Kepple e Segall-Corrêa (2011).

O caso da fome – ou insegurança alimentar grave – foi uma das dimensões da pobreza identificadas na análise de Quarto de Despejo, sendo de fato um dos temas mais recorrentes ao longo do documento. O tema da fome no contexto da obra de Carolina Maria de Jesus tem sido analisado em diversos estudos, tais como em Fernandez (2015), Pureza (2017), Santos (G., 2018), Garcia (2021), Boenavides e Boenavides (2021) e o estudo citado de Teles, Andrighetti e Corrêa (2022). As análises versam sobre aspectos como racialização, pensamento decolonial, literatura marginal periférica, o que dá mostras da riqueza da obra em termos de possibilidades de análise do fenômeno da fome, considerada por Boenavides e Boenavides (2021) como a antagonista da autora. De forma de tal modo expressiva a fome impregna a narrativa, que ganha a alcunha de *Amarela* (DANTAS, 2020), em alusão ao seguinte trecho do diário:

Ia catando tudo que encontrava. Ferro, lata, carvão, tudo serve para o favelado. O Leon pegou o papel, recibí seis cruzeiros. Pensei guardar o dinheiro para comprar feijão. Mas, vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me. ... Resolvi tomar uma media e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! **Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.** [...] A comida no estomago é como o combustível nas maquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (DE JESUS, 2020, p. 47, grifo nosso; 27 de maio de 1958)

O episódio que é retratado neste trecho é parte das memórias de infância de Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina Maria. Ela conta, em entrevista, que as duas haviam saído para catar papel e sua mãe sentava-se à calçada e vomitava de fome, bile, de cor amarela, devido a ter o estômago vazio (CARVALHO, L., 2022). No presente estudo, a categoria **Fome** emerge do Quarto de Despejo por seu aspecto de ameaça constante à própria vida de Carolina Maria de

Jesus e de seus filhos, fosse de forma direta, a morte por inanição, ou se forma indireta, devido às diversas doenças relacionadas à situação de fome enquanto condição de vida.

No Quarto de Despejo, a ocorrência da fome representava para Carolina Maria de Jesus a atualização da condição de escravatura que submetia a população pauperizada. Nesse sentido, a obra transmite uma visão valorativa segundo a qual a escravidão não teria sido abolida em todas as suas formas (BOENAVIDES; BOENAVIDES, 2021), como se lê no seguinte excerto:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome! (DE JESUS, 2020, p. 35-36, 13 de maio de 1958).

O texto sintetiza vários dos temas que ao longo do documento são relacionados à categoria Fome. Por ordem de ocorrência, a primeira frase, *hoje amanheceu chovendo*, é significativa na medida que o **Trabalho** de Carolina Maria de Jesus como catadora de papel ficava prejudicado nos dias de chuva. São 51 trechos agrupados sob este subtema. Dias de chuva, dias de mais fome. São diversos os registros ao longo do diário que dão conta de que em dias de mau tempo, a autora ficava impedida de sair à cata de papel, o que impactava diretamente o já minguado orçamento doméstico, tendo em vista que a totalidade do dinheiro pago pela venda do material reciclável era utilizada para as necessidades imediatas, sem que houvesse possibilidade de poupança para dias de chuva ou finais de semana.

No trecho *é o inverno que chega*, fica latente outro aspecto da condição de fome também muito presente ao longo do Quarto de Despejo, qual seja, a constante insegurança quanto ao futuro, situação em que os meios para manter a si e aos filhos são preocupação constante. Esse estado de permanente aflição relaciona-se com outro aspecto latente na obra, o adoecimento psíquico. Para além do adoecimento físico provocado pela situação de fome sistemática, o sofrimento a ela associado é também fator de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais. O **Adoecimento**, ainda que pudesse ser por si mesmo um objeto de análise enquanto categoria própria, encontra-se aqui subsumido à categoria Fome tendo em vista a estreita associação entre os temas e o objetivo do estudo. São 70 trechos identificados acerca deste tema. Por outro lado, a frase *a Vera começou pedir comida* sinaliza ainda para outro tema estreitamente relacionado com a categoria Fome: a criação dos filhos.

A **Criação dos filhos** em um contexto de fome é rotineiramente retratada por Carolina Maria de Jesus no Quarto de Despejo, somando 66 registros encontrados no documento. O alimento, sempre escasso, não basta para atender as necessidades das crianças, como pode ser observado em trechos como “*como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais”*” (DE JESUS, 2020, p.42, 20 de maio de 1958). Por outro lado, não se trata apenas de necessidades nutricionais, mas da negação do direito ao desejo, que atravessa também a subjetividade do pobre (JACINTO, 2021). Assim é que se frustram o desejo dos filhos por sapatos, brinquedos, bolo de aniversário:

Eu fritei peixe e fiz polenta para os filhos comer com peixe. Quando a Vera chegou viu a polenta dentro da marmitta e perguntou:
 —E o bolo? Hoje eu faço anos!
 —Não é bolo. É polenta.
 —Polenta, eu não gosto.
 Ela trouxe leite. Eu dei-lhe leite com polenta. Ela comeu chorando.
 Quem sou eu para fazer bolo? (DE JESUS, 2020, p. 168, 15 de julho de 1959)

Muitas vezes, as necessidades dos filhos eram parcamente atendidas por alimentos retirados do lixo, situação usual não só para Carolina Maria de Jesus e sua família, mas para o restante da comunidade. É assim que **Comer do lixo** conforma um subtema apartado, composto por 25 trechos selecionados que, se bem seja o subtema da **Fome** de menor frequência no documento, possui um significado profundo em termos de privação. Retirar alimentos do lixo aparece no documento como a última alternativa, como a subjugação completa à situação de miséria quando não há outra possibilidade de suprir o próprio organismo das condições mínimas para sobrevivência. É interessante observar que no documento a favela é comparada ao *quintal onde jogam os lixos*, os próprios moradores da favela se desumanizam e, neste sentido, revolver o lixo à procura de alimentos meramente os coloca ao lado dos ratos, corvos e baratas. Na Figura 12, uma fotografia de Carolina Maria de Jesus junto à filha Vera Eunice ilustra o tema.

Figura 12 – Carolina Maria e a filha Vera Eunice examinam o lixo



Fonte: Revista Figas (2023).

Alguns outros trechos dão a dimensão do caso. “*No Frigorífico eles não põe mais lixo na rua por causa das mulheres que catavam carne podre para comer*” (DE JESUS, 2020, p. 113, 19 de setembro de 1958); os alimentos eram retirados tanto do lixo de outras famílias, quanto dos descartes feitos por unidades produtivas próximas à Favela do Canindé, como o frigorífico, a fábrica de bolacha, a fábrica de doces. Os gerentes e proprietários, contudo, procuravam impedir que *as mulheres* revolvessem o lixo, pelo *aspecto hediondo* que conferiam aglomeradas à porta das fábricas. “*Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome.*” (DE JESUS, 2020, p. 149, 29 de abril de 1959). *Quem vive, precisa comer*, se lê em outro ponto do documento, e essa obviedade, assim registrada, denuncia o senso de urgência que a miséria imprime ao que é elementar à sobrevivência, no limite mesmo do par morte-vida.

A primeira referência ao fenômeno da fome no diário foi identificada no registro referente ao dia 16 de julho de 1955. Naquele dia, Carolina Maria de Jesus relata “*Fiz o café.*”

Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.” (DE JESUS, 2020, p.19-20, 16 de julho de 1955). Ainda em 1955, se lê

Preparei a refeição matinal. Cada filho *prefere* uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna. (DE JESUS, 2020, p. 27, 20 de julho de 1955, grifo nosso)

Registros semelhantes, do mês de julho de 1955, entre os dias 15 e 28, publicados no Quarto de Despejo, permitem discutir se àquele momento a falta de alimentos era menos severa. Ainda que faltasse pão, ou não se pudesse comprar frutas, verduras e legumes, havia carne com farinha, e uma certa variedade de alimentos que permitia que fossem considerados os gostos de cada filho no momento da *refeição matinal*. Alguns produtos consumidos pela família naquele período são queijo, arroz, feijão, macarrão, açúcar, toucinho, peixe, achocolatado, marmelada, cerveja.

Naquele mês, Carolina Maria de Jesus registra: *“Eu sou muito alegre. Todas manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço”* (DE JESUS, 2020, p. 31, 22 de julho de 1955). Esse trecho pode ser contrastado com outros, escritos em 1958 e 1959, evidenciando a deterioração das condições de vida às quais a família estava submetida e o sofrimento causado pela situação de miséria, à qual o suicídio aparece como alternativa:

Encontrei com a dona Nenê, a diretora da Escola Municipal, professora do meu filho João José. Disse-lhe que ando muito nervosa e que tem hora que eu penso em suicidar. Ela disse-me para eu acalmar. Eu disse-lhe que tem dia que eu não tenho nada para os meus filhos comer (DE JESUS, 2020, p. 96, 28 de julho de 1958).

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (DE JESUS, 2020, p. 161, 16 de junho de 1959).

A partir destes trechos, pode-se discutir o agravamento das privações às quais estava sujeita a população pauperizada no Brasil ao longo do Governo Juscelino Kubitschek. O subtítulo **Adoecimento** evidencia este aspecto da pobreza não só na vida de Carolina Maria de Jesus, mas há relatos no documento sobre outras famílias igualmente afetadas pelo sofrimento associado à miséria. Conforme Stormowski (2011) e Domingues (2014), a desnutrição era o mais importante problema alimentar na década de 1950 no país, e causa ou agravante de diversas doenças. Com relação à fome, contudo, não existiam dados oficiais, e a principal fonte

para análise do problema naquele período são os estudos de Josué de Castro, que apontou que pelo menos metade da população apresentava alguma deficiência nutricional, com ênfase à desnutrição infantil. As ações de combate à fome, como restaurantes populares e postos de subsistência, tinham alcance limitado (DOMINGUES, 2014; VASCONCELOS; 2005).

Todavia, um aspecto que se sobressai na abordagem ao documento é a relação entre fome e adoecimento psíquico, manifestada nos diversos trechos escritos pela autora que indicam ideação suicida, ou casos de suicídios levados a cabo sobre os quais a autora tomava conhecimento, como os relatados a seguir.

Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:

—Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!

Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou Serviço Social? Ela devia ir nos palacios falar com os manda chuva.

...A noticia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os politicos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca. (DE JESUS, 2020, p. 62, 15 de junho de 1958)

Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida.

Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome. Eu parei de escrever o Diário porque fiquei desiludida. E por falta de tempo. (Ibid., p. 149, 29 de abril de 1959)

Os determinantes socioeconômicos do suicídio ainda não são suficientemente explorados na literatura acadêmica (MANGINI; NUNES, 2021). Assim, fica encoberta a relação entre a chamada *questão social* e este problema de saúde pública cuja violência choca a sensibilidade. Talvez por este motivo, o assunto permaneça enquanto tabu. Todavia, diante da quantidade de trechos no documento analisado que relacionam fome ao desejo de morte, este é um tema que não poderia ser ignorado. O suicídio enquanto expressão da questão social é deslocado da análise que considera o tema meramente no âmbito da individualização, para considerá-lo em suas dimensões coletiva e histórica. Neste sentido, o suicídio aparece como alternativa de escape das engrenagens sociais, como discutido por Mangini e Nunes (2021).

Entretanto, o entendimento de que os temas da miséria e do suicídio estão relacionados não é recente. O tema aparece na obra *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friederich Engels, publicada ainda no século XIX. Nesta obra, Engels afirma que

A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. [...] O suicídio, que no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda na Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria. (ENGELS, 2008, p.155)

Um caminho para o entendimento da questão pode ser a consideração do suicídio enquanto manifestação da violência social, já que o suicídio consta entre as causas externas de morte em situação de violência, neste caso, auto-inflingida, conforme Minayo (2006). Ao analisar o tema da violência social na obra de Carolina Maria de Jesus, Silva (E., 2016) discute que na sociedade brasileira, hierarquicamente violenta, para além dos fatores de opressão de classe, raça e gênero a se manifestarem nas condições materiais de pobre, negra e mulher, ainda se manifestavam nos termos de violência simbólica. A fome passa a ser, neste contexto, mais um agravante na condição da autora, que em muitos momentos anseia pelo desfecho trágico que colocaria fim às suas desventuras.

Diante deste quadro, a autora reflete: *“se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo.”* (DE JESUS, 2020, p. 149, 2 de maio de 1959). Em sua interpretação da relação entre a fome e o suicídio na obra Quarto de Despejo, Teles, Andrighetti e Corrêa (2022, p.159) afirmam que

Essas vivências escritas materializam os efeitos nocivos e barbáricos da superexploração da força de trabalho, que nega, historicamente, à população negra, em sua maioria, o acesso à terra, ao alimento, ao trabalho, ao consumo e, por conseguinte, à própria subsistência.

No caso das mulheres chefes de família, a angústia dessas circunstâncias ainda se agravava pela preocupação com a **criação dos filhos**. Conforme mencionado anteriormente, a desnutrição infantil era um dos mais importantes problemas relacionados à fome no Brasil dos anos de 1950. Marques (1963), ao tratar do tema das doenças que acometiam a população brasileira naquele período, traz dados de 14 crianças internadas em enfermaria por desnutrição grave, no Rio de Janeiro. Os dados estão expostos na Tabela 08.

Tabela 08 – Dados de 14 casos de crianças internadas com desnutrição severa (1961)

Caso	Idade	Peso (kg)			Estatura (cm)		
		Normal para a idade	Na alta	Diferença	Normal para a idade	Na internação	Diferença
1	1a 9m	11,200	9,240	-1,960	79	77	-2
2	3a 10m	15,700	11,800	-3,900	97	85	-12
3	8a	25,050	15,750	-9,300	121	99	-22
4	1a 9m	11,800	6,890	-4,910	86	69	-17
5	1a 8m	11,410	6,200	-5,210	80	67	-13
6	2a 11m	14,500	10,300	-4,200	96	79	-17
7	1a 5m	10,900	9,000	-1,900	78	83	5
8	1a 2m	10,500	8,000	-2,500	76	75	-1
9	2a 6m	14,500	12,500	-2,000	96	86	-10
10	2a 6m	13,340	9,000	-4,340	88	75	-13
11	2a 1m	12,350	9,950	-2,400	81	74	-7
12	1a 4m	10,380	9,500	-0,880	75	73	-2
13	3a	15,690	9,300	-6,390	93	76	-17
14	5a	17,270	13,500	-3,770	105	90	-15

Fonte: Adaptado de Marques (1963).

A partir destes dados, o autor faz uma série de apontamentos dignos de nota. Em primeiro lugar, ele ressalta que o peso das crianças foi verificado quando as crianças no momento da alta, ou seja, já estavam curadas. Ainda assim, todas as crianças estavam abaixo do peso normal para a idade. Marques (1963, p.43) é taxativo: “essas crianças nunca serão pessoas normais, nunca recuperarão a normalidade física e, na maioria, psíquica.” A seguir, o autor comenta sobre os efeitos para a capacidade de trabalho que estas crianças teriam futuramente, tornando-se trabalhadores com baixa produtividade e tendência ao desenvolvimento de doenças como o alcoolismo. Circunstâncias tais em que se configuram as condições de reprodução de classe de trabalhadoras e trabalhadores pauperizados que se mantêm na base da pirâmide social, sujeitos a toda sorte de problemas relacionados à pobreza.

O trabalho, por mais que se exaltasse sua capacidade redentora (sobre a qual desejariam fazer crer os profissionais do Serviço Social que surgia marcado por preconceitos), em verdade não garantia sequer a renda para a satisfação das necessidades básicas, como se observa em diversos dos trechos do documento, já apresentados nesta seção e nas anteriores. *Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado.* Daí a necessidade de recorrer à *aquisição de alimentos de maneira socialmente inaceitável*, conforme explicitado no Quadro 06, configurando o *rompimento dos padrões de alimentação* que caracteriza a fome – ou insegurança alimentar severa, materializada na necessidade de cozinhar o *macarrão que os meninos cataram no lixo*. Por fim, vale ressaltar que Carolina Maria de Jesus sabia que seu relato talvez não tivesse credibilidade junto aos seus leitores. Os dados complementares aqui

apresentados e discutidos, contudo, corroboram as afirmações da autora acerca das contradições de um período de pujança e pauperismo. O capítulo a seguir apresenta da síntese interpretativa.

5 A POBREZA QUE SE DESVELA NO QUARTO DE DESPEJO: UM BREVE ENSAIO

“Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.” (DE JESUS, 2020, p. 49). As misérias são reais. É o que se tem discutido nas últimas seções deste documento. No presente capítulo, será feito um esforço de síntese da pesquisa ora apresentada, no sentido de delimitar qual foi a perspectiva sobre os Anos Dourados que emergiu a partir dos dados analisados com o apoio do corpus analítico. A partir de agora adotaremos a primeira pessoa do plural na conjugação dos verbos, no sentido de assumir esta pesquisa como parte da unidade dialética ação-reflexão, em que a autora se coloca como sujeito do vir a ser na práxis da pesquisa científica crítica (e autocrítica) e comprometida com a justiça social.

O que inferimos, a partir dos dados apresentados, é que a modernização das estruturas produtivas no sentido do aprofundamento das relações capitalistas criou, no Brasil dos Anos Dourados, um contingente populacional pauperizado habitando os centros urbanos, mais intensamente naquele que já se configurava como eixo dinâmico da economia brasileira. Trabalhadores e trabalhadoras de origem rural que, devido à estrutura fundiária e à pobreza no campo, migravam não pela atratividade da cidade, mas pela impossibilidade de subsistir nas suas regiões de origem. Há recortes que necessariamente devem ser analisados em mais profundidade: trabalhadores negros e trabalhadores nordestinos apresentam dinâmicas diferenciadas. Trabalhadoras, da mesma forma, vivenciam o fenômeno em suas especificidades marcadas pela divisão sexual do trabalho e estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

Como observa Darcy Ribeiro (2015), pode-se fazer um paralelo entre o processo de expulsão da população camponesa na Inglaterra da Revolução Industrial e o processo de expulsão da população camponesa no Brasil no período de desenvolvimento das forças produtivas da indústria. Como lá, ainda que por diferentes motivos, aqui também o processo de industrialização ocorre concomitantemente ao surgimento de uma massa urbana miserável que passa a ser preocupação das classes dominantes, que não tardam a aparelhar o Estado na defesa dos seus interesses de classe por meio da instituição de mecanismos de controle e repressão da população pauperizada.

As abordagens que desistoricizam a pobreza nos parecem insuficientes. De cunho liberal, têm as mesmas limitações que as demais teorias formuladas a partir desta perspectiva, e não se pode, a partir delas, vislumbrar solução definitiva à fome, à doença, à degradação. Por sua natureza conservadora, levam a que as soluções propostas a partir do entendimento que oferecem acerca do fenômeno estejam constringidas à estrutura que é ela própria gestadora dos

papeis sociais do pobre. De tal forma que, ao propiciarem – supostamente! – o conhecimento da “natureza do fenômeno” a partir de um prisma que encobre os interesses de classe que lhe são intrínsecos, colabora para a mistificação da denominada “questão social”, não só não oferecendo solução efetiva, mas mesmo impedindo que se chegue à verdadeira discussão das causas do problema. Evidentemente, possuem importância crucial ao projeto de manutenção das estruturas tais como têm operado a partir da ascensão do liberalismo e da naturalização dos fundamentos da sociedade capitalista.

Assim sendo, receamos que estas perspectivas sejam insuficientes para a compreensão da pobreza e suas manifestações, seja nos Anos Dourados, seja em qualquer época da história econômica brasileira. Com relação ao período Juscelino Kubitschek, não foi sem surpresa que nos deparamos com uma literatura que indica, de forma mais ou menos explícita e crítica, que o período foi de fato rico, mas sobretudo em contradições. Contudo, verificamos que esta literatura é, assim como aqueles a quem ela se refere, marginal. Além disso, na maioria das vezes esta literatura não é encontrada nos anais do pensamento histórico-econômico brasileiro, mas do Serviço Social, da Sociologia, da Geografia, da História, do Urbanismo.

A partir das referências adotadas, entendemos que há elementos a serem mais bem explorados acerca da pobreza naquele período. Domingues (2014) sugeria que a pobreza urbana se concentrava em bolsões de miséria, caso das favelas. A análise dos dados descortinou o que parece ser, em verdade, bolsões de riqueza em meio ao empobrecimento generalizado da classe trabalhadora. Ao passo que cresciam as cidades, o adensamento populacional nas áreas suburbanas, vilas, periferias, favelas, pode ser atribuído, pelo menos em parte, à atuação do Estado. As diretrizes para o crescimento urbano, ao menos no caso de São Paulo, tinham o sentido de segregar a população pobre, concentrá-la nas áreas marginais, usar da assistência social para sujeitá-la ao trabalho nas condições que se impusessem, reprimi-la pelo uso da força policial e gerir as pressões sociais por meio da promessa de que a modernização e o desenvolvimento industrial significariam a melhora das condições de vida para todo o povo.

Um processo violento, que não admira que seja excluído, *segregado*, da memória oficial celebrativa que se constitui enquanto memória hegemônica sobre o período Juscelino Kubitschek. Pela visão que se constituía então sobre a pobreza, e que guiava as ações práticas para geri-la, se desassociava a condição de pobre da condição de trabalhador. Este viés, com evidente caráter ideológico, identifica-se com a produção científica que continua a ser amplamente adotada nos estudos sobre o tema, e tem implicações profundas. Retomamos aqui a leitura de Medeiros (2013, p.159), que traz à luz uma consideração que julgamos importante:

Dado o embargo conceitual (ontológico) à possibilidade de questionar as bases estruturais da organização social, culpa-se a passividade das instituições democráticas pela pobreza, desigualdade, miséria etc. Tudo se resolve, então, numa conclamação do Estado e das organizações da assim chamada sociedade civil para a ação solidária contra as mazelas sociais.

Aquele período sobre o qual tratamos era de relativa estabilidade democrática, conforme discutido por Benevides (1976). Poucos anos separariam, contudo, o fim do governo Juscelino Kubitschek do Golpe Militar que instituiu mais de duas décadas de ditadura militar no país, movimento autoritário que não se limitou ao Brasil, mas atingiu a América Latina como um todo. Diante disso, e das recentes ameaças à ordem democrática que temos visto, é inevitável o questionamento sobre as condições deste regime se sustentar sobre as tão frágeis bases de uma sociedade dividida não por posicionamentos político antagônicos, como se deseja fazer crer, mas dividida entre aqueles que concentram a riqueza e aqueles que padecem da fome, insegurança alimentar grave, desnutrição severa ou seja qual for o termo que se queira empregar para caracterizar a situação de penúria que marca a vida de parcela considerável da população brasileira, agora e então.

Quando a cidadania é atributo de poucos, o Estado é cooptado a serviço de interesses escusos. A deterioração das condições de vida da população pobre em uma economia em que se acelerava o processo inflacionário não parecia ao governo um preço muito alto a pagar pelo desenvolvimento industrial. O objetivo expresso nos discursos era, contudo, o de melhorar a vida do povo. Podemos questionar a qual povo o então presidente se referia: aos trabalhadores e trabalhadoras negros que não se integravam de forma homogênea à sociedade de classes, como explica Florestan Fernandes? Aos retirantes nordestinos que habitavam as favelas da recém-inaugurada Brasília? Às crianças desnutridas cujo desenvolvimento ficava comprometido para toda a vida?

O mito do desenvolvimento econômico seria derrubado por Celso Furtado nas décadas seguintes. Parece incrível que o desenvolvimentismo ressurgisse uma e outra vez, de fôlego renovado, com ares de novidade e discurso progressista. Isto evidencia que, 70 anos depois, permanecem em essência inalterados os fundamentos tanto sistêmicos – no plano concreto, quanto teóricos e epistemológicos. Assim, não se pode compreender a partir das perspectivas hegemônicas o motivo da permanência das contradições que são inerentes ao sistema. As abordagens teóricas dominantes permanecem assentadas sobre as mesmas bases. As instituições ainda mantêm os princípios que refletem no plano formal, como explica Mascaro (2013), as relações e o movimento de um modo de produção viciado cuja própria lógica produz aquilo que nenhuma ação em seu âmbito é capaz de deter completamente.

Por esse motivo, a pobreza que se desvela no quarto de despejo é a pobreza da década de 1950 e a pobreza da década de 2020, pobreza do trabalho informal, da insegurança social, do adoecimento por velhas e novas causas, da fome, da violência urbana, da repressão da população negra e favelada pelo uso da violência estatal, do reaparecimento dos anseios golpistas no seio da sempre ameaçada democracia brasileira, da esperança depositada em mandatos presidenciais. Serão as vias institucionais aquelas que levarão o povo brasileiro ao seu futuro? A pergunta permanecerá sem resposta enquanto a sociedade brasileira se recusar ou for impedida de verdadeiramente olhar para si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como a pobreza, nos Anos Dourados, emerge na obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus (2020)?** A resposta a esta pergunta não pode ser mais do que um esforço de interpretação *a posteriori* de um conjunto de fenômenos que marcam um dos períodos mais celebrados da história econômica brasileira. Os principais achados da pesquisa cercam as diferentes categorias analíticas a partir das quais foi abordado o fenômeno da pobreza em suas múltiplas manifestações. O papel do Estado, não somente na sua inoperância em gerir a miséria que emergia ao passo que o país se industrializava e modernizava, senão pelo caráter evidentemente promotor da desigualdade assumido nos diferentes níveis da sua atuação, no qual se destaca a tolerância com o processo inflacionário que aumentava o custo de vida e penalizava sobretudo a população que compunha a base da pirâmide social.

Uma população que migrava do meio rural e se aglomerava em habitações infra-humanas, como no caso das favelas. Situação agravada no caso da população negra, que se integrou apenas de forma parcial à economia que se modernizava, avolumando uma classe de trabalhadores submetida às piores condições de trabalho, e, por isso, sujeitas à miséria, à degradação e à fome, como sua manifestação mais aguda. Assim, a pobreza que emerge da obra *Quarto de Despejo* é a pobreza de uma população ainda em sua maioria rural, que migra para os centros urbanos em um forte movimento de êxodo, notadamente para as capitais daquele que já era então o centro dinâmico da economia brasileira, o eixo Rio-São Paulo.

Movimento que, se bem ocorresse num período de aceleração do crescimento econômico, não significou que todos estes *indivíduos* encontrassem nos centros urbanos a *liberdade fundamental de buscar trabalho assalariado*, e sequer a *liberdade de participação nos mercados* enquanto consumidores, já que das muitas faces da pobreza, a fome e a habitação precária indicam que de fato estes *indivíduos* não consumiam sequer os itens básicos a *uma vida que se tem motivo para valorizar*. Ainda que estas formulações sejam bastante posteriores, a pobreza que persistia apesar da modernização econômica constituiu-se em fato que não passou despercebido aos teóricos do desenvolvimento da época, o que levaria à inflexão da teoria desenvolvimentista em busca de novas respostas à especificidade da configuração do capitalismo no Brasil e demais economias periféricas.

Pela natureza da fonte dos dados da pesquisa, mesmo que aqui tenha sido tomado enquanto documento, o fato de constituir-se em obra literária trouxe um apelo não somente à curiosidade e ao exercício técnico do emprego dos métodos de pesquisa, impostos pela prática

científica. O apelo foi, também, à sensibilidade e ao exercício da humanidade, o que ganhou novos significados por ser o presente momento, ano de 2022, um ano em que o país, ainda sob os diversos impactos da pandemia de Covid-19, volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. O estudo do tema da pobreza ganha, assim, renovado senso de urgência, colocando-se como imperativo ético à comunidade acadêmica, em especial à área da economia, tão propensa a creditar ao crescimento econômico (ainda), aos mercados e às escolhas individuais dos assim chamados agentes econômicos a solução dos problemas humanos elementares.

De certa forma, a busca de novas respostas é também o resultado fundamental da jornada de pesquisa formalizada no presente documento. Apesar de que a história em si não possa ser reescrita, a historiografia – em geral, mas também a econômica, pode ser sempre revisada na tentativa de lançar um novo olhar sobre os eventos que tiveram e continuam tendo efeito sobre a trajetória brasileira. É tarefa que se impõe não somente enquanto exercício intelectual, mas principalmente enquanto práxis na busca por justiça social, especialmente em um momento em que amadurece a recente expansão das universidades públicas no Brasil, o que deu a milhares de estudantes cuja origem é justamente as classes populares a oportunidade de acessar um meio ainda elitizado no país, e a aprender a produzir por meio da ciência algo fundamental a qualquer sociedade humana: o conhecimento.

Estas Considerações Finais expressam, mais do que tudo, um forte desejo de continuar a busca pelas respostas às novas perguntas que então se colocam: *Como se caracterizava naquele período a pobreza no campo? Qual a relação – se é que ela existe, entre o crescimento da pobreza urbana e o Golpe de 1964? Que outros elementos, aqui ignorados, podem ser encontrados na revisão de outras obras literárias do período? Que outras formas de expressão artística popular lançam luz às contradições do período do Governo Juscelino Kubitschek? Quais os limites da democracia em um país marcado por desigualdades históricas?* Questionamentos que apontam novas pistas, e novos caminhos a serem percorridos. Configuram-se, assim, formalmente, enquanto apontamento para pesquisas futuras, acerca de temas que podem ser sempre revisitados. Por fim, dado às limitações da presente pesquisa e ao próprio caráter do estudo da história, qualquer resultado que se aponte é tão somente um despretenso convite à discussão. Convite que se estende a qualquer dos leitores que tenha chegado às linhas finais deste texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes: A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Planejamento no Brasil: memória histórica. **Parcerias estratégicas**. [s.l.], v.9, n.18, 2004.

AMARILLA, Diego. Discusiones teóricas contemporáneas sobre pobreza: Capacidades, bienestar y necesidades humanas. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, Montevideo, v. 34, n. 48, p. 115-129, jan./jun. 2021.

AUGUSTO JUNIOR, Fausto. **Da necessidade à práxis**: análise do Índice de Custo de Vida do DIEESE como processo de produção do conhecimento entre 1955 e 1964. 2010. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, Darana C.. Vamos, sim, falar da fome!. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 488-497, set./dez. 2022.

BAHIA, Ryanne Freire Monteiro. Quando a pobreza toma corpo: análise sociológica de O Cortiço, de Aluísio Azevedo. **Baleia na rede: estudos em arte e sociedade**. Unesp - Câmpus de Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – SP, n.11, v. 1, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Moedas produzidas**. Cédulas e Moedas. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/moedasemitidas>> Acesso em 21 de dezembro de 2022.

BARBOSA, F. H.. Índice de custo de vida: avaliação do método da Fundação Getúlio Vargas e a nova formulação. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 485-499, out./dez., 1979.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, Ana Cláudia C.. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. **Anais...** XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR. Belo Horizonte – MG, 2015.

BASTOS, Daniel Schneider. O direito à subsistência em xeque: a formação do Pensamento Liberal britânico e sua relação com a Lei dos Pobres. *In*: XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13º Conferência Internacional de História de Empresas. **Anais [...]**. Niterói, UFF/ABPHE, 2017a.

_____. **Manifestos industrialistas**: a hegemonia do sistema fabril sob a ótica liberal durante a Revolução Industrial. 2017. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2017b.

BASTOS, Natacha Pereira Alves; LIMA, Rogerio Mendes de. Decolonialidade e diferença em “Quarto de Despejo”: A descrição do cotidiano como forma de resistência. **e-Mosaicos**. Rio Comprido – RJ, v.9, n.22, 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela C. (org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOENAVIDES, Débora L. P.; BOENAVIDES, William M.. Carolina de Jesus, a fome e o leitor: uma análise dialógica de Quarto de despejo. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 1-13, jul./set. 2021.

BRÊTAS, Vicente. Da espoliação à autofagia urbana: a geografia sacrificial das metrópoles brasileiras. **Revista Latinoamericana de Estudantes de Geografia (RELEG)**. Asociación Latinoamericana de Estudiantes de Geografía (ALEGEO), n. 8, dez., 2021.

BRITO, Carolina A. G.; LOPES, Thiago C.. Saúde, desenvolvimento e interpretações do Brasil: Uma análise da perspectiva sociológica de Carlos Alberto de Medina. **Lua Nova**, São Paulo, v. 115, p. 48-80, 2022.

BRITO; Fernanda R. S. S.; BAPTISTA, Tatiana W. F.. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cad. Saúde Pública**. v. 37, n. 10, 2021.

BUENO, Laura M. M.. **Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização**. 2000. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

CAMPOS, Márcia A. F.. **A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. 2007. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARBALLO, Alfredo Sánchez; SÁNCHEZ, Joel Ruiz; ROJAS, Miguel Ángel Barrera. La transformación del concepto de pobreza: un desafío para las ciencias sociales. **Intersticios sociales**. Zapopan, n. 19, p. 39-65, 2020.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Os “anos dourados”: memória e hegemonia. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. p.169-184, jan./jun., 2007.

CARDOSO. Míriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CAROLINA Maria, poetiza preta. **Folha da Manhã**. São Paulo, n. 21.600, ano 20, p. 3, 25 de fevereiro de 1940. Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br> > Acesso em 28 de dezembro de 2022.

CARRIJO, Fabiana Rodrigues. Escrita de si, cuidado de si e governamentalidade: costuras prováveis em Carolina Maria de Jesus. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luís, v. 4, n. especial, dossiê temático, p. 155-174, 2018.

CARVALHO, André Roncaglia de; SOUZA, Luciana Rosa de. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 402-425, abr./jun., 2021.

CARVALHO, José L.. Uma nota sobre números índices. **Ensaio Econômico da EPGE**. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, n. 15, 1974.

CARVALHO, Luiz. Filha de Carolina Maria de Jesus fala da polêmica sobre a estátua de sua mãe. **O Estado de São Paulo**, Cultura e Lazer, Direitos Humanos, Na Perifa, 24 fev. 2022, disponível em <<https://expresso.estadao.com.br/naperifa/filha-de-carolina-maria-de-jesus-fala-da-polemica-sobre-a-estatua-de-sua-mae/>> Acesso em 30 de dezembro de 2022.

CASTRO Afonso C. V.; ALVIM, Angelica T. B.. As transformações que ocultaram os rios de São Paulo um modelo urbanístico a partir dos projetos da Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê. **Anais... XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**. Natal – RN, 2019.

CASULA, Mattia; RANGARAJAN, Nandhini; SHIELDS, Patricia. The potential of working hypotheses for deductive exploratory research. **Quality & Quantity**. [s.l.] v.55, 1703-1725, 2021.

CESTARO, Lucas R.. **A SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista”**. 2009. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos – EESC, Universidade de São Paulo – USP, 2009.

CODES, Ana L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para discussão n. 1332. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: IPEA, 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. **El desarrollo económico de América Latina en la Postguerra**. Nova Iorque: Nações Unidas, 1963.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Paulo Roberto D. C.. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. **Economia e sociedade**, Campinas – SP, v. 3, n. 1, dez., 1994.

CURI, Fernanda A.. Burle Marx e o Parque Ibirapuera: quatro décadas de descompasso (1953 – 1993). **Anais do Museu Paulista**, Estudos de Cultura Material/Dossiê, São Paulo, Nova Série, v. 25, n. 3, p. 103-138, set./dez., 2017.

CURY, Laura S.. **O Parque Ibirapuera e a construção da imagem de um Brasil moderno**. 2016 (Dissertação) Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dez., 2007.

DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. *In*: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. Edição comemorativa (1960-2020). São Paulo: Ática, 2020.

DE JESUS, Carolina M.. **Onde estaes felicidade?!**. São Paulo: Me parió Revolução, 2014.

_____. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. Edição comemorativa (1960-2020). São Paulo: Ática, 2020.

de São Paulo e a favela do Vergueiro. 2012 (Dissertação) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

DECCA, Edgar S. de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São. Paulo, n. 6, p. 47-79, 1984.

_____. Literatura, Modernidade e História. **Rua. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Campinas, v. 1, p. 7-35, 1995.

DOMINGUES, Fabian Scholze. **O Brasil arcaico e a modernização produtiva: Qualidade de vida, democracia e desenvolvimento nos “Anos Dourados” (1946 – 1964)**. 2014. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

DOS SANTOS, Theotônio. **Teoria da Dependência: Balanço e perspectivas**. Florianópolis – SC: Insular Livros, 2020.

DUARTE, Joana das Flores. Gênero, Segregação Socioespacial e Criminalização dos Pobres: o encontro de Carolina Maria de Jesus com as Meninas. *In*: VI Encontro Nacional de Antropologia e Direito – ENADIR. **Anais...** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 7(2), 237-262, jul./dez. 2003.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx**. 2015. (Tese) Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FARO, C.; SILVA, S. L. Q.. A década de 50 e o Programa de Metas. *In*: GOMES, Ângela C. (org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. Volume 1. 5. ed.. São Paulo: Globo, 2008a.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Volume 2. 5. ed.. São Paulo: Globo, 2008b.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. 2015. (Tese). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha de São Paulo**. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/>> Acesso em 28 de dezembro de 2022.

FONSECA, Pedro C. D.. Estado e industrialização consciente: 1930-1955. **Questões de Economia Política**, Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, v. 3, n. 4, p.20-32, 1987.

FONSECA, Pedro C. D.; SALOMÃO, I. C.. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. *In*: ROUGIER, Marcelo (org.). **Estudios sobre la Industria em America Latina; interpretaciones y debates**. Carapachay, Argentina: Language Claro editora, p. 125-160, 2015.

FRANCO, Gustavo H. B.. **Auge e declínio do inflacionismo no Brasil**. Texto para discussão, n. 487, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GARCIA, Monica Gonzales. Favelas de la ciudad letrada: marginalidades, mediaciones y palabras espacializadas de Quarto de Despejo a Cidade de Deus. **Chasqui: revista de literatura latinoamericana**. Valparaíso – Chile, v.50, n.2, 2021.

GENOFRE, Roberto. Polícia e política: as marcas da história de São Paulo. [Entrevista cedida a] Ana Maura Tomesani e Juliana Vinuto. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v.4, n. 7, ago./set., 2010.

GEOPORTAL MEMÓRIA PAULISTA. **Imagens de 1958 da região metropolitana de São Paulo**. Disponível em: < <https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/> > Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo: Mapeamentos 1954 – Vasp Cruzeiro. Prefeitura de São Paulo. Disponível em < <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/> > Acesso em 23 de dezembro de 2022.

GIAVAROTTI, Daniel M.. **O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho**. 2012 (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, 2012.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados na pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método, criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOUVÊA, Maria Cristina S.. A criança de favela em seu mundo de cultura. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 86, p. 48-54, ago., 1993.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Rio Grande, v. 6, n. 11, jul. de 2014.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Acervo digital**. Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 27 de dezembro de 2022.

IMPOSSÍVEL à Prefeitura Dotar as Vilas de Serviços Públicos Indispensáveis. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 31286, p. 2, 29 de março de 1958. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br/>> Acesso em 21 de dezembro de 2022.

IORIS, Rafael Rossoto; IORIS, Antonio Augusto Rossoto. Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 33, n. 3 (132), p. 411-426, jul./set., 2013.

JACINTO, Pablo Mateus dos Santos. Notas sobre pobreza, multidimensionalidade e subjetividade. **Boletim de Conjuntura – BOCA**. Boa Vista – RR, v.5, n.13, 2021.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMAN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, 15, 1: 79-112, 2006.

KEPPLE, Anne W.; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KIRSTEN, José T.. Nota sobre a reformulação da estrutura do índice do custo de vida no município de São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 171-200, out., 1972.

KRIPKA; Rosana M. L.; SCHELLER, Morgana; BONOTTO Danusa L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones – UNAD**. Bogotá – Colômbia, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). *In*: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

_____. Homenagem: JK: O homem, o presidente, a atualidade. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 899 - 906, 2015.

LAJOLO, Marisa. A leitora no quarto dos fundos. *In*: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960-2020). São Paulo: Ática, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, Fernão L. G.. **Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro**. 2012. 373 p.. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1115-1135, out./dez., 2021.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960). *In*: GOMES, Ângela C. (org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

LESSA, Carlos. **15 Anos de Política Econômica**. São Paulo: Editora brasiliense, 1982.

LEVINE; Robert M.; MEIHY, José Carlos S. B.. **The Life and Death of Carolina Maria de Jesus**. Albuquerque, New Mexico, USA: University of New Mexico, 1995.

MANGINI, Fernanda N. R.; NUNES, Igor S. Suicídio e sofrimento social no capitalismo: desemprego e expressões da questão social. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul – RS, n. 58, p. 154-171, jan./jun., 2021.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek and the Politics of Exuberance, 1956-1961. **Luso-Brazilian Review**, Madison, Wisconsin, USA, v. 27, n. 1, p. 31-45, 1990.

MARQUES, Aguinaldo N.. **De que morre o nosso povo?**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

MASCARO, Alysson L.. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 46-69, 2018.

MAYRINK, Geraldo. **Os grandes líderes: Juscelino**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, João L.. **A economia diante do horror econômico**: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013.

MEDINA, Carlos A.. **A favela e o demagogo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, São Paulo, v.37, p. 82-91, mar./mai. 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. (orgs.). **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996.

MELO, Hildete Pereira de. *et al.* O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60. *In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9. Conferência Internacional de História de Empresas*, 2009, Campinas. **Anais...**Campinas: ABPHE, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MIRANDA, Fernanda. Dicção e devir em Carolina Maria de Jesus. *In: JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960-2020)*. São Paulo: Ática, 2020.

MITSUUCHI, Jéssica T. A.. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. **Revista Vernáculo**, Dossiê História, Literatura, Cultura Escrita, n. 41, jan./jun., 2018.

MOEDAS DO BRASIL. **Catálogo das Moedas Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/series.asp?a=0&v=0&t=0&s=13&m=>> Acesso em 21 de dezembro de 2022.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun., 2012.

MONTEIRO, Thiago N.. **“Como pode o povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)**. 2015. 247 p.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTENEGRO, Rosilene D.. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. 2001. (Tese). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2001.

MORAIS, Dayane C.; LOPES; Sílvia O.; PRIORI, Sílvia E.. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2687-2700, 2020.

NEIBURG, Federico. Sick currencies and public numbers. **Anthropological Theory**. v. 10, n. 1, p. 1-7, 2010.

_____. Buscando a vida na economia e na etnografia. **MANA**. v. 28, n. 2, p. 1-32, 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, a. 2, n. 3, jan./jul., 2001.

NOGUEIRA, Rômulo Filizzola, Lima Barreto e o Federalismo da Primeira República. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 218 -243, 2018.

OLEINIK, Anton. Content Analysis as a Method for Heterodox Economics. **Journal of Economic Issues**. v. 56, Abingdon, England, 2022.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento**. [s.l., s.n.], 1955.

OLIVEN, Ruben G.. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ORENSTEIN, Luiz. SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento, 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. 2007 (Dissertação) Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

PEDRO, Maria J.. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003

PIMENTEL, Alessandra. O Método da Análise Documental: seu uso numa Pesquisa Historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PINHO NETO, Demosthenes M.. A estratégia brasileira em perspectiva internacional. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). **O BNDES e o plano de metas**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 7-26, 1996.

PUREZA, Fernando Cauduro. Representações da fome: carestia e racialização na obra Pedacos da fome, de Carolina Maria de Jesus. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 66, p. 52-68, abr. 2017.

QUEIROZ FILHO, Alfredo P.. Sobre as origens da favela. **Mercator**. Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez., 2011.

RAMOS, Marina C.. Cruzeiro: a renovação monetária no Brasil e o Governo Vargas. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 2, jul./dez., 2017.

REPÓRTER ESSO. **Favela do Canindé**. Telejornalismo. Acervo da Cinemateca Brasileira. São Paulo, 1961. 1 vídeo (31 seg). Disponível em < <http://www.bcc.org.br/>> Acesso em 02 de janeiro de 2023.

REVISTA FIGAS. **Carolina de Jesus**. Disponível em: < <http://www.editorafigas.com.br/>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

REZENDE, Maria José de. Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, vol. 19, n. 2, p. 227-246, jul./dez., 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RONCARI, Luiz. Esboço para o estudo do ponto de vista da mercadoria na literatura brasileira. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 1, n.17, p. 96-108, 2003.

SANTOS, Gustavo A. O. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada. **Pragmatizes**, Niterói, RJ V. 8, n.14, 2018.

SANTOS, Kátia H.. Josué de Castro: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**. Taubaté – SP, v. 14, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Thiago. “Sou morador de rua, mas não sou como aquele ali não”: pessoas em situação de rua em Recife e as negociações de si mediante o estigma. In: **Anais...** V Reunião Equatorial de Antropologia, XIV Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste – REA/ABANNE, Universidade Federal de Alagoas, 2015.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, José F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS*. Rio Grande – RS, v. 1, n. 1, jul. 2009.

SEN, Amartya K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, Eliane C.. **A violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus**. 2016 (Tese) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara – SP, 2016.

SILVA, Ruteléia C. S.. **A economia política da pobreza na atual trama conjuntural brasileira**: conservadorismo, (des)caminhos, contradições e interdições no horizonte da transformação social. 2018. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 2011. (Tese). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SOCHACZEWSKI, Antonio C.. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

SOUZA, Germana H. P. Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa de vida. In: BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana de F. B., (orgs.). **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, Jéssica D.. **O Povo Reclama: queixas sobre a vida urbana de Florianópolis em A Verdade (1952-1959)**. 2020. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SOUZA, Nali J.. (Org.). **A Economia da Inflação**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

STEBBINS, Robert A. **Exploratory Research in the Social Sciences**. Sage University Papers Series on Qualitative Research Methods, v. 48. Thousand Oaks, California, USA: Sage Publications, 2001.

STEIM, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**, Brasília, n. 6, s.p., 2000.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análises dos discursos de Vargas e JK**. 2011. (Tese). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SUGERIDA a cunhagem de moedas de alumínio: alarmante a falta de trocos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 09988, seção 2, p. 9, 29 de maio de 1955. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/41162> Acesso em 21 de dezembro de 2022.

TANUS, Gustavo. Impressões e arquivos: notas sobre-vida, literatura e vida literária em Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Anuário de Literatura**. Florianópolis, v. 27, p. 01-19, 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas – SP: UNICAMP, I.E., 1998.

_____. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Organizado por João Sicsú e Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TEIXEIRA, Keuler Hissa. Uma análise espacial da pobreza no Estado de Alagoas. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 25, ed. Especial 2, p. 2668 - 2692, 2020.

TELES, Heloísa; ANDRIGHETTI, Isadora R.; CORRÊA, Laís D.. O retrato de um Brasil-que-passa-fome: a fome como expressão do subdesenvolvimento. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís – MA, v. 26, n. 1, p. 147-164, 2022.

ULTRAMARI, Clóvis.; ANDREOLI, Marcelo C.. A favela brasileira sexagenária. **Revista Produção e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.7: e553, jan./dez., 2021.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, v. 26, n 4 (104), p. 596-618, out./dez., 2006.

VASCONCELOS; Francisco A. G.. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago., 2005.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não Resolvida. *In: GIAMBIAGI, Fabio et al. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

VOGT, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual. *In: JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. Edição comemorativa (1960-2020). São Paulo: Ática, 2020.

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo 1930/1940: novos atores urbanos e a normatização social. *História Social*, n. 7, p. 241-264, 2000.

ANEXO A - "CAROLINA DA FAVELA É RECORDISTA"

JORNAL DO BRASIL

Rua de Janeiro - Sábado, 29 de agosto de 1968

Ano LXX - N.º 196

Senado dos EUA aprova plano Pilôto do U-2 só ficará no de Ike para América Latina cárcere da URSS por 3 anos

Washington (UPI) — O Senado aprovou, ontem, o pedido de autorização do Presidente Eisenhower para inverter 500 milhões de dólares no desenvolvimento econômico da América Latina e outros 100 milhões de dólares na reabilitação do Chile. O programa de ajuda à América Latina, inclusive os 100 milhões de dólares para a reabilitação da zona chilena devastada pelos terremotos, foi aprovado por 54 votos contra 19, após um breve debate em que os legisladores democratas expressaram sua preocupação pelo que qualificaram de vacuidade do plano presidencial e de seus alcances. A medida aprovada, no entanto, apenas autoriza o programa. O Congresso terá oportunidade de revisá-lo quando chegar o momento de pronunciarem-se sobre os fundos propriamente ditos.

Condensado a dez anos de prisão pelo delito de espionagem contra a URSS, o piloto norte-americano Francis Powers deve recuperar a liberdade depois de três anos de reclusão — disse ontem o Vice-Presidente da Suprema Corte Soviética, I. N. Smirnov, pronunciando-se em Londres (onde se encontra na conferência de criminologia da ONU) e sentença dada ontem pelo tribunal soviético. A pena de Powers compreende três anos de reclusão, no cárcere, e o resto dos dez anos em detenção, provavelmente num campo de trabalho. E essa segunda parte da pena que, segundo Smirnov, poderá ser comutada em caso de bom comportamento. (Página 2).

QUINDO HERTER



Secretário de Estado Rusk e Carolina Maria de Jesus em uma cerimônia em Washington.

AVISOS TEMPO — Inútil, com chuvas. TEMPERATURA — em graus Celsius. MÁXIMA — 23,3 (Rio de Janeiro). MINIMA — 11,9 (Jardim Botânico).

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

Após sessão atribulada Venezuela reitera exigência de sanções para Trujillo

Caracas (UPI) — O presidente venezuelano, Rafael Ángel Calderón Fournier, reiterou ontem a exigência de sanções internacionais contra o ditador dominicano, Generalissimo Rafael Trujillo. O presidente venezuelano afirmou que a Venezuela não pode aceitar a presença de Trujillo no continente americano. Ele também mencionou a situação política em seu país e a necessidade de manter a ordem e a estabilidade.

CAROLINA DA FAVELA É RECORDISTA



Carolina Maria de Jesus escrevendo em sua casa na favela de Paraisópolis, em São Paulo.

Lucros até 50% atraem estrangeiros URSS tenta trazer cães do espaço

De lucros dos investimentos estrangeiros no Brasil não se fala há muito tempo e isso porque os investidores estrangeiros não encontram condições favoráveis para isso. No entanto, a URSS tenta trazer cães do espaço para testes. Isso demonstra o interesse da União Soviética em avançar na tecnologia espacial e na exploração do espaço sideral.

Brasileiro quase morre no Congo

Um piloto brasileiro que se encontra no Congo quer ser libertado, mas quando se encontra com o chefe oficial da ONU (Estado da Jamaica) se encontra com dificuldades para obter uma carta de identidade especial da ONU no Congo. O piloto está em uma situação delicada e precisa de ajuda para retornar ao Brasil.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

Revistas de escândalos vão acabar

Em recente sessão realizada no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Procurador-Geral da República, Francisco de Assis Toledo, afirmou que as revistas de escândalos vão acabar. Ele mencionou a importância de manter a moralidade pública e a integridade do sistema judiciário.

Estado quer anular venda da Avenida

O Município de São Paulo quer anular a venda da Avenida Paulista. O Município alega que a venda foi realizada de forma irregular e que não seguiu os procedimentos legais estabelecidos para a alienação de bens públicos.

PRP apoiará Ademar e João Goulart

O PRP (Partido Republicano Progressista) apoiará Ademar de Barros e João Goulart. O partido anunciou sua intenção de apoiar os dois candidatos em uma declaração oficial.

Barreiros e Manicavas

Barreiros e Manicavas são dois tipos de artesanato tradicional brasileiro. Esses produtos são conhecidos por sua beleza e qualidade, sendo muito apreciados tanto no Brasil quanto no exterior.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ACHADOS E PERDIDOS FOI PERDIDA uma carteira com dinheiro em 15 de agosto no bairro de Botafogo. Quem achou foi o Sr. João de Deus. Valor: R\$ 100,00. Retornar ao Sr. João de Deus, Rua de Botafogo, 123. Valor: R\$ 100,00.

ANEXO B – REPORTAGEM DE O CRUZEIRO (1959)

RETRATO



MESA DE CAIXOTE, CADERNO E LÁPIS: CAROLINA RETRATA FAVELA.

84



LATA D'ÁGUA NA CABEÇA, COMO AS MARIAS DE TÓDAS AS FAVELAS

A fome fabrica uma escritora

O "DIÁRIO" de Carolina é reportagem autêntica, retrato sem retoques. Carolina Maria de Jesus faz reportagem diária sobre a favela. Reportagem vivida e sofrida. Quando fala da longa espera na "fila da água" (há apenas uma torneira para o abastecimento de toda a população) é com o conhecimento de causa de quem permanece horas sentada numa lata, aguardando a vez de chegar à torneira. E quando escreve, com sua caligrafia nervosa, que não tem o que comer, é com o desalento de quem está de estômago vazio, e sem perspectiva imediata de enchê-lo.

Carolina Maria de Jesus tem 45 anos de idade: "23 anos de miséria na roça e 22 anos de miséria na cidade", conforme ela mesma define a sua vida. Nasceu no interior de Minas (Sacramento) e está em São Paulo desde 1937, ano em que "estreou" na favela. Sôzinha, sem experiência, encontrava tôdas as portas fechadas. Até que conheceu outros miseráveis, que lhe estenderam a mão. Foi na favela, onde vive até hoje, que encontrou um pouco de solidariedade. E, como marginal, começou a preocupar-se com o problema de outros marginais. Entre os papéis, que apanhava no lixo, sempre encontrava revistas velhas, livros dilacerados. Lia tudo. Um dia, tentou uns versos, achou bom e começou a sua "fase poética". Tudo era motivo para quadrinhas ingênuas que falavam de gente pobre, de gente rica, de gente boa e de gente ruim. Depois vieram os "contos" e os "romances" — histórias simples, mas sempre marcadas pelos tons negros da miséria.

Alguém viu os seus escritos e disse que eram bons, que ela procurasse os jornais. Carolina iniciou uma peregrinação pelas redações, mas nem sempre encontrava alguém com disposição para ler os seus cadernos. Dos jornais passou às editoras. Nunca chegou a ser recebida. Desistiu, mas não parou de escrever. Por necessidade de dizer algo ao mundo, gritar aos ouvidos surdos do mundo. Seu barraco está cheio de cadernos velhos, empoeirados. Cheio dos gritos roucos dos favelados.

Mas Carolina não é apenas uma mulher que grita contra o mundo. Tem os seus momentos de fuga, quando deixa o registro puro e simples das misérias da favela e se encontra com o seu "mundinho interior". Olha através da janela do barraco e não vê a lama do terreiro. Nem ouve o choro do filho do vizinho. Descobre nuvens coloridas sobre os telhados de zinco, enche os olhos de sol e o coração de alegria.

É no "diário", porém, que se encontra a autêntica Carolina Maria de Jesus, favelada falando da favela. Carolina só esteve durante dois anos na escola, mas sabe contar histórias. Suas frases curtas, muitas vezes incorretas, dizem muita coisa. Coisas de um pequeno mundo que se agita sob telhados de zinco. Eis alguns trechos do "Diário de Carolina", escolhidos ao acaso:

— 21 de julho de 1955. Despertei com a voz de D. Maria perguntando-me se eu queria comprar banana e alface. Olhei as crianças. Estavam dormindo. Fiquei quieta. Quando eles vê as frutas sou obrigada a comprar. (...) Já habituel beber café na casa de seu Lino. Tudo que eu peço a ele emprestado ele me empresta. Quando eu vou pagar, não recebe. Ful torcer roupa e vim preparar o almoço. Hoje estou cantando. Todos nós temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu!

— 17 de maio de 1958. Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo.

— 19 de maio de 1958. Deixei o leito às 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais

O CRUZEIRO, 20. 6. 1958

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

ANEXO C – REPORTAGEM DE O CRUZEIRO (1960)

a reportagem que não foi escrita.



MÁRIO DE MORAES

QUARTO DE DESPEJO (I)

MEU colega Audálio Dantas (a meu pedido) me escreve de São Paulo:

Quando conheci Carolina, andava à procura de elementos para uma reportagem, "em profundidade", sobre as favelas de São Paulo. Fui parar na do Canindé, uma das mais "escondidas" da cidade (localizada numa baixada, na beira do Rio Tietê) e, destacando-se num grupo de mulheres, estava uma negra alta, vestida de vermelho, que berrava com uma coragem espantosa: desafiava uns dez marmenjos que se apossavam de umas gangorras colocadas na favela pela Prefeitura, para as crianças. Carolina ameaçava com um registro em "meu livro".

Esta a conhecida história do encontro do repórter Audálio Dantas com a favelada Carolina Maria de Jesus, autora do livro "Quarto de Despejo", sucesso absoluto de livraria, com quatro edições em menos de dois meses. Deixarei, porém, que a carta de Audálio continue falando sobre o "diário de uma favelada":

— No barraco, Carolina mostrou-me cadernos de "poesia", "romances", "contos" e até de "provérbios" de sua lavra. Li, achei interessante, a negra tinha jeito para escrever, mas os seus personagens não eram aqueles malandros que haviam tomado conta das gangorras. Arrisquei um palpite:

— Por que não escreve sobre o que acontece aqui na favela?

— Eu escrevo, mas não p'ra publicar.

Foi uma luta para que ela me mostrasse o "livro com as coisas da favela". Contou-me que já havia procurado todas as editoras de São Paulo, as redações dos jornais, mas ninguém se dava ao trabalho nem de olhar os cadernos. E por isso estava braba com os brasileiros, ia mandar os seus escritos para os Estados Unidos. Insisti para que me mostrasse os "outros cadernos", até que ela concordou. Revolveu uma gaveta de um velho guarda-comida, cheia de papéis e de trapos e de lá retirou dois cadernos de folhas manchadas, onde estava o seu registro do dia-a-dia, iniciado no dia 15 de julho de 1955 (estávamos em abril de 58). A leitura de duas ou três páginas foi o bastante para que eu me convencesse da importância daquele depoimento, tão autêntico, tão fiel e amargo, que desisti de escrever a tal reportagem "em profundidade" sobre a favela. O que fiz foi transcrever alguns trechos para uma reportagem sobre Carolina, publicada em "O Cruzeiro", com a consciência de que nenhum repórter do Mundo poderia fazer reportagem sobre favela tão bem quanto ela.

Levei os cadernos, sob forte desconfiança de Carolina, que já não acreditava em promessa de ninguém. Quando eu lhe disse que publicaria seu "diário" em livro, ela não disse nada; limitou-se a um sorriso entre amarga e irônica. Na verdade, ela não escrevia o "diário" pensando em publicá-lo. Preferia publicar um livro de poesias, contos, provérbios. Ou um romance (ela tem vários escritos) cujos personagens são imaginários condes, marqueses, costureiras, jogadores — gente burguesa, quase sempre, de fora da favela. Uma maneira de evadir-se, talvez, da própria miséria de seu meio.

O meu grande trabalho, mesmo, foi convencer Carolina de que o seu "diário" verdadeiro era mais importante do que aquelas "histórias inventadas". Vim a saber, mais tarde, que ela se queixava amargamente a outras pessoas, dizendo que o "Audálio não quer que eu escreva romances" ou "o Audálio não gosta de poesia".

Outra grande dificuldade: Carolina nunca se convenceu totalmente da minha intenção de levar seu diário a ser impresso em livro. Quando eu viajava e ela me procurava dias seguidos sem encontrar-me, deixava a dúvida no "registro do dia" (num de seus cadernos ela escreveu que "acho que o Audálio está me enganando"). Enquanto isto, eu mergulhava na leitura de seus originais, com uma grande preocupação: selecionar os melhores trechos, sem alterar absolutamente nada.

A carta é longa e tem mais coisas interessantes para contar. Continuarei na próxima semana.




A atracção
é mutua
com



EAU DE COLOGNE
Colognelle

4711 COLONIA SIRENO A 60/67

ANEXO E - REPORTAGEM DE FOLHA DE SÃO PAULO (1940)

FOLHA DA MANHÃ

S. Paulo - Domingo, 25 de Fevereiro de 1940

PAGINA III

Carolina Maria, poetiza preta

(Folha de "Folha da Manhã")

Ma... a poeta preta Carolina Maria de Jesus, conhecida como "Carolina", nasceu em São Paulo em 1917...

Versos que falam ao coração dos humildes - Ninguém a leva a sério



Além das suas poesias, Carolina Maria escreveu também romances e contos...

Reportagem de WILLY AURELI

Esta é a vida de Carolina Maria de Jesus, poeta preta, conhecida como "Carolina". Ela vive em uma das favelas mais pobres de São Paulo...

Uma moderna sociedade todo o mundo dominando a natureza e até o espaço aéreo...

Sombras pela varanda

de protótipo, estenderá a sombra dos seus membros...

Conto de J. R. MARCONDES MACHADO

(Espelho para o espelho de "Folha da Manhã")

Estava a noite de sábado, o silêncio era profundo...

Aperturas de Eunápio Cachimbo

Na literatura de Brasil moderno, há um nome que se destaca...

(Folha de "Folha da Manhã")

ANTONIO CONSTANTINO

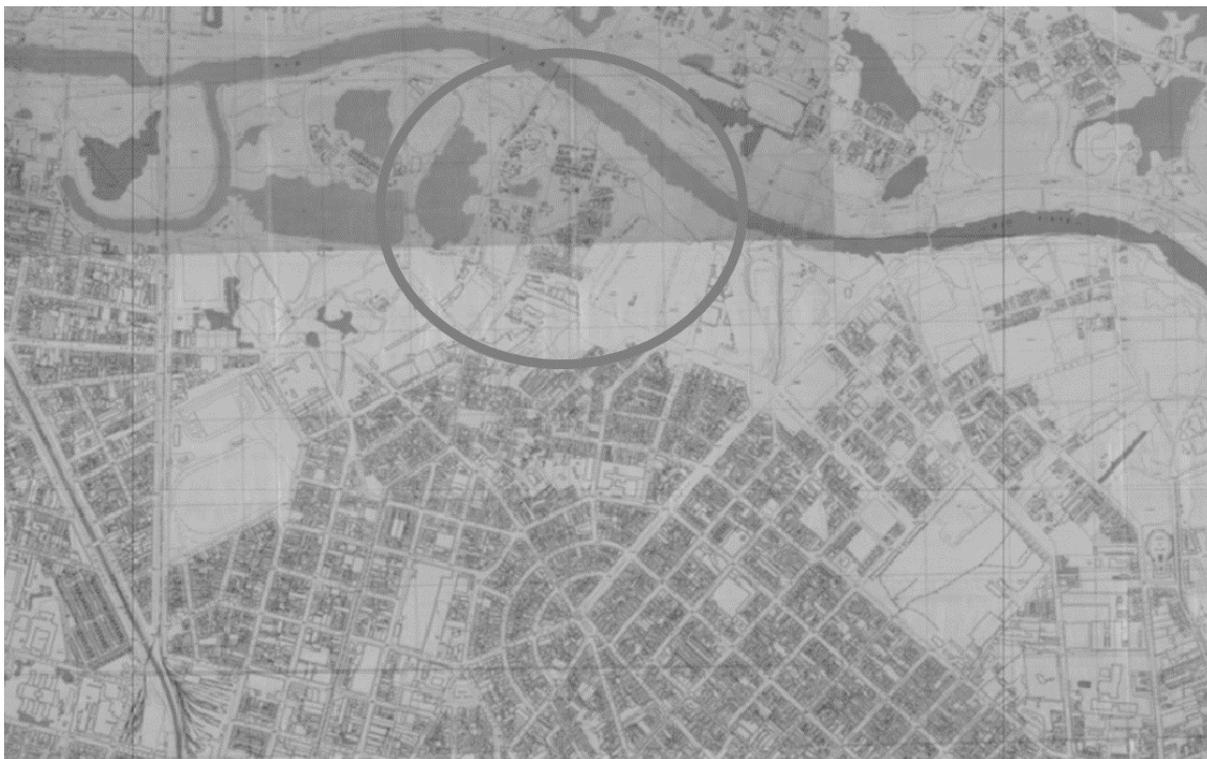
Abre-se, ele acha que se resolve desentranhar...

to, vestido com o mesmo, parecia um fantasma...

AGENCIA SCAFUTO sempre a pioneira na distribuição de revistas e figurinas...

Saudações d' "A Lua" - Illustration of a woman with a crescent moon.

A IDENTIDADE DE VIANNA MOOG (Continuação de I parte)

ANEXO G – MAPA DIGITAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (1954)

Fonte: GEOSAMPA (2022).